UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU

FÁTIMA CAROLINA PINTO BERNARDES

**Judicialização como mecanismo de efetivação do direito
fundamental à saúde**

BAURU
2020

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE BAURU

FÁTIMA CAROLINA PINTO BERNARDES

**Judicialização como mecanismo de efetivação do direito
fundamental à saúde**

Tese apresentada à Faculdade de Odontologia de Bauru da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Ciências no Programa de Ciências Odontológicas Aplicadas, na área de concentração Saúde Coletiva.

Orientador: Prof. Dr. José Roberto de Magalhães Bastos.

Versão corrigida

BAURU
2020

Bernardes, Fátima Carolina Pinto
Judicialização como mecanismo de efetivação
do direito fundamental à saúde/Fátima Carolina
Pinto Bernardes – Bauru, 2020.
248 p. : il. ; 31cm.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Odontologia
de Bauru. Universidade de São Paulo

Orientador: Prof. Dr. José Roberto de
Magalhães Bastos

Nota: A versão original desta tese encontra-se disponível no Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Odontologia de Bauru – FOB/USP.

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, por processos fotocopiadores e outros meios eletrônicos.

Assinatura:

Data:

Comitê de Ética da FOB-USP
Protocolo nº: 29183020.5.0000.5417
Data: 12/02/2020

ERRATA

FOLHA DE APROVAÇÃO

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha amada filha Rafaela, fonte de inspiração, minha melhor companhia, um orgulho. Filha, ainda bem que eu tenho você!!!

A meu avô Wilson (“in memoriam”), quem desde cedo me fez ver a importância do saber, abdicando de inúmeros projetos em prol da minha formação.

À minha avó Maria de Lourdes (“in memoriam”), pela persistência e determinação herdadas.

Aos meus pais, Luciano e Mara, por eu existir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sempre, pelo caminho percorrido até hoje.

Ao meu orientador, Professor Doutor José Roberto de Magalhães Bastos, por acreditar no meu projeto de pesquisa, oportunizando meu ingresso neste programa de Doutorado.

À querida Professora Doutora Sílvia Helena de Carvalho Sales Peres, pelos valiosos ensinamentos partilhados durante a elaboração desta tese.

Ao meu amigo Luiz Carlos Rodrigues, funcionário do Município de Bauru há mais de 40 anos, que me ajudou diretamente na coleta de dados deste trabalho. Lú, sem você eu não teria conseguido!

Ao pai da Rafaela, José Eduardo, maior incentivador da minha carreira acadêmica.

Aos amigos de uma vida toda: Valéria Godoy, Marisa Gebara, Flávia Negrão, Márcia Sato, Iriana Munhoz, Júlio Marin, Eliara Vale, Cibele Pasqualini. Em cada café, em cada encontro, vocês me fortaleceram...

À minha afilhada Isadora, agradeço a Deus por mais esse presente. Isa, que orgulho de você!!!

Aos meus tios, Márcio e Ana, sempre presentes em minha vida.

Ao Diego Ortega Pereira, especialista em informática, ajuda imprescindível na elaboração dos gráficos e tabelas que ilustraram este trabalho.

À Sílvia Cristina Tonin Costa, Secretária de Departamento FOB-USP, pela paciência e colaboração inestimáveis à execução deste trabalho.

Aos funcionários da biblioteca da FOB-USP, por todo auxílio e atenção dedicados ao longo do curso.

A todos o meu MUITO OBRIGADA!!!

***“Mesmo quando tudo parece desabar,
cabe a mim decidir entre rir ou chorar,
ir ou ficar, desistir ou lutar; porque
descobri, no caminho incerto da vida,
que o mais importante é o decidir”.***

Cora Coralina

RESUMO

O direito à saúde, a partir da Constituição Federal de 1988, ganhou *status* de direito fundamental, elencado expressamente no rol dos direitos sociais. O aumento da demanda na área da saúde, o surgimento de novas especialidades e técnicas, aliados à insuficiência de profissionais e estabelecimentos de saúde, levam à busca do cidadão pelo Poder Judiciário, dando origem a um fenômeno crescente, denominado judicialização da saúde. Neste trabalho, abordaremos o assunto no âmbito do Município de Bauru, no período de 2014 a 2017. O objetivo geral é verificar se a judicialização da saúde é um mecanismo para efetivação dos direitos fundamentais. Para tanto, realizaremos uma análise descritiva das ações judiciais propostas, verificando o impacto orçamentário anual e administrativo, bem como os reflexos na efetivação dos direitos fundamentais. Resultados: foram pesquisados 712 processos, com um impacto orçamentário de R\$ 4.926.131,49. Dentre os objetos pleiteados, fralda foi o insumo mais requisitado, com 407 pedidos. A via processual utilizada em grande parte nas ações analisadas foi o mandado de segurança. A pesquisa confirmou uma realidade já conhecida na área jurídica, a judicialização é um fenômeno crescente e com abrangência cada vez maior, tendo em vista a pluralidade dos objetos encontrados nas ações judiciais. Conclusão: a judicialização deve ser vista como mecanismo de efetivação do direito fundamental à saúde. Neste contexto, imperativa se faz a abordagem da judicialização da saúde e suas consequências práticas e sociais. É necessário repensar os mecanismos de controle e de garantia ao acesso universal, igualitário e de qualidade do direito à saúde, à luz dos princípios constitucionais, da reserva do possível, do mínimo existencial e da dignidade da pessoa humana.

Palavras-Chave: Judicialização da Saúde. Efetividade. Direitos Fundamentais. Dignidade da Pessoa Humana.

ABSTRACT

Judicialization as a mechanism to enforce the fundamental right to health

The right to health, since the Federal Constitution of 1988, gained status of fundamental right, listed explicitly in the roll of social rights. The increasing demand in the health area, the appearing of new specialties and techniques, together with the insufficiency of health professionals and establishments, lead to the citizen's search for the Judiciary, giving rise to a growing phenomenon, called health judicialization. In this work, we will approach the subject in the scope of the Municipal District of Bauru, from 2014 to 2017. The general objective is to verify if the judicialization of health is a mechanism for the realization of the fundamental rights. To do so, we will carry out a descriptive analysis of the proposed lawsuits, verifying the annual and administrative budgetary impact, as well as the reflexes in the realization of the fundamental rights. Results: 712 processes were researched, with a budgetary impact of R\$ 4,926,131.49. Among the objects requested, diaper was the most requested input, with 407 orders. The procedural route used in large part in the analyzed actions was the writ of security. The research confirmed a reality already known in the legal area, judicialization is a growing phenomenon and with increasing coverage, in view of the plurality of objects found in lawsuits. Conclusion: judicialization should be seen as a mechanism for the realization of the fundamental right to health. In this context, it is imperative to approach the judicialization of health and its practical and social consequences. It is necessary to reconsider the mechanisms of control and guarantee to the universal, equal and quality access of the right to health, in light of the constitutional principles, of the reserve of the possible, the minimum existential and the dignity of the human person.

Keywords: Health Judicialization. Effectiveness. Fundamental Rights. Human Being Dignity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	– Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondente ao Ano de 2014.....	72
FIGURA 02	– Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Ano de 2015.....	73
FIGURA 03	– Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Ano de 2016.....	74
FIGURA 04	– Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Ano de 2017.....	75
FIGURA 05	– Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Período de 2014 a 2017.....	76
FIGURA 06	– Tipos de Ação Judicial	77
FIGURA 07	– Total de Processos Judiciais.....	77
FIGURA 08	– Alimentação Especial.....	78
FIGURA 09	– Apresentação de Prontuário	78
FIGURA 10	– Cirurgia	79
FIGURA 11	– Consulta Médica	79
FIGURA 12	– Cuidador / <i>Home Care</i>	80
FIGURA 13	– Dano Material e Moral.....	80
FIGURA 14	– Insumos / Material Hospitalar.....	81
FIGURA 15	– Exame.....	81
FIGURA 16	– Internação	82
FIGURA 17	– Medicamento	82
FIGURA 18	– Transporte.....	83
FIGURA 19	– Fralda.....	83
FIGURA 20	– Segredo de Justiça	83
FIGURA 21	– Custo Anual por Centro de Custo	85
FIGURA 22	– Custo Anual Medicamento Judicial	85
FIGURA 23	– Custo Anual Material Hospitalar.....	86
FIGURA 24	– Custo Total por Ano	86

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	– Processos Pesquisados Correspondentes ao Ano de 2014	72
TABELA 02	– Processos Pesquisados Correspondentes ao Ano de 2015	73
TABELA 03	– Processos Pesquisados Correspondentes ao Ano de 2016	74
TABELA 04	– Processos Pesquisados Correspondentes ao Ano de 2017	75
TABELA 05	– Visão Geral dos Processos Pesquisados de Acordo com o Objeto Correspondente ao Período de 2014 a 2017	76
TABELA 06	– Total dos Processos Pesquisados por Tipo de Ação Judicial	77
TABELA 07	– Custo Anual da Judicialização da Saúde	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	–	Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental
AgR	–	Agravo
Ampl.	–	Ampliada
ANVISA	–	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
Art.	–	Artigo
Atual.	–	Atualizada
Aum.	–	Aumentada
CC	–	Código Civil
CF	–	Constituição Federal de 1988
CNJ	–	Conselho Nacional de Justiça
CPC	–	Código de Processo Civil
D.J.	–	Data do Julgamento
D.P.	–	Data da Publicação
Ed.	–	Edição
Inc.	–	Inciso
Min.	–	Ministro
NAT-JUS	–	Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário
RE	–	Recurso Extraordinário
Rel.	–	Relator
REsp.	–	Recurso Especial
Ss.	–	Sequintes
STF	–	Supremo Tribunal Federal
STJ	–	Superior Tribunal de Justiça
SUS	–	Sistema Único de Saúde
TJSP	–	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Vol.	–	Volume

Sumário

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	25
2.1	Direito à saúde	26
2.2	Repartição de competências entre os entes federados: o modelo do SUS	28
2.3	Dignidade da pessoa humana	36
2.3.1	<i>Considerações preliminares</i>	<i>36</i>
2.3.2	<i>Evolução histórica do conceito de dignidade</i>	<i>37</i>
2.3.3	<i>O conceito de dignidade em Kant.....</i>	<i>43</i>
2.3.4	<i>Algumas acepções conferidas ao conceito de dignidade</i>	<i>45</i>
2.4	O custo da judicialização da saúde: entre o princípio da reserva do possível e a teoria do mínimo existencial	47
3	PROPOSIÇÃO	61
4	MATERIAL E MÉTODOS.....	65
5	RESULTADOS	71
5.1	Ações judiciais contra o Município de Bauru – período 2014 a 2017 ...	71
5.2	Dos objetos pesquisados	78
5.3	Do impacto orçamentário das ações judiciais no Município de Bauru – período 2014 a 2017	84
6	DISCUSSÃO	89
6.1	Sugestão de política pública	93
7	CONCLUSÕES	101
	REFERÊNCIAS.....	105
	APÊNDICE A – Tabela com a Relação dos Processos Judiciais Pesquisados	121
	ANEXO A – Aprovação Comitê de Ética e Pesquisa	235
	ANEXO B – Provimento nº 84/2019	241
	ANEXO C – Resolução CNJ nº 238/2016	245

1 Introdução

1 INTRODUÇÃO

O processo de redemocratização do país culminou com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Dentre os inúmeros princípios e direitos consagrados, a nova Carta emerge com uma característica peculiar, a de garantidora dos direitos fundamentais.

Neste contexto, a Constituição Federal de 1988, em seu Título II, classifica o gênero “direitos e garantias fundamentais” em quatro grupos: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade e direitos políticos.

Para José Afonso da Silva (2014), os direitos fundamentais:

[...] se concretizam em garantias de uma convivência digna, livre e igual de todas as pessoas. [...] trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem mesmo sobrevive. **Tais direitos a todos devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados** (grifou-se).

A doutrina (SARLET, 2012), por sua vez, classifica os direitos fundamentais em gerações de direitos, também chamadas de dimensões dos direitos fundamentais. Seguindo o ideário da Revolução Francesa – liberdade, igualdade, fraternidade – apresentam-se os direitos de primeira, segunda e terceira dimensão, havendo quem sustente já uma quarta (BONAVIDES, 2010), quinta e até sexta dimensão de direitos fundamentais (FACHIN, 2015).

Os direitos de primeira dimensão se caracterizam pela passagem de um Estado autoritário para um Estado de Direito, fazendo eclodir o respeito às liberdades individuais frente ao absentéismo estatal. Traduzem o valor da liberdade do indivíduo em relação ao Estado e, por isso, recebem a denominação de liberdades públicas.

Os direitos de segunda dimensão foram impulsionados pela Revolução Industrial europeia, a partir do século XIX, e evidenciam os direitos sociais, culturais e econômicos, correspondentes aos direitos de igualdade prenunciados na Revolução Francesa.

Os direitos de terceira dimensão são direitos transindividuais, isto é, aqueles que vão além dos interesses do indivíduo, na medida em que buscam a proteção da humanidade, como, por exemplo, direito ao meio ambiente, ao patrimônio histórico.

Trilhando esse caminho, o direito à saúde, constitucionalmente consagrado, na qualidade de direito social, integra a segunda dimensão dos direitos fundamentais.

Assim, podemos dizer que os direitos sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condições de vida aos mais fracos, direitos que tendem a igualização de situações sociais desiguais (SILVA, 2014).

O Constituinte de 1988, em seu art. 6º, expressamente elencou os direitos sociais, conforme segue:

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a **saúde**, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (grifou-se).

Posteriormente, no art. 196, do Diploma Constitucional, o legislador originário trouxe o acesso universal e igualitário para o direito à saúde, conferindo ao Estado a atribuição precípua de atender as demandas do cidadão na área da saúde:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Quanto à aplicabilidade prática, via de regra, as normas constitucionais garantidoras dos direitos fundamentais têm aplicação imediata,¹ ou seja, possuem todos os meios e elementos necessários à sua correta aplicação. Todavia, algumas dessas normas dependem de providências posteriores que lhes garantam a eficácia, como é o caso das normas que tratam dos direitos sociais (SILVA, 2014).

¹ Art. 5º, § 1º, da Constituição Federal de 1988: As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

Após a Constituição de 1988, além dos direitos sociais, a dignidade da pessoa humana, igualmente, encontra um vasto campo normativo tendente à valorização do cidadão, assumindo um novo reconhecimento, sendo alçada ao *status* de fundamento da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 1º, inc. III, da Carta Magna.

Nesse contexto, a atuação do Poder Judiciário encontra terreno fértil para o implemento do direito à saúde, suprimindo eventuais omissões legislativas e conferindo garantia à sua efetivação, tudo isso sob o prisma dos direitos fundamentais e da dignidade da pessoa humana.

Quanto maior o número de leis e quanto mais direitos são constitucionalizados com o intuito de regulamentar uma diversidade de matérias, maior será a atuação do Poder Judiciário, surgindo a todo instante o que se chama de judicialização (BARROSO, 2014).

Importante destacar que a busca pelo Poder Judiciário também foi constitucionalmente consagrada, representada pelo Princípio do Amplo Acesso à Justiça, também chamado de Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional, conforme se depreende do art. 5º, inc. XXXV, da Carta de 1988:

Art. 5º: [...].

[...]

XXXV – a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

Poder invocar a atividade jurisdicional é um verdadeiro direito público subjetivo, o qual compreende mais que um simples direito de agir, mas também um direito contra quem se age (SILVA, 2014).

No âmbito do direito à saúde, além das omissões legislativas supra citadas, o aumento da demanda, o surgimento de novas especialidades e técnicas, aliados à insuficiência de profissionais e estabelecimentos de saúde, acarretam um descontentamento generalizado e a busca pelo Judiciário é providência iminente (MAPELLI JUNIOR, 2017).

Há uma dicotomia latente quando se fala em judicialização da saúde: parte da população tem acesso a medicamentos e a tratamentos muitas vezes

caríssimos, enquanto a maior parte morre nas filas de hospitais e ambulatórios em todo o país.

O insuficiente sistema de saúde brasileiro luta para equilibrar os gastos públicos, ao passo que se depara com inúmeras medidas judiciais determinando o cumprimento imediato de tutelas individuais, em busca da efetivação do direito à saúde (CORVINO, 2017).

Não se discute o conteúdo da norma constitucional que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado (em sentido amplo), porque este, sem dúvida, é um direito inerente ao ser humano, sem o qual nenhum outro seria possível ou usufruível.

Também não se questiona o direito à saúde consagrado constitucionalmente no artigo 196 do Texto Fundamental, como direito de todos e dever do Estado. Entretanto, vale salientar, assim como faz José Joaquim Gomes Canotilho (1994), que: “[...] o direito à prestação não corresponde, rigorosamente, ao dever de prestação do Estado, contido na imposição legiferante; o âmbito normativo daquele direito pode ser mais amplo ou mais restrito que o deste dever”.

Nesse diapasão, a Lei Federal nº 8.080/90, denominada Lei Orgânica da Saúde, já no seu primeiro artigo determina que os serviços de saúde, em todo o território nacional, serão regulados por essa lei, definindo as competências dos entes federados, na questão de saúde.

Tudo isso, aliás, a decorrer da competência comum, prevista no art. 24, inc. XII, da Lei Maior.²

Por sua vez, o Estado de São Paulo, respeitando as normas gerais editadas pela União, promulgou a Lei Complementar nº 791/95, denominado Código de Saúde.

² Art. 24 da Constituição Federal de 1988: Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:
[...]
XII – previdência social, proteção e defesa da saúde.

A legislação estadual, em seus arts. 15, parágrafo único e 17, estabelece a competência supletiva do Estado, nos serviços e ações de saúde a serem desenvolvidos nos Municípios.

Verifica-se, pelo teor das normas, a existência de uma repartição de competências entre os entes federados, razão pela qual incumbe ao Estado, de forma supletiva, suprir qualquer serviço ou ação de saúde nos Municípios.

Assim, não se pode negar efetividade ao Texto Constitucional, nem mesmo às leis que, por determinação da Carta Magna, regulamentam o consagrado direito à saúde. Isso porque há uma tendência no Poder Judiciário em atribuir aos Municípios grande parte da responsabilidade pelo atendimento às demandas na área da saúde.

Ocorre que, se já há norma infraconstitucional regulamentando de forma clara as competências e as atribuições de cada ente federativo, não deveria, em tese, o Judiciário ignorá-las, sob o fundamento que há solidariedade entre os entes federados.

Tal situação levaria ao descompasso do princípio federativo, cláusula pétrea do nosso Texto Constitucional. Os Municípios, que já possuem orçamento bem limitado, em comparação aos Estados-Membros e à União, veem-se obrigados, por determinação judicial, a realizar ações e a utilizar recursos orçamentários próprios em tarefas que não são de sua responsabilidade, claramente definidas nas regras infraconstitucionais.

A preocupação com o impacto da judicialização nos municípios é justificável. Há casos em que uma única ação pode comprometer todo o orçamento da saúde de uma cidade de pequeno porte (PIERRO, 2017).

Em notícia publicada no sítio do Superior Tribunal de Justiça – STJ, referido Tribunal coloca sobre o desafio de ponderar demandas individuais e coletivas.³

Para o Presidente da época da Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, Ministro Teori Albino Zavascki:

³ Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em: 05 out. 2018.

[...] não existe um direito subjetivo constitucional de acesso universal, gratuito, incondicional e a qualquer custo a todo e qualquer meio de proteção à saúde. O direito à saúde deve ser entendido como um sistema de proteção à saúde que dá oportunidades iguais para as pessoas alcançarem os mais altos níveis de saúde possíveis.

E pondera:

[...] isso não significa que a garantia constitucional não tenha eficácia. Há certos deveres estatais básicos que devem ser cumpridos. Assim, **a atuação judicial ganha espaço quando inexistem políticas públicas ou quando elas são insuficientes para atender minimamente** (grifou-se).

Deve-se salientar que, em recente manifestação do Supremo Tribunal Federal, o Ministro Gilmar Mendes enfrentou a questão, no tocante aos medicamentos de alto custo, quando do julgamento do RE nº 566.471, que já conta com decisão final, a ser abordada no decorrer deste trabalho, fixando a seguinte tese de repercussão geral:

O reconhecimento do direito individual ao fornecimento, pelo Estado, de medicamento de alto custo, não incluído em Política Nacional de Medicamentos ou em Programa de Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional, depende da comprovação da imprescindibilidade – adequação e necessidade –, da impossibilidade de substituição do fármaco e da incapacidade financeira do enfermo e dos membros da família solidária, respeitadas as disposições sobre alimentos dos artigos 1.694 a 1.710 do Código Civil.⁴

Assim, procurar-se-á efetuar uma avaliação crítica da atuação do Poder Judiciário na efetivação do direito fundamental à saúde, levando-se em conta a reserva do possível, o mínimo existencial e o Princípio da Separação de Poderes, à luz da dignidade da pessoa humana.

O estudo em questão não busca considerações eminentemente teóricas, na medida em que o foco central do trabalho será a análise prática da judicialização da saúde no Município de Bauru, por meio de uma avaliação retrospectiva, verificando os reflexos orçamentários e administrativos no que tange ao montante despendido com a judicialização, à execução de políticas públicas, bem como à efetivação de direitos fundamentais do cidadão.

⁴ Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

Há uma verdadeira explosão de ações judiciais objetivando o fornecimento de medicamentos, insumos, vagas para internação, agendamento de cirurgias, dentre tantas outras demandas ligadas à saúde. Todavia, muito mais que uma questão jurídica, o problema também é social, de gestão.

Assim, a ausência de políticas públicas, aliada ao fato de uma prestação de serviços deficiente e à precariedade do sistema público de saúde levam ao fenômeno da judicialização da saúde.

Neste contexto, imperativa se faz a análise das consequências advindas dessa interferência do Poder Judiciário, principalmente no que tange à gestão administrativa e ao impacto orçamentário.

O presente estudo justifica-se diante da constatação acerca da atuação crescente do Poder Judiciário para garantia do direito à saúde.

O Estado Democrático de Direito, por si só, não garante a efetivação do direito à saúde, oportunidade em que há um elevado contingente quantitativo de ações judiciais individuais, ou seja, é o cidadão buscando o Poder Judiciário para implementar esse direito.

Em suma, pretende-se demonstrar se a judicialização da saúde pode ser considerada ou não um mecanismo de efetivação de direitos fundamentais. Daí a necessidade premente da abordagem do tema em questão, realçando-se a importância da análise da judicialização nos processos na área da saúde, no âmbito do Município de Bauru.

2 Revisão de Literatura

2 REVISÃO DE LITERATURA

A literatura científica, normalmente, aborda o direito à saúde sob o prisma constitucional dos direitos sociais, compreendendo a judicialização da saúde como instituto garantidor de direitos fundamentais da pessoa humana, verdadeiro ativismo judicial onde o Estado, representado aqui pelo Poder Judiciário, intervém cada vez mais no Poder Executivo a fim de suprir a carência crescente de políticas públicas de saúde.

Raramente as discussões doutrinárias apresentam dados estatísticos sobre o assunto.

Em âmbito constitucional, tratando-se de direitos sociais, é frequente a afirmação no sentido de que os direitos econômicos e sociais, como dimensão dos direitos fundamentais do homem, se caracterizam por prestações positivas proporcionadas pelo Estado, cujo objetivo primordial é possibilitar melhores condições de vida àqueles mais necessitados, buscando a efetivação da igualdade real (SILVA, 2014).

Historicamente, o surgimento dos direitos sociais está ligado ao início do capitalismo industrial, onde a classe operária se organizava em movimentos de resistência e afirmação contra as desigualdades sociais e as deficiências do Estado Liberal, dando origem no século XX ao *Welfare State*, Estado do Bem-Estar Social, cujo modelo é de um governo protagonista na manutenção e promoção do bem-estar político e social do país e de seus cidadãos (COMPARATO, 1999).

Neste contexto, o *Welfare State* emerge como uma garantia cidadã ao bem-estar da população, no sentido de, pela ação positiva, o Estado ser um verdadeiro afiançador da qualidade de vida do indivíduo, levando, num momento posterior ao aprofundamento da fórmula, a qual passou de Estado do Bem-Estar Social para Estado Democrático de Direito (STRECK, 2004).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o direito à saúde adquiriu *status* de direito fundamental e garantiu ao cidadão atendimento integral,

ganhando força a ideia de que o juiz de direito, ao perceber a inércia estatal ou ineficiência, deve supri-la por meio de uma ordem, dando origem à constitucionalização da saúde e à judicialização dos direitos sociais (MAPELLI JÚNIOR, 2017).

Os ideários da Constituição de 1988, chamada Constituição Cidadã, vêm expressos no art. 3º,⁵ intitulados em forma de objetivos da República Federativa do Brasil, dentre eles, construir uma sociedade livre, justa e solidária, reduzir as desigualdades sociais e promover o bem de todos. Tudo isso sob o prisma da dignidade da pessoa humana, alçada a fundamento da República, nos termos do art. 1º, inc. III, da Carta de 1988.⁶

E para atingir esses objetivos fundamentais, o Estado tem que se organizar no *facere* e *praestare*, incidindo sobre a realidade social. É aí que o Estado Social de Direito se transforma em Estado Democrático de Direito (GRINOVER, 2009).

2.1 Direito à Saúde

Constitucionalmente, o direito à saúde foi previsto, pela primeira vez, no rol dos direitos sociais do art. 6º da Magna Carta de 1988.

Os direitos sociais, enquanto direitos fundamentais, se inserem na classificação de segunda dimensão (ou segunda geração), sendo conceituados como “[...] aqueles que garantem ao cidadão o poder de exigir prestações positivas por parte do Estado, pela busca do bem-estar social” (HUTZLER, 2018).

⁵ Art. 3º da Constituição Federal de 1988: Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

⁶ Art. 1º da Constituição Federal de 1988: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III – a dignidade da pessoa humana.

O amadurecimento histórico e democrático trouxe a necessidade de um vasto catálogo de direitos fundamentais, abrangendo os direitos sociais e dentro deles, o direito à saúde (ADAES, 2016).

A saúde deve ser considerada o primeiro e o primordial direito social, na medida em que sem saúde não há sequer vida digna, não há trabalho (MENDES, 2013).

No âmbito infraconstitucional, as principais legislações sobre o assunto são a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, e a Lei Complementar Estadual nº 791, de 09 de março de 1995, que estabelece o Código de Saúde no Estado de São Paulo.

A Lei Federal nº 8.080/90, denominada Lei Orgânica da Saúde, em seu art. 2º, traz a saúde atrelada expressamente ao conceito de direito fundamental:

Art. 2º: A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

É bem verdade que os direitos a prestações positivas do Estado encontraram terreno fértil, sem precedentes, na Constituição de 1988, conferindo-se um capítulo específico aos direitos sociais dentro do tópico concernente aos direitos e garantias fundamentais (SARLET, 2012).

A implementação dos direitos sociais exige a construção de um novo paradigma, pautado por valores de inclusão, capazes de assegurar um desenvolvimento mais igualitário e democrático, nos âmbitos local, regional e global, inspirado na crença absoluta da prevalência da dignidade humana (PIOVESAN, 2010).

Neste contexto, a Constituição Federal prevê expressamente a universalidade da saúde como direito de todos e dever do Estado, que deve ser garantido mediante políticas sociais e econômicas (art. 196).

No mesmo sentido é o art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.080/90:

Art. 2º: [...].

§ 1º – O dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

A imensa desigualdade social e econômica, em especial no Brasil, dificulta a efetivação do direito à saúde, na medida em que a justiça social é componente fundamental do direito ao desenvolvimento, propiciando igualdade de oportunidade a todos no acesso de recursos básicos e na distribuição de renda (PIOVESAN, 2010).

Os problemas pertinentes à eficácia do direito à saúde devem-se muito mais à implementação e manutenção de políticas públicas do que à falta de legislação específica. Em outras palavras, o problema não é de inexistência, mas de execução administrativa pelos entes federados. O direito à saúde deve ser implementado mediante ações específicas (dimensão individual) e mediante amplas políticas públicas (dimensão coletiva) (MENDES; BRANCO, 2012).

O direito fundamental à saúde passou a ser considerado direito subjetivo e, nessa condição, passível de ser exigido judicialmente, razão pela qual, quando o Judiciário intervém compelindo o administrador a fornecer um medicamento ou um determinado tratamento a alguém está, na verdade, cumprindo um comando constitucional a assegurar esse direito e, assim, efetivá-lo (BRAZ; MONTENEGRO, 2010).

Quanto mais os governantes se omitem em programar e implementar políticas sociais, principalmente num país com profundas desigualdades como o nosso, mais se legitima a intervenção do Poder Judiciário para garantir ao cidadão o mínimo existencial que lhe propicie uma vida digna (CARLOS NETO, 2018).

2.2 Repartição de competências entre os entes federados: o modelo do SUS

A estrutura federativa do Brasil no que tange à inteligência dos preceitos acerca do direito à saúde estabelecidos na Constituição Federal de 1988 nos traz

uma competência estatal a indicar uma evidente solidariedade entre os entes federados quanto à responsabilidade por políticas públicas.⁷

Nesse sentido, o modelo constitucional do Sistema Único de Saúde (SUS) traz um desenho institucional que pressupõe um consenso administrativo entre os entes federados para repartição de competências, objetivando as organizações dos serviços e ações na área da saúde de forma regional e hierarquizada, aptas a garantirem o acesso universal e a assistência integral (MAPELLI, 2017).

Art. 4º da Lei Federal nº 8.080/90: O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 1º – Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

§ 2º – A iniciativa privada poderá participar do Sistema Único de Saúde (SUS), em caráter complementar.

O sistema, como o próprio nome já diz, é único, apresentando a mesma doutrina e os mesmos princípios em todo território nacional, sob a responsabilidade dos entes federados por meio de formas autônomas de governo, com comando único em cada nível de gestão (MENDES, 2013).

O art. 200 da Constituição Federal de 1988 elenca, num rol meramente exemplificativo, as atribuições do SUS:

Art. 200: Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos, imunobiológicos, hemoderivados e outros insumos;

II – executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III – ordenar a formação de recursos humanos na área de saúde;

IV – participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V – incrementar, em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015);

VI – fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendido o controle de seu teor nutricional, bem como bebidas e águas para consumo humano;

⁷ Vide arts. 23, II; 24, XII; 30, V e VI; 196 e 198, I, todos da Constituição Federal de 1988.

VII – participar do controle e fiscalização da produção, transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

Além de determinar a instituição de um sistema único e integrado de saúde, o constituinte originário definiu, de forma ampla, as suas atribuições (MENDES; BRANCO, 2012).

À iniciativa privada compete a participação no SUS em caráter complementar (art. 199, § 1º da Constituição Federal de 1988 e art. 4º, § 2º da Lei nº 8080/90).

Os princípios e diretrizes constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS) são (MAPELLI, 2017):

a) Universalidade: a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais.

b) Equidade: o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior.

c) Integralidade: este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

d) Igualdade: deve ser dado o mesmo tratamento a todos os usuários do SUS, sem qualquer discriminação ou preconceito.

e) Gratuidade: o usuário não pode ser compelido a efetuar qualquer tipo de pagamento aos serviços prestados pelo SUS.

f) Regionalização e Hierarquização: a prestação dos serviços deve ser realizada por meio de divisões territoriais, de acordo com a complexidade, levando-se em consideração o grau menos complexo ao mais complexo.

g) Descentralização: compete aos municípios a execução das ações e serviços de saúde, permanecendo os estados e a união como corresponsáveis.

h) Participação social: se dá por meio da participação da comunidade em Conferências de Saúde e Conselhos de Saúde.

i) Informação: abrange dois aspectos, o direito do paciente e de sua família ao tratamento dado e o real estado de saúde e o dever do Estado na divulgação de informações quanto aos serviços de saúde e sua respectiva utilização pelos usuários.

Os objetivos do SUS, consagrados no art. 5º da Lei nº 8.080/90 são: (i) a identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde; (ii) a formulação de política de saúde destinada a promover, nos campos econômico e social, a observância do disposto no § 1º do art. 2º desta lei; e, (iii) a assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Inclui-se ainda no campo de atuação do SUS a execução das seguintes ações: (i) de vigilância sanitária; (ii) de vigilância epidemiológica; (iii) de saúde do trabalhador; e, (iv) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica (art. 6º).

As atribuições comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão elencadas no art. 15 a Lei Federal nº 8080/90, *in verbis*:

Art. 15: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições:

I – definição das instâncias e mecanismos de controle, avaliação e de fiscalização das ações e serviços de saúde;

II – administração dos recursos orçamentários e financeiros destinados, em cada ano, à saúde;

III – acompanhamento, avaliação e divulgação do nível de saúde da população e das condições ambientais;

IV – organização e coordenação do sistema de informação de saúde;

V – elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade e parâmetros de custos que caracterizam a assistência à saúde;

VI – elaboração de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador;

- VII – participação de formulação da política e da execução das ações de saneamento básico e colaboração na proteção e recuperação do meio ambiente;
- VIII – elaboração e atualização periódica do plano de saúde;
- IX – participação na formulação e na execução da política de formação e desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;
- X – elaboração da proposta orçamentária do Sistema Único de Saúde (SUS), de conformidade com o plano de saúde;
- XI – elaboração de normas para regular as atividades de serviços privados de saúde, tendo em vista a sua relevância pública;
- XII – realização de operações externas de natureza financeira de interesse da saúde, autorizadas pelo Senado Federal;
- XIII – para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização;
- XIV – implementar o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;
- XV – propor a celebração de convênios, acordos e protocolos internacionais relativos à saúde, saneamento e meio ambiente;
- XVI – elaborar normas técnico-científicas de promoção, proteção e recuperação da saúde;
- XVII – promover articulação com os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras entidades representativas da sociedade civil para a definição e controle dos padrões éticos para pesquisa, ações e serviços de saúde;
- XVIII – promover a articulação da política e dos planos de saúde;
- XIX – realizar pesquisas e estudos na área de saúde;
- XX – definir as instâncias e mecanismos de controle e fiscalização inerentes ao poder de polícia sanitária;
- XXI – fomentar, coordenar e executar programas e projetos estratégicos e de atendimento emergencial.

As competências dos entes federados foram previstas no art. 16 e seguintes do mesmo diploma legal, a seguir:

Art. 16: À direção nacional do Sistema Único da Saúde (SUS) compete:

- I – formular, avaliar e apoiar políticas de alimentação e nutrição;
- II – participar na formulação e na implementação das políticas:
 - a) de controle das agressões ao meio ambiente;
 - b) de saneamento básico; e
 - c) relativas às condições e aos ambientes de trabalho;
- III – definir e coordenar os sistemas:
 - a) de redes integradas de assistência de alta complexidade;
 - b) de rede de laboratórios de saúde pública;
 - c) de vigilância epidemiológica; e
 - d) vigilância sanitária;
- IV – participar da definição de normas e mecanismos de controle, com órgão afins, de agravo sobre o meio ambiente ou dele decorrentes, que tenham repercussão na saúde humana;
- V – participar da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho e coordenar a política de saúde do trabalhador;
- VI – coordenar e participar na execução das ações de vigilância epidemiológica;

VII – estabelecer normas e executar a vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras, podendo a execução ser complementada pelos Estados, Distrito Federal e Municípios;

VIII – estabelecer critérios, parâmetros e métodos para o controle da qualidade sanitária de produtos, substâncias e serviços de consumo e uso humano;

IX – promover articulação com os órgãos educacionais e de fiscalização do exercício profissional, bem como com entidades representativas de formação de recursos humanos na área de saúde;

X – formular, avaliar, elaborar normas e participar na execução da política nacional e produção de insumos e equipamentos para a saúde, em articulação com os demais órgãos governamentais;

XI – identificar os serviços estaduais e municipais de referência nacional para o estabelecimento de padrões técnicos de assistência à saúde;

XII – controlar e fiscalizar procedimentos, produtos e substâncias de interesse para a saúde;

XIII – prestar cooperação técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o aperfeiçoamento da sua atuação institucional;

XIV – elaborar normas para regular as relações entre o Sistema Único de Saúde (SUS) e os serviços privados contratados de assistência à saúde;

XV – promover a descentralização para as Unidades Federadas e para os Municípios, dos serviços e ações de saúde, respectivamente, de abrangência estadual e municipal;

XVI – normatizar e coordenar nacionalmente o Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados;

XVII – acompanhar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde, respeitadas as competências estaduais e municipais;

XVIII – elaborar o Planejamento Estratégico Nacional no âmbito do SUS, em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal;

XIX – estabelecer o Sistema Nacional de Auditoria e coordenar a avaliação técnica e financeira do SUS em todo o Território Nacional em cooperação técnica com os Estados, Municípios e Distrito Federal (vide Decreto nº 1.651, de 1995);

Parágrafo único: A União poderá executar ações de vigilância epidemiológica e sanitária em circunstâncias especiais, como na ocorrência de agravos inusitados à saúde, que possam escapar do controle da direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) ou que representem risco de disseminação nacional (grifo nosso).

Art. 17: À direção estadual do Sistema Único de Saúde (SUS) compete:

I – promover a descentralização para os Municípios dos serviços e das ações de saúde;

II – acompanhar, controlar e avaliar as redes hierarquizadas do Sistema Único de Saúde (SUS);

III – prestar apoio técnico e financeiro aos Municípios e executar supletivamente ações e serviços de saúde;

IV – coordenar e, em caráter complementar, executar ações e serviços:

a) de vigilância epidemiológica;

b) de vigilância sanitária;

c) de alimentação e nutrição; e

d) de saúde do trabalhador;

V – participar, junto com os órgãos afins, do controle dos agravos do meio ambiente que tenham repercussão na saúde humana;

VI – participar da formulação da política e da execução de ações de saneamento básico;

VII – participar das ações de controle e avaliação das condições e dos ambientes de trabalho;

- VIII – em caráter suplementar, formular, executar, acompanhar e avaliar a política de insumos e equipamentos para a saúde;
- IX – identificar estabelecimentos hospitalares de referência e gerir sistemas públicos de alta complexidade, de referência estadual e regional;
- X – coordenar a rede estadual de laboratórios de saúde pública e hemocentros, e gerir as unidades que permaneçam em sua organização administrativa;
- XI – estabelecer normas, em caráter suplementar, para o controle e avaliação das ações e serviços de saúde;
- XII – formular normas e estabelecer padrões, em caráter suplementar, de procedimentos de controle de qualidade para produtos e substâncias de consumo humano;
- XIII – colaborar com a União na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;
- XIV – o acompanhamento, a avaliação e divulgação dos indicadores de morbidade e mortalidade no âmbito da unidade federada (grifo nosso).

Art. 18: À direção municipal do Sistema de Saúde (SUS) compete:

- I – planejar, organizar, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde e gerir e executar os serviços públicos de saúde;
- II – participar do planejamento, programação e organização da rede regionalizada e hierarquizada do Sistema Único de Saúde (SUS), em articulação com sua direção estadual;
- III – participar da execução, controle e avaliação das ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;
- IV – executar serviços:
 - a) de vigilância epidemiológica;
 - b) vigilância sanitária;
 - c) de alimentação e nutrição;
 - d) de saneamento básico; e
 - e) de saúde do trabalhador;
- V – dar execução, no âmbito municipal, à política de insumos e equipamentos para a saúde;
- VI – colaborar na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos municipais, estaduais e federais competentes, para controlá-las;
- VII – formar consórcios administrativos intermunicipais;
- VIII – gerir laboratórios públicos de saúde e hemocentros;
- IX – colaborar com a União e os Estados na execução da vigilância sanitária de portos, aeroportos e fronteiras;
- X – observado o disposto no art. 26 desta Lei, celebrar contratos e convênios com entidades prestadoras de serviços privados de saúde, bem como controlar e avaliar sua execução;
- XI – controlar e fiscalizar os procedimentos dos serviços privados de saúde;
- XII – normatizar complementarmente as ações e serviços públicos de saúde no seu âmbito de atuação (grifo nosso).

Art. 19: Ao Distrito Federal competem as atribuições reservadas aos Estados e aos Municípios (grifo nosso).

Por sua vez, o Estado de São Paulo, respeitando as normas gerais editadas pela União, promulgou a Lei Complementar nº 791/95, denominado Código de Saúde.

A legislação estadual, em seus artigos 15, parágrafo único e 17, estabelece a competência do Estado, nos seguintes termos:

Art. 15: Compete à direção estadual do SUS, além da observância do disposto nos artigos 2º e 12 deste Código, fundamentalmente:

[...]

Parágrafo único – **O Estado executará, supletivamente, serviços e ações de saúde nos Municípios**, no limite das deficiências locais e de comum acordo com a direção local do SUS (grifo nosso).

Art. 17: **Compete, ainda, à direção estadual do SUS:**

[...]

IX – organizar, fiscalizar, controlar e participar da produção e **distribuição de medicamentos, de componentes farmacêuticos básicos, produtos químicos, biotecnológicos, imunobiológicos, hemoderivados e outros de interesse para a saúde**, facilitando à população o acesso a eles (grifo nosso).

Muito embora se fale em uma solidariedade constitucional para implementação de políticas públicas, verifica-se, pelo teor dos dispositivos citados, a existência de uma repartição de competências entre os entes federados, razão pela qual incumbe ao Estado, de forma supletiva, suprir qualquer serviço ou ação de saúde nos Municípios.

Não há dúvida de que existe uma maior facilidade no acionamento do Poder Público Municipal diante da proximidade com o requerente. Mas tal situação, em tese, macularia o princípio federativo, colocando o ente municipal em situação ainda mais precária e, principalmente, interferindo no andamento das ações de saúde que competem ao Município, quais sejam, de Atenção Básica e Vigilância em Saúde.

Em que pese toda divisão de competência entre os entes federados no âmbito da saúde, em 23 de maio de 2019, o Plenário do Supremo Tribunal Federal fixou tese de repercussão geral sobre a matéria constitucional contida no Recurso Extraordinário (RE) 855178 – *leading case*, no sentido de que há responsabilidade solidária de entes federados para o fornecimento de medicamentos e tratamentos de saúde. Com a fixação da tese, a Corte reafirmou sua jurisprudência sobre o tema.

O texto, aprovado por maioria dos votos, versa o seguinte:

Os entes da federação, em decorrência da competência comum, são solidariamente responsáveis nas demandas prestacionais na área da saúde e, diante dos critérios constitucionais de descentralização e hierarquização, compete à autoridade judicial direcionar o cumprimento conforme as regras de repartição de competências e determinar o ressarcimento a quem suportou o ônus financeiro.

Em suma, União, Estados, Distrito Federal e Municípios podem ser acionados judicialmente, em conjunto ou separadamente, para responder pelas demandas na área da saúde.

2.3 Dignidade da pessoa humana

2.3.1 Considerações preliminares

Num mundo repleto de desigualdades, onde os mais variados tipos de preconceito afloram no nosso dia a dia, a dignidade da pessoa humana surge como mecanismo cancelador para o resgate de direitos e garantias ainda hoje não perpetrados.

Ao longo dos séculos, a humanidade sentiu e vivenciou a necessidade do reconhecimento da pessoa humana como sujeito de direitos, portadora de vontade própria, passando a proclamar a dignidade como atributo inerente ao ser humano e, a partir daí, prevê-la nos ordenamentos constitucionais.

Especificamente no âmbito da legislação brasileira constitucional, a dignidade assume posição de fundamento da República, prevista expressamente como tal no art. 1º, inc. III, da Constituição Federal.

Somente procedendo-se à análise da evolução histórica por que passou o conceito de dignidade da pessoa humana, através de um processo lento e contínuo de transformação axiológica, é que podemos vislumbrar a posição ocupada pela dignidade hoje, bem como sua imprescindibilidade no reconhecimento pelo Estado dos direitos do homem, como indivíduo e dentro da sociedade, mas de forma separada e independente da vida social e política.

É inegável que toda evolução nos traz a oportunidade de efetuarmos uma comparação entre o passado e o presente, ensejando a possibilidade de verificação das contradições existentes, permitindo, assim, a superação das falhas, visando à formação de um mundo melhor e mais justo para as gerações vindouras.

Seja como for, o que realmente importa é refletir sobre alguns momentos de afirmação e reconhecimento da dignidade da pessoa humana no seu percurso histórico.

2.3.2 Evolução histórica do conceito de dignidade

Antes mesmo de ser disciplinada pelo direito positivo, a dignidade da pessoa humana, embora com conotação diversa da atribuída nos dias de hoje, já era reconhecida na antiguidade clássica e, posteriormente, no ideário cristão.

O pensamento filosófico predominante na antiguidade clássica tratava a dignidade como atributo conferido ao homem conforme a classe social por ele ocupada. Nesse sentido, além de refletir o status social conquistado pelo indivíduo, a dignidade era mensurável e variava de pessoa para pessoa. Sob este prisma, Ingo Sarlet (2001) nos traz importante contribuição ao salientar que:

No pensamento filosófico e político da antiguidade clássica, verifica-se que a dignidade (*dignitas*) da pessoa humana dizia, em regra, com a posição social ocupada pelo indivíduo e o seu grau de reconhecimento pelos demais membros da comunidade, daí poder falar-se em uma qualificação e modulação da dignidade, no sentido de se admitir a existência de pessoas mais dignas ou menos dignas.

Para a filosofia grega, o homem era um animal político ou social, conforme preceituava Aristóteles. Havia uma interdependência do homem em relação ao Estado, razão pela qual a existência do indivíduo não era reconhecida por si só, mas sempre dentro do âmbito político e social, confundindo-se muitas vezes a vida do homem com a vida do Estado. Nesse aspecto, cumpre mencionar os ensinamentos do ilustre jurista Miguel Reale (1997), *in verbis*:

Aos olhos dos gregos e dos romanos a comunidade política representava a máxima expressão da realidade ética alcançada pelo homem. Só se compreendia a plenitude da personalidade dentro do Estado e pelo Estado, e era tão-somente como membro efetivo de uma comunidade política, participante de seus órgãos diretores em maior ou menor escala, que o homem se revestia da qualidade de cidadão, com a qual se confundia a qualidade de ser livre.

Assim, conforme salientado acima, o indivíduo era totalmente subordinado ao Estado greco-romano e dependente da ordem política constituída, ficando à mercê das garantias e dos direitos conferidos pelo Estado, sem o reconhecimento e o respeito do homem enquanto ser humano livre e portador de dignidade.

Entretanto, já no pensamento estóico, a dignidade era considerada uma qualidade inerente a todo ser humano e, justamente por isso o homem se distinguia

das demais criaturas existentes na face da Terra. Aqui, a dignidade deixa de ser mensurada, passando a ser atribuída de forma igualitária a todo e qualquer indivíduo. O homem, considerado filho de Zeus, era detentor de direitos inatos e iguais para todos, não obstante as diferenças e qualidades individuais.

Aos poucos, gradativamente, os povos da antiguidade foram descobrindo que o ser humano era livre, possuía vontade própria para agir e decidir conforme os seus interesses, ou seja, possuía autodeterminação e, portanto, era dotado de dignidade. Nesse período, a escravidão, embora ainda fosse admitida, passa a ser condenada como instituto contrário aos preceitos da razão natural e, dessa forma, começa a perder a legitimidade em que se baseia até ser expurgada definitivamente da sociedade.

A doutrina de Cristo, dentre outras coisas, pregava a igualdade dos semelhantes, razão pela qual aconselhava os senhores de escravos a não abusar da condição que ostentavam em relação aos seus servos, sob pena de caírem em desgraça aos olhos de Deus. Foi assim que, ao longo do tempo, de forma gradativa e contínua, o ideário cristão conseguiu enfraquecer o instituto da escravidão, conferindo também aos escravos, enquanto seres humanos, o atributo da dignidade.

Ao verificar que a dignidade era única, ou seja, igual para todos e que o respeito ao semelhante era imprescindível para uma convivência pacífica dentro do Estado, começa a ser adotada a famosa regra que determina: “[...] não faças a outro o que não queres que façam a ti” (ALVES, 2001). Neste período, para que a dignidade fosse reconhecida, deixa de ter relevância os atributos materiais do homem, bastando simplesmente estar vivo e ser pessoa humana.

Ainda na antiguidade clássica, a preocupação com a dignidade e os direitos do homem levaram à positivação, razão pela qual tiveram origem as primeiras legislações garantidoras de direitos e tendentes a proteger o indivíduo. São elas: o Código de Hamurabi, da Babilônia e da Assíria e o Código de Manu, na Índia (ALVES, 2001).

Cumpre mencionar que, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, embora a dignidade não seja citada de forma expressa, podemos encontrar diversas

referências a ela, principalmente no sentido de que o ser humano foi criado à imagem e semelhança de Deus, razão pela qual é portador de um valor próprio, intrínseco, o que lhe impede de ser transformado em simples objeto ou coisa desprovida de vontade. Dessa forma, sendo imagem e semelhança de Deus, o homem deve ser respeitado nessa condição que ostenta.

A partir daí, o conceito de dignidade, mesmo não sendo totalmente desconhecido ao pensamento antigo ocidental, adquire a devida importância com o Cristianismo, mais especificamente com a filosofia patrística, sendo depois desenvolvida pelos escolásticos, oportunidade em que o indivíduo começa a ser reconhecido como pessoa possuidora de direitos subjetivos e portadora de vontade própria, independente do ente político, sendo capaz de escolher seu destino e autodeterminar-se de acordo com seus objetivos. Aos poucos, o homem deixa de ser visto como cidadão, passando a ser visto como ser humano, dotado de dignidade, que deve ser respeitado, livre de qualquer ligação de ordem política e social com o Estado.

A liberdade trazida pelo Cristianismo serve também para explicar o pecado, uma vez que confere ao homem – na qualidade de ser livre – a possibilidade de escolher e decidir sobre sua salvação ou sobre sua perdição. Sendo imagem e semelhança de Deus, a fonte dessa liberdade deriva exclusivamente desse Ser Superior. Assim, ao Cristianismo se deve também a formação do caminho para o reconhecimento do ser humano como pessoa e, a partir daí, como sujeito detentor de dignidade (SESSAREGO, 2001).

Segundo observa a doutrina de Jorge Miranda (1998: “A dignidade da pessoa pressupõe a autonomia vital da pessoa, a sua autodeterminação relativamente ao Estado, às demais entidades públicas e às outras pessoas”.

Ao adquirir essa condição de liberdade⁸, de autonomia e de autodeterminação, a dignidade traz o reconhecimento dos direitos fundamentais,

⁸ Sobre o atributo da liberdade, Carlos Fernández Sessarego (2001) salienta que: “*La concepción exclusiva o eminentemente racional del ser humano fue vigorosamente cuestionada en la primera mitad del siglo XX. Los filósofos, en lo esencial, rescatan y desarrollan los postulados cardinales del Cristianismo en torno a la libertad del ser humano. Como resultado de sus indagaciones no es más la razón sino la libertad el centro, el núcleo, de la existencia*”.

passando a colocar o Direito e o Estado em planos distintos. Nesse sentido, Fernando Ferreira dos Santos (1999) assevera que:

A proclamação do valor distinto da pessoa humana terá como consequência lógica a afirmação de direitos específicos de cada homem, o reconhecimento de que, na vida social, ele, homem, não se confunde com a vida do Estado [...].

A contribuição maior do cristianismo, através de uma ideologia eminentemente apolítica, consiste, em síntese, numa transferência do Direito, que passa do Estado para o indivíduo. Daí dizer-se que a vida social não se mistura, não se confunde com a vida do Estado, razão pela qual a dignidade é proveniente do próprio homem e não do Estado aristocrático que imperava na época.

Sendo apolítico, o cristianismo também deu ensejo a uma grande revolução, proporcionando a separação do caráter religioso do Estado antigo, passando a distinguir o âmbito religioso e o político. Nesse sentido, outra ruptura importante decorrente do cristianismo verificou-se entre o Estado e a Igreja, distinguindo os direitos de César e os de Deus, contrariando a crença local nos deuses pagãos e nas figuras mitológicas, que, de certa forma, integravam a administração pública na medida em que os ministros religiosos eram ministros do Estado. Assim, começa a ser propagada a existência de um só Deus, justo, universal, imparcial e que era comum a todos os homens, não fazendo distinção de qualquer espécie. Conforme preceitua Luis Maria Desimoni (1999):

[...] la religión se desvinculava de la política em razón de que, según expresiones del próprio Jesús, su reino no era de este mundo, y se debía dar a Dios lo que era de Dios y al César lo que era del César. De tal modo quedaba delimitado el poder temporal del espiritual, lo cual no evito luchas de poderes a lo largo de la historia.

A mensagem trazida pelo cristianismo ressalta, dentre outras coisas, não apenas o respeito ao homem em si, mas também, ao seu semelhante, segundo podemos constatar em inúmeras passagens transcritas na Bíblia Sagrada:

Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda a tua alma, e de todo o teu pensamento. Esse é o primeiro mandamento. O segundo é semelhante a esse: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Deste dois mandamentos depende toda a lei e os profetas.⁹

⁹ Cf. Evangelho segundo São Matheus, capítulo 22, versículos 37 a 40.

Sob o ponto de vista cristão, o fundamento da dignidade da pessoa humana encontra-se em Deus. Nesse sentido, na expressão de Cleber Francisco Alves (2001), *in verbis*:

E o homem estará seguro quando tiver consciência de que sua dignidade é intangível não porque assim o decidiu uma assembléia internacional ou uma assembléia nacional constituinte, mas porque assim o prescreve a Lei Eterna.

Todavia, essa dignidade não deriva propriamente do homem ou de sua posição social, mas de sua condição de imagem e semelhança de Deus. Conforme preceitua Gregório Peces-Barba Martínez (2002), a seguir:

[...] *el cristianismo otorgará al hombre una singularidad primordial, derivada de su condición infinita e inabarcable a la imagen y semejanza de Dios. Pero esa dignidad no derivará de un mérito propio, ni de su posición social, ni se empaña por su estatuto de pecador, no será una dignidad propia, sino derivada de la imagen de Dios, proyectada sobre las criaturas. No se contempla la dignidad desde el hombre, sino desde Dios.*

Ao considerar o homem imagem e semelhança de Deus, o cristianismo traz a ideia de igualdade, uma vez que, sendo o Deus único, justo e imparcial, estes homens não podem ser diferenciados entre si, merecendo todos o mesmo respeito e o mesmo tratamento por parte do Estado e dos demais seres humanos.

Contudo, a fim de evitarmos uma abordagem utópica do assunto, necessário se faz o esclarecimento no sentido de que a igualdade proferida pelo cristianismo era uma igualdade meramente formal, aparente, uma vez que as maiores desigualdades e discriminações eram permitidas e encobertas pelo manto da legalidade e da hipocrisia vigentes na época. Aqui, cumpre transcrever os ensinamentos de Fábio Konder Comparato (2003), *in verbis*:

Mas essa igualdade universal dos filhos de Deus só valia, efetivamente, no plano do sobrenatural, pois o cristianismo continuou admitindo, durante muitos séculos, a legitimidade da escravidão, a inferioridade natural da mulher em relação ao homem, bem como a dos povos americanos, africanos e asiáticos colonizados, em relação aos colonizadores europeus.

Merece destaque também a contribuição de São Tomás de Aquino, que sustentou a concepção de inspiração baseada no cristianismo e no estoicismo, referindo-se expressamente ao termo “*dignitas humana*” como qualidade que possibilita ao ser humano agir de forma livre e racional, determinando seu destino,

sua própria existência. Por meio da racionalidade o homem se torna responsável por seu próprio destino, constituindo um valor absoluto, um fim em si mesmo, momento em que passa a ser livre para agir e escolher seus caminhos.

Posteriormente, alguns séculos depois, o movimento iluminista, também denominado humanista, surge dando ensejo à crença veemente na razão humana, sendo responsável pela mudança do enfoque da religiosidade como fundamento da dignidade, substituindo-a pelo próprio homem. A partir daí, tem início a preocupação com os direitos individuais e o exercício de um poder menos arbitrário e mais democrático, com raízes em valores diversos, tais como, a igualdade e a fraternidade. O indivíduo passa a ser reconhecido com dignidade própria e autônoma, que não é mais oriunda de Deus ou do Estado. O século XVIII passa a ser o denominado “século das luzes”, dando origem à afirmação de que o ser humano começa a brilhar com luz própria.

Assim, percorrendo o caminho histórico através dos séculos passados, é possível evidenciar a evolução sofrida pelo conceito de dignidade e a mudança no tratamento conferido ao ser humano pelo Estado, pela Igreja e pelos seus semelhantes.

O fato é que, nos dias de hoje, a dignidade ocupa posição de destaque nos diversos ordenamentos jurídicos do ocidente e em grande parte do mundo. Neste sentido, segundo comenta Ana Paula de Barcelos (2002):

Um dos poucos consensos teóricos do mundo contemporâneo diz respeito ao valor essencial do ser humano. [...] a dignidade da pessoa humana é hoje considerada, sob vários pontos de vista, o pressuposto filosófico de qualquer regime jurídico civilizado e das sociedades democráticas em geral.

No Brasil, a dignidade é colocada com status de fundamento da República Federativa, conforme se depreende da leitura do art. 1º, inc. III, da Constituição Federal, consistindo em valor essencial para a ordem jurídica constitucional brasileira.

Na seara internacional, a dignidade foi amplamente consagrada no pós-guerra, mais precisamente após as barbáries decorrentes do período nazista e

fascista. Em diversos países como Alemanha, Portugal e Espanha, a dignidade passou a ser juridicizada, alcançando também estatuto constitucional.

2.3.3 O conceito de dignidade em Kant

Seguindo o curso histórico, Kant nos traz uma formulação mais consistente acerca da natureza do homem e suas relações com tudo que o cerca. Sua concepção sobre a dignidade da pessoa humana teve grande importância na mudança do enfoque que era dado ao conceito e, por isso mesmo, pode ser constatada até os dias de hoje no pensamento filosófico atual.

Preliminarmente, a teoria kantiana coloca o sujeito como centro da teoria do conhecimento, distinguindo as formas do conhecimento em *a priori* ou puro e *a posteriori* ou empírico. A primeira forma sustenta que o conhecimento independe da experiência, ocasião em que é considerado universal. A segunda forma limita o conhecimento aos dados da experiência, que são colocados à disposição para o sujeito. Após essa observação, Kant propõe uma mudança no sentido de que os objetos passem a se amoldar ao nosso conhecimento, tornando o sujeito peça fundamental na operação do conhecimento e imprescindível ao ato de conhecer. A partir daí, inicia-se a reflexão filosófica sobre o homem e sua importância no mundo em que habita. (Kant, 1960)

Em momento posterior, Kant volta seu interesse ao estudo da moralidade em face do agir do ser humano. Sob este aspecto, a moralidade não deve ser buscada na natureza do homem ou nas circunstâncias do mundo, uma vez que ela deve guardar relação com todos os seres racionais. Dessa forma, o fundamento da moralidade consiste no respeito à lei, que deve ser universal e válida para todos, cuja atribuição se configura no poder de determinar toda e qualquer vontade.

Entretanto, esta lei que submete o homem tem como autor o próprio homem e, portanto, guarda nele o seu fim, a sua vontade legisladora universal. Tem-se aí, então, a autonomia da vontade, ligando todos os seres racionais através de leis comuns que obrigam a todos e os tornam portadores de dignidade.

Trilhando este caminho, segundo Immanuel Kant, o homem é visto como um fim em si mesmo, uma vez que somente ele é dotado de vontade própria, fato esse que o caracteriza como ser racional, consistindo em fundamento da dignidade humana. Daí a impossibilidade do homem ser tratado como simples objeto desprovido de vontade.

Todas as coisas estão a serviço do homem, constituindo um meio para atingir um fim. Dessa forma, o homem deve ser considerado como valor absoluto, não podendo ser usado como instrumento e, exatamente por isto, é possuidor de dignidade.

Partindo da natureza racional do ser humano, Kant afirma que a autonomia da vontade, ou seja, a capacidade de determinar-se e de agir de acordo com certas leis, é um atributo exclusivo dos seres racionais e fundamento da dignidade da pessoa humana, razão pela qual só os seres racionais possuem a faculdade de agir de acordo com leis e princípios. Neste sentido, o filósofo de *Crítica da Razão Pura* preceitua que:

[...] o Homem, e, duma maneira geral, todo ser racional, existe como um fim em si mesmo, não simplesmente como meio para uso arbitrário desta ou daquela vontade. Pelo contrário, em todas as suas acções, tanto nas que se dirigem a outros seres racionais, ele tem sempre de ser considerado como um fim. [...] os seres cuja existência depende, não em verdade da nossa vontade, mas da natureza, têm, contudo, se são seres irracionais, apenas um valor relativo como meios e por isso se chamam coisas, ao passo que os seres racionais se chamam pessoas, porque a sua natureza os distingue como fins em si mesmos, quer dizer, como algo que não pode ser empregado como simples meio e que, por conseguinte, limita nessa medida todo o arbítrio (e é um objeto de respeito) (KANT, 1960).

Nesse diapasão, Kant nos traz o conceito de que a liberdade e a autonomia também devem ser vistas como fundamento da dignidade. O homem como fim em si mesmo deve ser um homem livre, independente para agir e alcançar seus objetivos, pautando-se por sua vontade própria, sem interferências externas, principalmente do Estado e da Igreja. Nesse sentido, o Direito e o Estado é que devem atuar em função do homem e não o contrário. É justamente nessa capacidade de decidir, através de um comportamento racional e inteligente, de escolher seus próprios caminhos, que consiste a autonomia.

Sob este prisma, Gregorio Peces-Barba Martínez (2002) salienta, *in verbis*:

Y ese hombre que es el centro del mundo aparece también centrado en el mundo, es decir, es un hombre secularizado, independiente, que decide por sí mismo, que piensa y crea por sí mismo, que se comunica y dialoga con los demás hombres y que decide libremente sobre su moralidad privada.

No mesmo sentido, Fábio Comparato (2003) ressalta:

Ora, a dignidade da pessoa não consiste apenas no fato de ser ela, diferentemente das coisas, um ser considerado e tratado, em si mesmo, como um fim em si e nunca como um meio para a consecução de determinado resultado. Ela resulta também do fato de que, pela sua vontade racional, só a pessoa vive em condições de autonomia, isto é, como ser capaz de guiar-se pelas leis que ele próprio edita.

Adotando-se a concepção kantiana para a dignidade da pessoa humana, toda e qualquer tentativa de instrumentalização do homem deve ser imediatamente, de plano, rejeitada, sob pena de afronta a esse atributo inato e exclusivo dos seres racionais, que são em última análise livres para agir e escolher seu próprio destino. Isso porque a dignidade constitui valor incondicional, que não se submete à transação ou abdicção, nem tampouco pode ser utilizada como meio para atingir determinado objetivo.

2.3.4 Algumas acepções conferidas ao conceito de dignidade

Historicamente, do ponto de vista conceitual, a dignidade foi tratada de diversas formas. Seguindo a classificação conferida por Miguel Reale, também adotada por Fernando Ferreira dos Santos, podemos elencar três concepções: individualismo, transpersonalismo e personalismo (REALE, 1998).

Seguindo a ordem mencionada acima, o individualismo apresenta como característica a afirmação de que cada ser humano deve cuidar de si mesmo, dos seus próprios interesses, pois, só assim, estar-se-ia alcançando os interesses coletivos, bem como a tão almejada realização do bem comum. Sob este prisma, “[...] a ordem social justa não é outra coisa senão o resultado da satisfação do bem do indivíduo como indivíduo” (REALE, 1998).

Para o individualismo, o Estado deve ter uma função extremamente limitada, consistente em tutelar e proteger as liberdades individuais, oportunidade em que cada homem pode realizar os seus objetivos, proporcionando, via de

consequência, a verificação do bem comum. Dessa forma, a lei deve ser sempre interpretada de forma a garantir os direitos individuais, protegendo-os do poder estatal.

Posição contrária é a sustentada pelo transpersonalismo, salientando que o bem de todos leva ao alcance do bem individual. Nesse sentido, o Estado deve pautar sua conduta visando aos interesses coletivos, que apresentam preponderância sobre os interesses individuais. Aqui, o homem deixa de ser visto como valor supremo, que está acima de todas as coisas, passando a ser considerado dentro do contexto social em que está inserido. Os adeptos dessa corrente são os socialistas, cujo maior representante é Marx.

Segundo Márcio Sotelo Felipe (1996), o bem comum deve se referir de forma concreta e efetiva em relação a cada indivíduo, caso contrário não pode ser considerado bem e, muito menos, comum. Neste contexto, o bem comum não pode colocar-se em oposição aos direitos inalienáveis do homem, uma vez que este, considerado em si mesmo, trata-se de verdadeiro fim, o que leva à constatação de que não há conceito de bem comum que não seja o conceito relativo a direitos humanos. Daí porque o Estado deve ser visto como verdadeira ordem normativa garantidora dos direitos humanos, o que, uma vez estendido sob a ótica da dignidade da pessoa humana, consolida-se como expressão da racionalidade.

Por fim, a terceira corrente denominada personalismo rejeita as duas concepções anteriores, pautando seu posicionamento pela necessidade de análise de cada caso, mediante as circunstâncias que se apresentem, objetivando uma compatibilização dos interesses individuais com os interesses coletivos, buscando sempre alcançar o valor justo que melhor se refira ao valor da pessoa humana.

O indivíduo deve ceder ao todo, até e enquanto não seja ferido o valor da pessoa, ou seja, a plenitude do homem enquanto homem. Toda vez que se quiser ultrapassar a esfera da 'personalidade' haverá arbítrio (REALE, 1998).

Ao buscar o valor da pessoa humana, o personalismo acaba por consagrar o indivíduo como valor supremo. Entretanto, esse mesmo indivíduo deve reconhecer os interesses dos demais indivíduos. Daí a necessidade da compatibilização analisada caso a caso proposta pelo personalismo.

2.4 O custo da judicialização da saúde: entre o princípio da reserva do possível e a teoria do mínimo existencial

A partir da fase inaugural do constitucionalismo moderno, surge a ideia de um direito fundamental ao mínimo existencial, no sentido de que cada cidadão tenha direito a um conjunto de prestações estatais aptas a garantir uma vida digna, uma subsistência abarcada por condições satisfatórias de trabalho, moradia, saúde, integridade física e psíquica etc. (CORVINO, 2017). Trata-se de verdadeiro corolário do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana.

[...] o mínimo existencial corresponde ao conjunto de situações materiais indispensáveis à existência humana digna; existência aí considerada não apenas como experiência física – a sobrevivência e a manutenção do corpo – mas também espiritual e intelectual. [...] a não garantia de tais condições elementares importa o desrespeito do princípio jurídico da dignidade da pessoa humana sob o aspecto material [...]. Em suma, mínimo existencial e núcleo material do princípio da dignidade da pessoa humana descrevem o mesmo fenômeno (BARCELOS, 2011).

O mínimo existencial deve coexistir com a reserva do possível e, ambos, formam um verdadeiro arcabouço para a judicialização da saúde. De um lado, o direito do cidadão a condições mínimas de vida aptas a garantir sua sobrevivência. De outro lado, a necessidade de recursos frente ao tão combalido orçamento público.

Em princípio, não cabe ao Poder Judiciário avaliar as escolhas de políticas públicas adotadas pelo Executivo. Isso porque há certa margem de discricionariedade dos agentes políticos para efetivação dos direitos sociais, dentre eles, o direito à saúde, até por conta da legitimidade democrática (eleição) (ADAES, 2016).

O fato é que, embora a judicialização tenha tido início na década de 1990, até hoje falta um movimento efetivo do Poder Executivo no sentido da implantação de políticas públicas de saúde, tergiversando sobre a questão e lançando o cidadão nos braços do Poder Judiciário que se vê obrigado a implementar tais políticas, fugindo do seu papel original (MENDES, 2013).

Todavia, tratando-se de direitos sociais a prestações estatais necessárias para compor o mínimo existencial, perfeitamente admitida a

exigibilidade judicial por se entender que tais direitos compõem o núcleo essencial da dignidade da pessoa humana e do direito à vida e à integridade física (HUTZLER, 2018).

Os gastos públicos devem ser otimizados para uma aplicação prioritária na efetivação dos direitos sociais, sem os quais as pessoas não teriam as condições mínimas de sobrevivência com dignidade (maximização do mínimo existencial) (CAMBI, 2009)

Para tanto, há que se buscar o mínimo existencial no núcleo dos valores constitucionais da dignidade da pessoa humana, na solidariedade, na cláusula do Estado Social e no princípio da igualdade (CAMBI, 2009).

O mínimo existencial é garantido por meio de condições materiais de existência, baseado no conceito de dignidade, o que não deprecia os direitos sociais, ao contrário, os fortalece como dimensão essencial na expressão de uma cidadania reivindicatória (CARLOS NETO, 2018).

Ao invés do Direito Estatal, deve-se perquirir o Direito justo, ou seja, aquilo que corresponde às necessidades legítimas da sociedade, no sentido de que os interesses do todo sempre deverão prevalecer sobre os intentos de grupos privilegiados e minorias elitistas (WOLKMER, 2001).

Trilhando esse caminho, um dos principais argumentos utilizados nas teses de defesa da Fazenda Pública nas ações para obtenção de prestações positivas do Estado é a “reserva do possível”.

Trata-se de instituto baseado na alegação de que deve haver recursos públicos disponíveis, com previsão orçamentária específica, aptos a atender aquilo que se demanda. Dessa forma, o cidadão poderia exigir do Poder Público a prestação daquilo que necessita nos limites da razoabilidade financeira estatal (CORVINO, 2017).

Deve-se reconhecer, portanto, que a efetivação dos direitos sociais passa pela existência da disponibilidade econômica, exigindo adequada aplicação e controle dos recursos públicos.

Nesse sentido é o voto do Ministro Celso de Mello, do Supremo Tribunal Federal, na ADPF nº 45-9:

Não deixo de conferir, no entanto, assentadas tais premissas, significativo relevo ao tema pertinente à 'reserva do possível' (STEPHEN HOLMES/CASS R. SUNSTEIN, *The Cost of Rights*, 1999, Norton, New York), notadamente em sede de efetivação e implementação (sempre onerosas) dos direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais), cujo adimplemento, pelo Poder Público, impõe e exige, deste, prestações estatais positivas concretizadoras de tais prerrogativas individuais e/ou coletivas. É que a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais – além de caracterizar-se pela gradualidade de seu processo de concretização – depende, em grande medida, de um inescapável vínculo financeiro subordinado às possibilidades orçamentárias do Estado, de tal modo que, comprovada, objetivamente, a incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal, desta não se poderá razoavelmente exigir, considerada a limitação material referida, a imediata efetivação do comando fundado no texto da Carta Política. Não se mostrará lícito, no entanto, ao Poder Público, em tal hipótese – mediante indevida manipulação de sua atividade financeira e/ou político-administrativa – criar obstáculo artificial que revele o ilegítimo, arbitrário e censurável propósito de fraudar, de frustrar e de inviabilizar o estabelecimento e a ação, em favor da pessoa e dos cidadãos, de condições materiais mínimas de existência (RTJ nº 175/1212-1213, Rel. Min. Celso de Mello).

Em que pese o voto do ministro Celso de Mello supra citado, na prática, a reserva do possível vem sendo rechaçada pela jurisprudência majoritária, seja por submeter a efetividade dos direitos fundamentais à discricionariedade do administrador, seja por condicionar o mínimo existencial a questões orçamentárias (MAPELLI JÚNIOR, 2017).

A título exemplificativo, podemos citar a decisão do Superior Tribunal de Justiça, em recurso repetitivo, na qual se delimitou que o direito fundamental à saúde deve prevalecer sobre os interesses financeiros da Fazenda Nacional. Na visão dos ministros:

[...] é possível ao magistrado determinar, de ofício ou a requerimento das partes, o bloqueio ou sequestro de verbas públicas como medida coercitiva para o fornecimento de medicamentos pelo Estado na hipótese em que a demora no cumprimento da obrigação acarrete risco à saúde e à vida do demandante (STJ, REsp. nº 1.069.810/RS).

Dessa interpretação decorrem inúmeras condenações do Estado a práticas terapêuticas caríssimas e, muitas vezes, sem eficácia comprovada, independentemente de argumentos sobre a existência ou não de recursos públicos disponíveis.

Se por um lado o orçamento público deve priorizar programas sociais de governo e políticas públicas de saúde, é bem verdade que o orçamento estatal é finito, sendo praticamente impossível o atendimento ilimitado das demandas da população.

Do ponto de vista teórico, a questão pode ser enfrentada e resolvida facilmente, mas a realidade nos mostra outra vertente, sobretudo diante daqueles que interpretam a Constituição Federal sob o prisma da concretização imediata dos direitos. Isso porque se todos os recursos públicos forem destinados à saúde, certamente outros programas de governo carecerão de atendimento, com consequências igualmente danosas.

Argumenta-se que o Poder Judiciário, competente para concretizar a justiça em cada caso concreto (*microjustiça*), na maioria das vezes não teria condições de analisar as consequências globais da destinação de recursos públicos em benefício de uma determinada pessoa, em detrimento do todo (AMARAL, 2001).

Por outro lado, os defensores da judicialização da saúde sustentam que a concretização pelo Judiciário do direito à saúde é indispensável para a realização da dignidade da pessoa humana. Assim, pelo menos o mínimo existencial de cada um dos direitos sociais deve ser objeto de apreciação judicial (MENDES; BRANCO, 2012).

Inexistindo recursos suficientes, não pode o Estado ficar inerte. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO S/A PACIENTE HIPOSSUFICIENTE. OBRIGAÇÃO DO ESTADO.

Paciente carente de recursos indispensáveis à aquisição dos medicamentos de que necessita. Obrigação do Estado em fornecê-los. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento (STF, AI-AgR. nº 604949, Rel. Min. Eros Grau, DJU 24/11/2006).

ADMINISTRATIVO. CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE EM CASOS EXCEPCIONAIS – DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. MANIFESTA NECESSIDADE. OBRIGAÇÃO SOLIDÁRIA DE TODOS OS ENTES DO PODER PÚBLICO. NÃO OPOSSIBILIDADE DA RESERVA DO POSSÍVEL AO MÍNIMO EXISTENCIAL. NÃO HÁ OFENSA À SÚMULA 126/STJ.

1. Não podem os direitos sociais ficar condicionados à boa vontade do Administrador, sendo de suma importância que o Judiciário atue como órgão controlador da atividade administrativa. Seria uma distorção pensar que o princípio da separação dos poderes, originalmente concebido com o escopo de garantia dos direitos fundamentais, pudesse ser utilizado justamente como óbice à realização dos direitos sociais, igualmente importantes.
2. Tratando-se de direito essencial, incluso no conceito de mínimo existencial, inexistirá empecilho jurídico para que o Judiciário estabeleça a inclusão de determinada política pública nos planos orçamentários do ente político, mormente quando não houver comprovação objetiva da incapacidade econômico-financeira da pessoa estatal.
3. *In casu*, não há impedimento jurídico para que a ação, que visa a assegurar o fornecimento de medicamento s , seja dirigida contra o Município, tendo em vista a consolidada jurisprudência do STJ: 'o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros' (REsp. 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 03/10/2005).
4. Apesar de o acórdão ter fundamento constitucional, o recorrido interpôs corretamente o Recurso Extraordinário para impugnar tal matéria. Portanto, não há falar em incidência da Súmula 126/STF.
5. Agravo Regimental não provido (STJ, 2ª Turma, AgRg. no REsp. nº 1107511/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, julgado em 21/11/2013, DJe 06/12/2013).

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO S. HEPATITE C. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, À VIDA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. LAUDO EMITIDO POR MÉDICO NÃO CREDENCIADO PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). EXAMES REALIZADOS EM HOSPITAL ESTADUAL. PROTOCOLO CLÍNICO E DIRETRIZES TERAPÊUTICAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

1. A ordem constitucional vigente, em seu art. 196, consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não 'qualquer tratamento', mas o tratamento mais adequado e eficaz, capaz de ofertar ao enfermo maior dignidade e menor sofrimento.
2. Sobreleva notar, ainda, que hoje é patente a ideia de que a Constituição não é ornamental, não se resume a um museu de princípios, não é meramente um ideário; reclama efetividade real de suas normas. Destarte, na aplicação das normas constitucionais, a exegese deve partir dos princípios fundamentais, para os princípios setoriais. E, sob esse ângulo, merece destaque o princípio fundante da República que destina especial proteção a dignidade da pessoa humana.
3. Sobre o tema não dissente o Egrégio Supremo Tribunal Federal, consoante se colhe da recente decisão, proferida em sede de Agravo Regimental na Suspensão de Segurança 175/CE, Relator Ministro Gilmar Mendes, julgado em 17/03/2010, cujos fundamentos se revelam perfeitamente aplicáveis ao caso sub examine, conforme noticiado no Informativo nº 579 do STF, 15 a 19 de março de 2010, *in verbis*: [...].
4. *Last but not least*, a alegação de que o impetrante não demonstrou a negativa de fornecimento do medicamento por parte da autoridade, reputada coatora, bem como o desrespeito ao prévio procedimento administrativo, de observância geral, não obsta o deferimento do pedido

de fornecimento dos medicamentos pretendidos, por isso que o sopesamento dos valores em jogo impede que normas burocráticas sejam erigidas como óbice à obtenção de tratamento adequado e digno por parte de cidadão hipossuficiente.

5. Sob esse enfoque manifestou-se o Ministério Público Federal: '[...] não se mostra razoável que a ausência de pedido administrativo, supostamente necessário à dispensação do medicamento em tela, impeça o fornecimento da droga prescrita. A morosidade do trâmite burocrático não pode sobrepor-se ao direito à vida do impetrante, cujo risco de perecimento levou à concessão da medida liminar às fls.79 [...]' (fl. 312).

6. *In casu*, a recusa de fornecimento do medicamento pleiteado pelo impetrante, ora Recorrente, em razão de o mesmo ser portador de vírus com genótipo 3a, quando a Portaria nº 863/2002 do Ministério da Saúde, a qual institui Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, exigir que o medicamento seja fornecido apenas para portadores de vírus hepatite C do genótipo 1, revela-se desarrazoada, mercê de contrariar relatório médico acostado às fl. 27.

7. Ademais, o fato de o relatório e a receita médica terem emanado de médico não credenciado pelo SUS não os invalida para fins de obtenção do medicamento prescrito na rede pública, máxime porque a enfermidade do impetrante foi identificada em outros laudos e exames médicos acostados aos autos (fls. 26/33), dentre eles, o exame 'pesquisa qualitativa para vírus da Hepatite C (HCV)' realizado pelo Laboratório Central do Estado, vinculado à Secretaria Estadual de Saúde do Estado do Paraná, o qual obteve o resultado 'positivo para detecção do RNA do Vírus do HCV' (fl. 26).

8. Recurso Ordinário provido, para conceder a segurança pleiteada na inicial, prejudicado o pedido de efeito suspensivo ao presente recurso (fls. 261/262), em razão do julgamento do mérito recursal e respectivo provimento (STF, 1ª Turma, RMS nº 24.197/PR, Rel. Ministro Luiz Fux, julgado em 04/05/2010, DJe 24/08/2010).

DIREITOS CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO ORDINÁRIA ONDE CIDADÃ BUSCA A CONDENAÇÃO DOS ENTES FEDERATIVOS A FORNECER-LHE MEDICAMENTO DE ALTO CUSTO (SOLIRIS), NÃO INCLUÍDO NA RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS/RENAME E NÃO APROVADO PELA ANVISA, DESTINADO AO TRATAMENTO DE MOLÉSTIA GRAVE (HEMOGLOBINÚRIA PAROXÍSTICA NOTURNA – HPN) – SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA (COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E FIXAÇÃO DE ASTREINTES) MANTIDA – SUPREMACIA DO DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE (APANÁGIO DA DIGNIDADE HUMANA), QUE DEVE SER ZELADO EM NÍVEL DO SUS POR TODOS OS ENTES DA FEDERAÇÃO (SOLIDARIEDADE), EM RELAÇÃO AO QUAL NÃO PODEM SER OPOSTAS A BUROCRACIA DO PODER PÚBLICO E NEM AS QUESTÕES ORÇAMENTÁRIAS – É CORRETO O DESEMPENHO DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 5º , XXXV, DA CF) EM ASSEGURAR TAL DIREITO, QUE EMERGE DA MAGNA CARTA E DA LEI Nº 8.080/90 - MATÉRIA PRELIMINAR REPELIDA – APELAÇÕES E REMESSA OFICIAL DESPROVIDAS.

1. A saúde é um direito social (art. 6º) decorrente do direito à vida (art. 5º), disciplinado no artigo 196 e seguintes da Constituição Federal, e sua prestação em natureza ampla é preconizada na Lei nº 8.080/90 que regulamentou o art. 198 da Constituição (SUS). Diante disso, é insofismável a ilação segundo a qual cabe ao Poder Público obrigatoriamente a garantia da saúde mediante a execução de política de prevenção e assistência à saúde, com a disponibilização de amplos serviços de atendimento à população, envolvendo prevenção, de

doenças, vacinações, tratamentos (internações, inclusive) e prestação de remédios.

2. 'O funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, de modo que qualquer um desses entes tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos para tratamento de problema de saúde' (STJ, AgRg. no REsp. 1017055/RS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/09/2012, DJe 18/09/2012). Múltiplos precedentes.

3. Cidadão acometida de Hemoglobinúria Paroxística Noturna – HPN. Trata-se da chamada doença de Marchiafava e Michelli, uma rara anemia hemolítica crônica de início insidioso e curso crônico, ocasionada por um defeito na membrana dos eritrócitos (proteína protetora). Quando o quadro evolui uma das maiores complicações é a trombose, sendo que os dois locais mais preocupantes são nas veias supra-hepáticas e no sistema nervoso central. Outros possíveis problemas incluem as crises dolorosas abdominais (de etiologia ainda incerta) e as infecções recorrentes, pois ocorre a destruição dos glóbulos vermelhos. Medicação pretendida: 'SOLIRIS' (nome comercial), que tem como princípio ativo a substância ECULIZUMABE, é aprovado para o combate contra a doença na União Europeia e nos Estados Unidos da América, conforme decisões da *European Medicines Agency – EMA* e *Food and Drug Administration – FDA*, que aprovaram o medicamento desde, respectivamente, 20.06.2007 e 16.03.2007. Fármaco que não foi aprovado pela ANVISA e não consta do RENAME; mesma situação que acontece no Canadá e na Escócia.

4. Na medida em que dificilmente se pode falar que o controle da indústria farmacêutica no Brasil é superior ao exercido pela *European Medicines Agency – EMA* e pela *Food and Drug Administration – FDA*, sobra apenas uma desculpa para a negativa governamental em incluir o 'SOLIRIS' no âmbito da ANVISA: o medicamento é caro! Ainda: o parecer nº 1.201/2011-AGU/CONJUR-Ministério da Saúde/HRP destaca que o SUS tem uma terapêutica adequada para o combate da doença, Transplante de células Tronco Hematopoiéticas (TCTHa); sucede que o Relator consultou a PORTARIA Nº 931 DE 2 DE MAIO DE 2006, do Ministro da Saúde, que aprova o Regulamento Técnico para Transplante de Células-Tronco Hematopoéticas e, no meio de uma gigantesca burocracia destinada a regular tais transplantes, não conseguiu localizar a alegada 'indicação' de que o SUS pode custear esse difícil procedimento em favor de quem porta Hemoglobinúria Paroxística Noturna – HPN.

5. Resto difícil encontrar justificativa para se negar a uma pessoa doente de Hemoglobinúria Paroxística Noturna – HPN o medicamento 'SOLIRIS', ainda que seja caro, quando a atual Relação Nacional de medicamentos Essenciais/RENAME (Portaria MS/GM nº 533, de 28 de março de 2012) contempla três fitoterápicos: Hortelã (para tratamento da síndrome do cólon irritável), Babosa (para queimaduras e psoríase) e Salgueiro (para a dor lombar). Os limites enunciativos dessa Relação Nacional de medicamentos Essenciais/RENAME e os supostos limites orçamentários do Poder Público (de difícil justificativa quando se sabe que há verbas públicas destinadas a propaganda da 'excelência' do Governo de ocasião) não podem ser manejados se colidem diretamente contra o direito à vida, contra o direito social de integralidade do acesso à saúde e contra a essencial dignidade da pessoa humana.

6. Calha recordar que ao decidir sobre tratamentos de saúde e fornecimento de remédios o Poder Judiciário não está se investindo da função de cogestor do Poder Executivo, ao contrário do que os apelantes frisam; está tão somente determinando que se cumpra o

comando constitucional que assegura o direito maior que é a vida, está assegurando o respeito que cada cidadão merece dos detentores temporários do Poder Público, está fazendo recordar a verdade sublime que o Estado existe para o cidadão, e não o contrário. Na verdade, o Judiciário está dando efetividade ao art. 6º, inc. I, 'd', da Lei nº 8.080/90 que insere no âmbito da competência do SUS a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.

7. A recomendação nº 31 do CNJ foi atendida na decisão de fls. 88, posteriormente homologada pelo despacho de fls. 251, de modo que não há que se falar em descumprimento da recomendação; ademais, uma recomendação de órgão administrativo, por mais venerável e importante que seja, como é o caso do CNJ, não pode impedir que a jurisdição seja prestada a quem a reclama, sob pena de afronta ao art. 5º, XXXV da Constituição.

8. A matéria aqui tratada já foi objeto de apreciação pela Presidência do Supremo Tribunal Federal em sede de dois pedidos de suspensão de segurança (nºs 4316 e 4304), tendo o então Min. Cesar Peluso repellido a mesma ladainha que aqui assoma: o valor da droga e a ausência de registro na ANVISA.

9. Corretas a antecipação de tutela com fixação de astreintes, bem como a imposição de honorária (módica) (TRF 3ª Região, AC nº 2010.61.10.008456-0, Relator Desembargador Federal JOHONSOM DI SALVO, D.E. Publicado em 17/06/2013).

Ainda que o Poder Público demonstre exaustivamente sua incapacidade financeira, deverá compatibilizar seu orçamento com o mínimo existencial, já que os direitos fundamentais formam um dos pilares da República Federativa do Brasil (ADAES, 2016).

No mesmo sentido, Carlos Neto (2018) defende que:

[...] a escassez de recursos orçamentários não pode ser obstáculo para a garantia dos direitos sociais, que são as condições essenciais da vida humana, pois, desta forma, acaba por violar o preceito básico e fundamental da Constituição Federal: o princípio da dignidade humana. [...] a garantia a um mínimo existencial é requisito necessário para a sobrevivência do indivíduo, pois se não possui as condições necessárias para uma vida digna, os direitos sociais prestacionais não estão sendo eficazes. E no que tange ao mínimo existencial destinado à saúde, viola-se também o direito à vida, pois sem saúde não se vive.

Segundo Hutzler (2018), a primeira grande causa da judicialização foi a redemocratização do país com a promulgação da Constituição de 1988, trazendo uma espécie de constitucionalização abrangente de diversas matérias que antes eram tratadas pelo legislador ordinário, o que expandiu a demanda por justiça na sociedade brasileira.

O incremento demasiado nos custos se verifica quando as condenações judiciais determinam a compra de medicamentos de uma marca específica, sem

registro na ANVISA, dependentes de importação ou não previstos na relação do SUS (MAPELLI JÚNIOR, 2017).

Em recente decisão,¹⁰ o Supremo Tribunal Federal julgou que o Estado não é obrigado a fornecer medicamentos de alto custo solicitados judicialmente, quando não estiverem previstos na relação do Programa de Dispensação de Medicamentos em Caráter Excepcional, do Sistema Único de Saúde (SUS). As situações excepcionais ainda serão definidas na formulação da tese de repercussão geral. A decisão, tomada no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) nº 566.471, atinge mais de 42 mil processos sobre mesmo tema.

O caso *sub judice* diz respeito à recusa do Estado do Rio Grande do Norte ao fornecimento de citrato de sildenafila para o tratamento de cardiomiopatia isquêmica e hipertensão arterial pulmonar a uma senhora idosa e carente, com fundamento no alto custo do medicamento e na ausência de previsão de fornecimento no programa estatal de dispensação de medicamentos. A paciente ingressou com ação judicial para pleitear que o estado fosse obrigado a fornecer o remédio. O juízo de primeiro grau determinou a obrigação do fornecimento, decisão que foi confirmada pelo Tribunal de Justiça estadual.

A maioria dos ministros – oito votos no total – desproveu o recurso tendo como condutor o voto do relator, ministro Marco Aurélio, proferido em setembro de 2016. A vertente vencedora entendeu que, nos casos de remédios de alto custo não disponíveis no sistema, o Estado pode ser obrigado a fornecê-los, desde que comprovadas a extrema necessidade do medicamento e a incapacidade financeira do paciente e de sua família para sua aquisição. O entendimento também considera que o Estado não pode ser obrigado a fornecer fármacos não registrados na agência reguladora.

O ministro Edson Fachin abriu divergência e votou em favor do fornecimento imediato do medicamento solicitado, tendo em vista que, durante o trâmite do processo, ele foi registrado e incluído na política de assistência à saúde.

¹⁰ Decisão proferida em 11 de março de 2020. Recurso Extraordinário (RE) nº 566.471. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

Na última sessão, o ministro Alexandre acompanhou o relator. No seu entendimento, o excesso de judicialização da saúde tem prejudicado políticas públicas, pois decisões judiciais favoráveis a poucas pessoas, por mais importantes que sejam seus problemas, comprometem o orçamento total destinado a milhões de pessoas que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS). “Não há mágica orçamentária e não há nenhum país do mundo que garanta acesso a todos os medicamentos e tratamentos de forma generalizada”, afirmou o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.¹¹

Também votaram na aludida sessão as ministras Rosa Weber e Cármen Lúcia e os ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes e Luiz Fux. Todos acompanharam o entendimento do relator pelo desprovisionamento do recurso. Em seus votos, eles salientaram que, em caráter excepcional, é possível a concessão de medicamentos não registrados na lista da Anvisa. Nesse sentido, fizeram a ponderação entre diversos argumentos, como as garantias constitucionais (entre elas a concretização dos direitos fundamentais, o direito à vida e à dignidade da pessoa humana), o limite do financeiramente possível aos entes federados, tendo em vistas restrições orçamentárias, o desrespeito às filas já existentes e o prejuízo a outros interesses idênticos.¹²

O fato é que todos os ministros apontaram condicionantes em seus votos, que serão analisadas na produção da tese de repercussão geral.

Conforme se verifica, começa a haver uma preocupação do Poder Judiciário, inclusive do seu órgão máximo, o STF, com o que podemos chamar de “excesso de judicialização”.

Neste sentido, imperativa se faz a fixação de regras, de critérios objetivos para a concessão dos medicamentos e insumos pleiteados via judicial. Se, por um lado, o cidadão tem direito a um determinado medicamento ou tratamento específico, ao Estado compete regulamentar tal direito para que ele não se torne

¹¹ Supremo Tribunal Federal. **Notícia STF**. Estado não é obrigado a fornecer medicamentos de alto custo não registrados na lista do SUS (atualizada). 2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439095&ori=1>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

¹² Supremo Tribunal Federal. **Notícia STF**. Estado não é obrigado a fornecer medicamentos de alto custo não registrados na lista do SUS (atualizada). 2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=439095&ori=1>>. Acesso em: 11 mar. 2020.

abusivo e se transforme em ato ilícito,¹³ a teor do que preceitua o art. 187 do Código Civil brasileiro.

Além da recente decisão proferida pelo Supremo, outro exemplo de regulamentação da judicialização da saúde é a edição do Provimento nº 84/19, da Corregedoria Nacional de Justiça, que dispõe sobre o uso e o funcionamento do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (*e-NatJus*).

De acordo com o Provimento em questão, os Magistrados Estaduais e os Magistrados Federais com competência para processar e julgar ações que tenham por objeto o direito à saúde, ainda que durante o plantão judicial, quando levados a decidir sobre a concessão de determinado medicamento, procedimento ou produto, poderão solicitar apoio técnico ao Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS) do seu Estado ou ao NAT-JUS NACIONAL.

O apoio técnico previsto no caput do art. 1º do Provimento nº 84/2019, quando solicitado, deverá ser materializado por meio do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (*e-NatJus*), hospedado no sítio do Conselho Nacional de Justiça, podendo ser acessado através do link: <www.cnj.jus.br/e-natjus>.

O sistema tem o objetivo de dar ao magistrado fundamentos para decidir com segurança, baseado em evidência científica, sobre a concessão ou não, em sede de liminar, de fármaco, órtese, prótese ou qualquer outra tecnologia em saúde. Assim, os juízes podem consultar o *e-NatJus* em busca de pareceres e notas técnicas que tivessem examinado as questões de saúde demandadas pelos cidadãos que judicializam suas emergências médicas. O sistema funciona, também, com a participação do Hospital Sírio-Libanês, na capacitação dos integrantes dos núcleos de cada estado quando da elaboração de notas técnicas e no encaminhamento de pedidos de pareceres técnicos científicos formulados pelos Comitês Estaduais da Saúde do Poder Judiciário.¹⁴

¹³ Art. 187 do Código Civil: Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

¹⁴ Comitês Estaduais da Saúde do Poder Judiciário. **Pedidos Urgentes de Remédios à Justiça Passarão por Análise de Médicos**. 2019. Disponível em: <<http://web.trf3.jus.br/noticias/Noticias/Noticia/Exibir/384689>>. Acesso em: 05 nov. 2019.

Cumpre mencionar também a Resolução nº 238, de 06 de setembro de 2016 do CNJ, que dispõe sobre a criação e manutenção, pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde, bem como a especialização de vara em comarcas com mais de uma vara de Fazenda Pública.

Embora os direitos sociais demandem o emprego de recursos públicos para a sua garantia, ao que se denomina dimensão prestacional positiva por parte do Estado, a intervenção do Poder Judiciário ante a omissão estatal de políticas públicas suficientes a garantir tais direitos violaria o princípio da separação de poderes e da reserva do possível (MENDES; BRANCO, 2012).

Todavia, há quem entenda que a intervenção judicial para adequar distorções no orçamento público para o implemento de políticas de saúde além de ser legitimada pela Constituição Federal, corresponde a um verdadeiro dever do Estado-juiz no exercício do devido controle sobre o ato administrativo, o que não fere a harmonia e o princípio da separação entre os poderes (HUTZLER, 2018).

Importante destacar que a reserva do possível, enquanto limitação fática à implementação dos direitos fundamentais, exige que o Poder Público assuma o ônus da prova¹⁵, ou seja, não basta dizer que não há orçamento disponível, mas deve provar especificamente a inexistência de recursos (CAMBI, 2009) e, mais, no âmbito da saúde, deve provar o que vem sendo executado.

¹⁵ Art. 373 do Código de Processo Civil.

3 Proposição

3 PROPOSIÇÃO

Com base na literatura apresentada, seguem abaixo os objetivos do presente estudo.

a) Geral: analisar o fenômeno da judicialização da saúde como mecanismo para efetivação dos direitos fundamentais.

b) Específicos:

✓ Analisar a repartição de competências, no âmbito da saúde, entre os entes federados: União, Estados, Distrito Federal e Municípios, à luz da Constituição Federal, da legislação infraconstitucional disciplinadora do assunto e da dignidade da pessoa humana;

✓ Analisar os dados oriundos das ações judiciais, na área da saúde, em relação ao Município de Bauru, no período de 2014 a 2017;

✓ Analisar a reserva do possível e o mínimo existencial na efetivação do direito fundamental à saúde;

✓ Analisar a importância da judicialização para o implemento de políticas públicas locais na área da saúde pública;

✓ Identificar as ações judiciais na área da saúde, com procedência do pedido, no âmbito do Município de Bauru/SP;

✓ Verificar o impacto orçamentário ocasionado pela judicialização da saúde, no âmbito do Município de Bauru, referente ao período de 2014 a 2017.

4 Material e Métodos

4 MATERIAL E MÉTODOS

Inicialmente o presente trabalho foi apresentado ao Comitê de Ética e Pesquisa em Seres Humanos da Faculdade de Odontologia de Bauru, Universidade de São Paulo, tendo sido objeto de análise e aprovação no dia 04 de março de 2020 (ANEXO A).

A amostra utilizada foi de 712 processos.

Os métodos utilizados na elaboração do presente estudo foram:

a) Bibliográfico: utilizado durante todo o estudo com base em obras, revistas científicas e jurisprudência dos Tribunais, que tratem de forma genérica e específica sobre o tema objeto do presente estudo. Referente às bases de dados utilizadas, parte do material de apoio foi extraída de sites como: Pubmed, Scielo, Lilacs, Google Acadêmico e Dedalus. Valeu-se, também, de sites de nossos Tribunais de Justiça, inclusive dos Superiores Tribunais – Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal – para a extração de julgados pertinentes à pesquisa.

Os descritores utilizados na pesquisa foram: judicialização, judicialização da saúde, saúde pública, saúde coletiva, direitos fundamentais e direito à saúde.

b) Banco de Dados: foi efetuado levantamento dos processos usando para tanto o banco de dados da Procuradoria do Município de Bauru e da Secretaria Municipal de Saúde, no que se refere às ações judiciais, bem como utilizamos o sistema e-SAJ, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJSP.

Para tanto, utilizamos os seguintes critérios de elegibilidade:

- **CRITÉRIOS DE INCLUSÃO:**

- ações judiciais – área da saúde – propostas em relação ao Município de Bauru;
- ações judiciais propostas no período de 2014 a 2017;
- ações judiciais julgadas, pelo menos, em 1ª instância;

- ações judiciais de obrigação de dar e de fazer.

• **CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO:**

- ações judiciais propostas em relação ao Estado de São Paulo e à União, exclusivamente ou em solidariedade com o Município de Bauru;

- ações judiciais de obrigação de fazer para internação compulsória (hipóteses de drogaditos ou doenças mentais).

Para a seleção dos processos judiciais, utilizamos, quanto ao objeto da demanda, as seguintes variáveis:

OBJETO DOS PROCESSOS JUDICIAIS	Alimentação especial
	Apresentação de prontuário
	Cirurgia
	Consulta médica
	Cuidador / <i>Home care</i>
	Dano material e moral
	Insumos/Material hospitalar (ex.: agulhas, fitas reagentes, sondas, suplementos, dieta específica, absorventes geriátricos, lenços umedecidos)
	Exame
	Fralda
	Internação
	Medicamento
	Transporte
	Segredo de Justiça

Cumpre ressaltar que não foram consideradas na pesquisa ações judiciais sobre outros temas relevantes de saúde, igualmente levados à apreciação do Poder Judiciário, como contratação de profissionais, repasses de verbas, reformas de hospitais etc.

Também a pesquisa ficou delimitada aos processos distribuídos a partir de 01 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2017. Assim, não foram analisados os processos distribuídos antes de 2014 e que, por ventura, tenham tido andamento nos anos posteriores para cumprimento de uma medida liminar, por exemplo, ou mesmo uma sentença de mérito.

Por derradeiro, importante destacar que o Município de Bauru não possui um sistema eletrônico de cadastramento de ações judiciais na área da saúde, que apresente um catálogo das demandas propostas de acordo com o objeto, o tipo de ação, o ano, o valor etc. Assim, toda pesquisa foi feita caso a caso, de acordo com o registro de entrada de processos administrativos na Procuradoria do Município e na Secretaria Municipal de Saúde, com pedidos judiciais ligados à saúde.

Entendemos que a informatização é medida urgente, devendo ser implementada num futuro próximo, pois possibilitará a melhoria de mecanismos de gestão, o cumprimento mais célere das decisões judiciais, além da economia de tempo e de dinheiro.

5 Resultados

5 RESULTADOS

5.1 Ações judiciais contra o município de Bauru – período 2014 a 2017

A pesquisa foi realizada ano a ano, a partir de 2014 e depois foram juntados todos os resultados, a fim de obter um panorama geral dos processos judiciais e as respectivas demandas da população.

Uma amostragem pequena foi catalogada como “segredo de justiça” diante da impossibilidade de consulta eletrônica dos autos do processo. Isso ocorre, na maioria das vezes, quando a parte autora é menor de idade ou incapaz.

Apesar de uma pequena oscilação no ano de 2017 (Tabela 04), verifica-se o aumento anual das demandas individuais na área da saúde, ampliando por via de consequência a intervenção do Poder Judiciário para o cumprimento do direito fundamental à saúde.

De todos os itens pesquisados, com relação ao ano de 2014, de um total de 131 processos, verifica-se que não houve pedido de apresentação de prontuário médico, nem ações judiciais objetivando a condenação do Município de Bauru ao pagamento de danos morais e/ou materiais (Tabela 01). O item mais solicitado foi fralda, com um total de 63 pedidos.

Os pedidos judiciais para apresentação de prontuário médico, normalmente, se destinam a comprovar eventual erro médico no atendimento do paciente para posterior ingresso de ação indenizatória contra o Poder Público.

Tabela 01 – Processos Pesquisados Correspondentes ao Ano de 2014

OBJETO DOS PROCESSOS	NÚMERO DE AÇÕES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO ESPECIAL	08	131
APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO	00	
CIRURGIA	02	
CONSULTA MÉDICA	17	
CUIDADOR / HOME CARE	02	
DANO MATERIAL E MORAL	00	
INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR	01	
EXAME	01	
FRALDA	63	
INTERNAÇÃO	01	
MEDICAMENTO	26	
TRANSPORTE	05	
SEGREGO DE JUSTIÇA	05	

Fonte: Banco de Dados da Procuradoria do Município e da Secretaria Municipal de Saúde.

Figura 01 – Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Ano de 2014

A Tabela 02 apresenta os processos pesquisados no ano de 2015, sendo 163 demandas analisadas, onde constatou-se a ausência de pedidos para fornecimento de cuidador/home care e ações objetivando a condenação do Município ao pagamento de dano moral/material. O item mais solicitado judicialmente foi fralda, com um total de 86 pedidos.

Tabela 02 – Processos Pesquisados Correspondentes ao Ano de 2015

OBJETO DOS PROCESSOS	NÚMERO DE AÇÕES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO ESPECIAL	04	163
APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO	02	
CIRURGIA	02	
CONSULTA MÉDICA	09	
CUIDADOR / HOME CARE	0	
DANO MATERIAL E MORAL	0	
INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR	02	
EXAME	02	
FRALDA	86	
INTERNAÇÃO	05	
MEDICAMENTO	34	
TRANSPORTE	03	
SEGREGO DE JUSTIÇA	14	

Fonte: Banco de Dados da Procuradoria do Município e da Secretaria Municipal de Saúde.

Figura 02 – Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Ano de 2015

Na Tabela 03 foram analisados um total de 235 processos durante o ano de 2016, onde constatou-se que apenas o item referente a requerimentos de exames médicos não foi objeto de pedido judicial. Merece destaque novamente o item fralda, onde tivemos 145 pedidos.

Tabela 03 – Processos Pesquisados Correspondentes ao Ano de 2016

OBJETO DOS PROCESSOS	NÚMERO DE AÇÕES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO ESPECIAL	09	235
APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO	04	
CIRURGIA	04	
CONSULTA MÉDICA	04	
CUIDADOR / HOME CARE	01	
DANO MATERIAL E MORAL	02	
INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR	07	
EXAME	0	
FRALDA	145	
INTERNAÇÃO	08	
MEDICAMENTO	27	
TRANSPORTE	01	
SEGredo DE JUSTIÇA	23	

Fonte: Banco de Dados da Procuradoria do Município e da Secretaria Municipal de Saúde.

Figura 03 – Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Ano de 2016

A Tabela 04 corresponde à análise de 183 processos, do ano de 2017, onde todos os objetos pesquisados tiveram ao menos um pedido judicial. Mais uma vez se comprova a maior demanda local por fraldas, apresentando 113 pedidos.

Tabela 04 – Processos Pesquisados Correspondentes ao Ano de 2017

OBJETO DOS PROCESSOS	NÚMERO DE AÇÕES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO ESPECIAL	04	183
APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO	05	
CIRURGIA	03	
CONSULTA MÉDICA	06	
CUIDADOR / HOME CARE	02	
DANO MATERIAL E MORAL	02	
INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR	06	
EXAME	01	
FRALDA	113	
INTERNAÇÃO	08	
MEDICAMENTO	17	
TRANSPORTE	01	
SEGREDO DE JUSTIÇA	15	

Fonte: Banco de Dados da Procuradoria do Município e da Secretaria Municipal de Saúde.

Figura 04 – Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Ano de 2017

A Tabela 05 traz um panorama geral de todos os processos judiciais pesquisados, no período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2017, analisando-se os diversos objetos requeridos nas demandas na área da saúde no Município de Bauru.

Tabela 05 – Visão Geral dos Processos Pesquisados de Acordo com o Objeto Correspondente ao Período de 2014 a 2017

OBJETO DOS PROCESSOS	NÚMERO DE AÇÕES	TOTAL
ALIMENTAÇÃO ESPECIAL	25	712
APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO	11	
CIRURGIA	11	
CONSULTA MÉDICA	36	
CUIDADOR / HOME CARE	05	
DANO MATERIAL E MORAL	04	
INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR	16	
EXAME	04	
FRALDA	407	
INTERNAÇÃO	22	
MEDICAMENTO	104	
TRANSPORTE	10	
SEGREDO DE JUSTIÇA	57	

Fonte: Banco de Dados da Procuradoria do Município e da Secretaria Municipal de Saúde.

Figura 05 – Percentual dos Objetos das Ações Judiciais Correspondentes ao Período de 2014 a 2017

A grande maioria das ações de saúde pesquisadas utiliza o rito do mandado de segurança, conforme demonstra a Tabela 06, apresentando um total de 518 ações mandamentais contra 194 pedidos em outros ritos.

Tabela 06 – Total dos Processos Pesquisados por Tipo de Ação Judicial

Tipo de Ação	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Mandado de Segurança	101	128	187	102	518
Outros Procedimentos	30	35	48	81	194
TOTAL	131	163	235	183	712

Fonte: Banco de Dados da Procuradoria do Município e da Secretaria Municipal de Saúde.

Figura 06 – Tipos de Ação Judicial **Figura 07 – Total de Processos Judiciais**

5.2 Dos objetos pesquisados

Cada objeto pleiteado judicialmente também foi catalogado individualmente em forma de gráficos, possibilitando a análise de todo período pesquisado, conforme segue:

Figura 08 – Alimentação Especial

O objeto judicializado “alimentação especial” esteve presente ao longo de todos os anos pesquisados (Figura 08), ainda que em quantidade pouco significativa se comparada ao número total de processos judiciais analisados.

Pedidos judiciais para apresentação de prontuário médico ocorreram também em pequena quantidade (Figura 09), com exceção do ano de 2014, onde não foi localizado esse tipo de objeto nos processos pesquisados.

Figura 09 – Apresentação de Prontuário

Requerimentos judiciais para realização de cirurgia apresentaram uma amostragem pouco significativa (Figura 10) nos anos pesquisados, com apenas dois pedidos em 2014 e 2015, quatro pedidos em 2016 e três pedidos em 2017.

Figura 10 – Cirurgia

Consulta médica foi objeto de pedido em todos os anos pesquisados, apresentando o maior número de ações no ano de 2014, perfazendo 17 processos judiciais (Figura 11).

Pedidos judiciais para fornecimento de cuidador/*home care* apresentaram dados pouco significativos, apenas duas ações em 2014 e 2017, uma ação em 2016 e nenhuma demanda com esse objeto em 2015.

Figura 11 – Consulta Médica

Figura 12 – Cuidador / Home Care

Conforme salientado acima, pedidos judiciais de dano moral/material não apresentaram dados relevantes, constando apenas duas ações nos anos de 2016 e 2017 (Figura 13).

Figura 13 – Dano Material e Moral

Figura 14 – Insumos / Material Hospitalar

Insumos diversos/material hospitalar constam em todos os anos pesquisados (Figura 14), assim como pedidos judiciais para internação ambulatorial e em UTI (Figura 16).

Figura 15 – Exame

Figura 16 – Internação

Com grande destaque, os itens que mais aparecem nos processos judiciais pesquisados são o fornecimento de medicamentos diversos (Figura 17) e fraldas (Figura 19). Ações judiciais objetivando pedidos de transporte para realização de um determinado tratamento, normalmente, hospitalar, apresentaram apenas cinco pedidos em 2014, três em 2015 e um pedido em cada ano de 2016 e 2017 (Figura 18).

Figura 17 – Medicamento

Figura 18 – Transporte

Figura 19 – Fralda

Figura 20 – Segredo de Justiça

5.3 Do impacto orçamentário das ações judiciais no Município de Bauru – período 2014 a 2017

Segundo apurado junto à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Economia e Finanças, os valores orçamentários destinados às ações judiciais de saúde são divididos em duas fontes de custeio: medicamento judicial e material hospitalar decorrente de cumprimento de mandado judicial. São os denominados centros de custo.

Conforme salientado acima, o sistema administrativo no Município não é integralmente informatizado, razão pela qual não há dados específicos de quanto foi gasto com cada item de saúde objeto desta pesquisa, no período de 2014 a 2017.

A empresa contratada atualmente responsável pela coleta e informatização dos dados é a SMARAPD Informática Ltda.

A Tabela 07 demonstra que medicamento judicial lidera o gasto orçamentário na saúde, perfazendo um total de R\$ 2.663.856,81 (dois milhões, seiscentos e sessenta e três mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos) para o período pesquisado, enquanto material hospitalar perfaz o montante de R\$ 2.262.274,68 (dois milhões, duzentos e sessenta e dois mil, duzentos e setenta e quatro reais e sessenta e oito centavos).

Tabela 07 – Custo Anual da Judicialização da Saúde

Custo Anual Separado por Centro de Custo (Reais)						
Centro de Custo	Descrição do Centro de Custo	2014	2015	2016	2017	TOTAL
304	MEDICAMENTO JUDICIAL	486.749,22	1.237.487,62	628.900,71	310.719,26	2.663.856,81
307	MATERIAL HOSPITALAR MJ	296.156,44	122.268,93	1.070.535,12	773.314,19	2.262.274,68
TOTAL		782.905,66	1.359.756,55	1.699.435,83	1.084.033,45	4.926.131,49

Fonte: SMARAPD.

Figura 21 – Custo Anual por Centro de Custo

Os medicamentos tiveram maior gasto no ano de 2015, conforme demonstrado na Figura 22, enquanto os materiais hospitalares apresentaram gasto mais significativo no ano de 2016 (Figura 23).

Figura 22 – Custo Anual Medicamento Judicial

Figura 23 – Custo Anual Material Hospitalar

Dentre o período pesquisado – 2014 a 2017 – o ano de 2016 apresentou maior custo despedido com a judicialização (Figura 24).

Figura 24 – Custo Total por Ano

6 Discussão

6 DISCUSSÃO

Dos 712 processos judiciais pesquisados, no período de 2014 a 2017, 25 tiveram como objeto alimentação especial, 36 buscavam agendamento de consulta médica, 11 tiveram como pedido a apresentação de prontuário médico, também foram 11 pedidos de cirurgia, 05 pleitearam o fornecimento de cuidador/home care, 04 processos eram de dano moral/material e 04 objetivando a realização de exames diversos, 16 pedidos de insumos/material hospitalar, internação hospitalar somaram 22 pedidos, medicamentos foram 104 ações, transporte de paciente apenas 10 e, com grande destaque, foram 407 ações propostas requerendo o fornecimento de fraldas. Importante destacar que 57 processos correram em segredo de justiça, o que não nos permitiu uma análise detalhada.

Num Estado Democrático de Direito, todas as atividades administrativas podem ser submetidas ao controle do Poder Judiciário, na medida em que “[...] a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito” (art. 5º, inc. XXXV da Constituição Federal de 1988).

O preceito constitucional supra citado, evidentemente, engloba as políticas públicas, as quais devem ser criadas visando à concretização de direitos fundamentais, dentre eles, o direito à saúde aqui tratado. Um dos grandes desafios é a dificuldade de acesso integral.

Muito embora inúmeros sejam os programas sociais, o fato é que as necessidades humanas são infinitas, abrindo um amplo espaço para a atuação jurisdicional em prol dos necessitados.

Evidentemente, é trabalho árduo e constante a difícil equação em equilibrar os anseios da comunidade jurisdicionada e o dinheiro público necessário a tanto.

Se, por um lado, o Poder Público deve ampliar os recursos financeiros, ano a ano, para abranger os itens de carência social na área da saúde, repetidos frequentemente nas ações judiciais, por outro, compete ao Estado orientar a população, em termos de conscientização sobre a importância ou não de um determinado pedido, inclusive com orientação técnica clínica a respeito de eventuais caminhos alternativos de tratamento.

Neste sentido, conforme mencionado no Capítulo 2.4, começa a haver uma preocupação dos tribunais com o excesso de judicialização. Prova disso é a recente decisão¹⁶ do Supremo Tribunal Federal onde julgou que o Estado não é obrigado a fornecer medicamentos de alto custo solicitados judicialmente, quando não estiverem previstos na relação do Programa de Dispensação de Medicamentos em Caráter Excepcional, do Sistema Único de Saúde (SUS).

Aludida decisão do Supremo Tribunal Federal ressaltou que, em caráter excepcional, é possível a concessão de medicamentos não registrados na lista da Anvisa. Nesse sentido, os ministros fizeram a ponderação entre diversos argumentos, como as garantias constitucionais, entre elas, a concretização dos direitos fundamentais, o direito à vida e à dignidade da pessoa humana.

Quanto aos medicamentos, insumos, tratamentos, sem registro na ANVISA e, por via de consequência, não disponibilizados pelo SUS, a questão na via judicial já costumava ser resolvida invocando-se o direito à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana.

[...] no controvertido tema do direito à saúde, sobretudo quando envolvidos procedimentos médicos e medicamentos não oferecidos no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, a dignidade humana também costuma ser invocada como argumento último, que encerra a discussão. A circunstância de que o orçamento da saúde é finito e que, portanto, em muitas situações, destinar os recursos ao atendimento de uma pretensão judicial é retirá-los de outros destinatários, agrega complexidade ao debate. Com frequência, a ponderação adequada a se fazer envolve a vida, a saúde e a dignidade de uns *versus* a vida, a saúde e a dignidade de outros (BARROSO, 2010, p 32).

A Resolução nº 238, de 06 de setembro de 2016, do CNJ (Anexo C), que dispõe sobre a criação e manutenção, pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde, bem como a especialização de vara em comarcas com mais de uma vara de Fazenda Pública, também deve ser encarada como mais uma medida no enfrentamento da judicialização.

Certamente, diante da complexidade do tema, as varas especializadas em saúde pública contribuíram para uma padronização das decisões judiciais, com

¹⁶ Decisão proferida em 11 de março de 2020. Recurso Extraordinário (RE) nº 566.471. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

apoio técnico adequado e uma maior capacitação dos magistrados em direito sanitário.

Não foi objeto de análise a condição financeira dos autores dos processos, mas a prática mostra que, via de regra, são pessoas mais instruídas e com maior poder aquisitivo que têm ciência dos seus direitos e a forma de exercê-los, que conhecem os mecanismos de acesso ao Judiciário.

Os resultados demonstram a variedade de objetos pleiteados judicialmente: alimentação/dieta especial, apresentação de prontuário médico, cirurgia, agendamento de consulta médica, condenação em dano moral e/ou material, cuidador/*home care*, realização de exames, fornecimento de fraldas, material hospitalar, insumos diversos, medicamentos e transporte para realização de tratamentos específicos ou curativos de rotina, além de pedidos para internações ambulatoriais e em UTI.

Estudo análogo (MAPELLI JÚNIOR, 2017) também constatou a diversidade de produtos objeto das ações judiciais no Estado de São Paulo, o que dificulta, sobremaneira, a organização da atividade administrativa.

Com exceção do ano de 2017, os demais anos pesquisados mostraram um aumento crescente da judicialização da saúde no âmbito do Município de Bauru. Essa possível redução de ações judiciais no ano de 2017, acreditamos que seja devida muito mais a uma falha de controle administrativo interno com relação ao cadastramento dos processos, já que a informatização é incipiente, do que propriamente uma diminuição da judicialização na área da saúde. Isso porque quando se fala em judicialização da saúde, há sempre um aumento e não uma diminuição.

Dados semelhantes (fonte: Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, com acesso em 04/01/2019), demonstram o crescimento de demandas judiciais ajuizadas na área da saúde, no Estado do Rio de Janeiro, as quais passaram de 36 mil ações em 2013 para 40 mil em 2014, 43 mil em 2015, 45 mil em 2016, 49 mil em 2017 e 50 mil em 2018.

O mesmo se verifica em pesquisa realizada (MAPELLI JÚNIOR, 2017) com dados do Sistema CODES da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo, onde se confirma a expansão das demandas individuais por medicamentos e outros

insumos de saúde, apresentando 9385 ações judiciais em 2010, 11.633 em 2011, 12.031 em 2012, 14.080 em 2013 e 14.383 em 2014.

Constatamos que o objeto mais frequentemente requerido nas ações pesquisadas foi fralda, sendo 63 pedidos no ano de 2014, 86 pedidos no ano de 2015, 145 pedidos no ano de 2016 e 113 pedidos no ano de 2017.

A Tabela 01 se refere ao ano de 2014 e teve um total de 131 processos pesquisados. Não constatamos pedidos para apresentação de prontuário médico, nem pedidos de dano moral/material.

A Tabela 02 se refere ao ano de 2015 e teve um total de 163 processos pesquisados. Não constatamos pedidos para fornecimento de cuidador/*home care*, nem pedidos de apresentação de prontuário.

A Tabela 03 se refere ao ano de 2016 e teve um total de 235 processos pesquisados. Não constatamos pedidos de exames médicos.

A Tabela 04 se refere ao ano de 2017 e teve um total de 183 processos pesquisados, onde houve acionamento do Poder Judiciário para todos os itens (objeto) elencados na pesquisa.

Por fim, a Tabela 05 traz todos os anos pesquisados, perfazendo um total de 712 processos.

Pedidos judiciais para fornecimento de cuidador/*home care* apresentaram dados pouco significativos (Figura 12), o que sugere uma investigação posterior mais detalhada na jurisprudência dos tribunais sobre o deferimento judicial de ações com esse objeto.

Conforme salientado acima, a intenção da pesquisa foi demonstrar a variedade dos objetos requeridos na via judicial quando se fala em judicialização da saúde. Assim, optamos por elencar os mais variados objetos, ainda que em alguns anos não tenha havido nenhuma constatação de um determinado item.

Os tipos de ação judicial foram separados em mandado de segurança e outros procedimentos. Isso porque a grande maioria das ações na área da saúde se dá via mandado de segurança, conforme demonstra a Tabela 06, onde consta um

total de 518 ações judiciais via mandado de segurança, para o período total pesquisado, contra 194 ações onde foram adotados outros procedimentos para viabilizar o direito de ação. Os “outros procedimentos” englobam medidas cautelares, ações de rito ordinário e sumaríssimo, ação civil pública e ações coletivas.

Quanto ao impacto orçamentário, dentre o período pesquisado, o ano de 2016 apresentou o maior custo com a judicialização da saúde, o que é plenamente justificado pelo número de ações judiciais apuradas, ou seja, os dados mostraram um maior número de ações judiciais no ano de 2016 – 235 processos, sendo que os anos de 2014, 2015 e 2017 tiveram 131, 163 e 183 ações ajuizadas, respectivamente.

De tudo o que visto até aqui, merece destaque o uso do processo judicial como caminho predominante para a solução do acesso aos serviços de saúde, incluídos bens e medicamentos necessários a um determinado tratamento.

De fato, seja porque a Administração resista sobre a relevância do próprio bem ou serviço como melhor opção ao paciente, seja porque insuficientes as dotações orçamentárias, há muito vive o Judiciário um aumento significativo de demandas, como o demonstram as pesquisas e dados coletados ao longo do presente trabalho, destaque para o item fralda, o qual apresentou o maior número de pedidos nos processos judiciais pesquisados.

Neste contexto, o Princípio da Separação dos Poderes não pode ser utilizado para obstar o direito à saúde, com espectro constitucional. Ao contrário, rememorando-se que a saúde é direito fundamental, expressão máxima da dignidade da pessoa humana, os tribunais devem estar atentos a demandas reparadoras de lesão ou ameaça a esse bem jurídico indisponível.¹⁷

6.1 Sugestão de política pública

Objetivando diminuir a judicialização da saúde, o Poder Executivo Municipal poderia disponibilizar à população o fornecimento de fraldas, mediante

¹⁷ Supremo Tribunal Federal, RE nº 271.286 Agr/RS.

receituário médico, nos postos de saúde e na farmácia popular, uma vez que a grande maioria dos processos pesquisados tem como objeto esse insumo.

Importante destacar que o objeto fralda tratado neste trabalho se refere apenas a insumo de saúde, no caso, fralda geriátrica ou fralda infantil para crianças com patologia. Daí a necessidade da política pública ora proposta incidir tão somente para a área da saúde, não englobando, por óbvio, o fornecimento de fraldas às crianças recém nascidas ou na tenra idade.

A implementação desse tipo de política pública, certamente, traria grandes benefícios econômicos ao Município, na medida em que o ente estatal deixaria de ser condenado ao pagamento de honorários advocatícios e custas processuais nas ações judiciais com esse objeto que, como vimos nos resultados da pesquisa, são a grande maioria.

Também, o fornecimento de fraldas nos postos de saúde e na farmácia popular evitaria toda movimentação da máquina administrativa, em especial, da Procuradoria do Município, responsável pela elaboração das defesas nos processos judiciais, desperdício de tempo e dinheiro, uma vez que é pacífico o entendimento dos tribunais no sentido da concessão desse tipo de insumo. Sobre o assunto, seguem os julgados abaixo:

MANDADO DE SEGURANÇA – Fornecimento de fraldas geriátricas descartáveis – Dever do Estado, direito do povo – Art. 196 da Constituição da República, norma programática que não constitui promessa constitucional inconsequente (STF, 2ª Turma, AgRE nº 273834-4-RS, Rel. Min. Celso de Mello) – Segurança concedida – Sentença mantida – Reexame necessário e recurso de apelação desprovidos (TJ/SP – Apelação / Reexame Necessário nº 990101745380 – Relator(a): J. M. Ribeiro de Paula – Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 04/08/2010).

MANDADO DE SEGURANÇA – Fornecimento de Fraldas geriátricas descartáveis – Dever do Estado, direito do povo – Art. 196 da Constituição da República, norma programática que não constitui promessa constitucional inconsequente (STF, 2ª Turma, AgRE nº 273834-4-RS, Rel. Min. Celso de Mello) – Segurança concedida – Sentença mantida – Reexame necessário e recurso de apelação desprovidos (TJ/SP – Apelação nº 994092570203 (9730485800) – Relator(a): J. M. Ribeiro de Paula – Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 23/06/2010).

APELAÇÃO CÍVEL – MANDADO DE SEGURANÇA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – O Sistema Único de Saúde é financiado com recursos da seguridade social, da União, dos Estados Membros, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes, razão pela qual o Estado é

parte legítima para responder aos termos da presente demanda – Preliminar rejeitada – A impetrante é portadora de incontinência urinária e necessita do uso de fraldas geriátricas descartáveis – Não obtenção junto ao Poder Público – Ausência de condições financeiras para custeá-las – O Artigo 196 da Constituição Federal é norma de eficácia imediata e assegura a todo cidadão o direito à saúde, como dever do Estado – Direito que não se limita apenas ao aspecto hospitalar, mas também ao fornecimento, pelo Poder Público, da terapia e respectivo remédio ao necessitado – Inaplicabilidade da teoria da reserva do possível, dada natureza do bem jurídico tutelado – Precedente – Poder Judiciário que apenas atribui efetividade ao mandamento constitucional – Reexame necessário e recurso voluntário não providos (TJ/SP – Apelação / Reexame Necessário nº 994092349910 (9926145000) – Relator(a): Osvaldo de Oliveira – Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 23/06/2010).

MANDADO DE SEGURANÇA – FORNECIMENTO GRATUITO DE FRALDAS GERIÁTRICAS ADMISSIBILIDADE – REQUISITOS FÁTICOS EXIGIDOS PARA A CONCESSÃO – COMPROVAÇÃO – OBRIGATORIEDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, POR MEIO DO SUS, DE FORNECER INSUMOS MÉDICOS AO NECESSITADO – PROCEDÊNCIA DA AÇÃO MANTIDA – RECURSOS IMPROVIDOS (TJ/SP – Apelação / Reexame Necessário nº 990101462818 – Relator(a): Ferraz de Arruda – Órgão julgador: 13ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 16/06/2010).

[...] urinária e fecal - Necessidade de fraldas geriátricas descartáveis – Dever do Estado em prestar a assistência pretendida, sobretudo diante da impossibilidade financeira do impetrante – Jurisprudência pacífica sobre o assunto – Segurança mantida – Recursos *ex officio* e voluntário desprovidos (TJ/SP – Apelação / Reexame Necessário nº 990100795791 – Relator(a): Wanderley José Federighi – Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 23/06/2010).

MANDADO DE SEGURANÇA – FORNECIMENTO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS – Dever do Estado de prestar atendimento integral à saúde (art. 198, II, da CF) – Tutela constitucional do direito à vida (artigo 196 da CF) – Preliminares afastadas – Concessão da segurança Sentença mantida – Recurso voluntário e reexame necessário improvidos (TJ/SP – Apelação / Reexame Necessário nº 990101354721 – Relator(a): Burza Net – Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 23/06/2010).

MANDADO DE SEGURANÇA – OBJETIVO – FORNECIMENTO PELA AUTORIDADE IMPETRADA DE CADEIRAS DE RODAS E FRALDAS DESCARTÁVEIS PARA PORTADORA DE GRAVE SEQUELA NEUROMOTORA – DIREITO LÍQUIDO E CERTO ASSEGURADO PELO ART. 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – ORDEM CONCEDIDA – SENTENÇA CONFIRMADA (TJ/SP – Apelação/Reexame Necessário nº 994060776728 (5738745000) – Relator(a): Ricardo Feitosa – Órgão julgador: 4ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 05/07/2010).

MANDADO DE SEGURANÇA – Fornecimento de Fraldas geriátricas descartáveis – Dever do Estado, direito do povo – Art. 196 da Constituição da República, norma programática que não constitui promessa constitucional inconstitucional (STF, 2ª Turma, AgRE nº 273834-4-RS, Rel. Min. Celso de Mello) – Segurança concedida – Sentença mantida – Reexame necessário e recurso de apelação desprovidos (TJ/SP – Apelação

/ Reexame Necessário nº 990101080079 – Relator(a): J. M. Ribeiro de Paula – Órgão julgador: 12ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 04/08/2010).

APELAÇÃO – Mandado de Segurança – Fornecimento gratuito de fraldas geriátricas – Inadmissibilidade de recusa pela Administração Pública – Defesa de direito indisponível (direito à saúde) de pessoa enferma e hipossuficiente – O atendimento ao impetrante é medida de rigor, ante a proteção constitucionalmente prevista que se relaciona com o direito à vida e à dignidade da pessoa humana – Inteligência do art. 196 da Constituição Federal – Reexame necessário desacolhido e recurso voluntário desprovido (TJ/SP – Apelação / Reexame Necessário nº 990100238817 – Relator(a): Sérgio Gomes – Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 07/07/2010).

SAÚDE. Idosa que sofre de cardiopatia e em recuperação de infecção de intestino e bexiga. Ação julgada procedente para obrigar o Município de Franca a fornecer ao autor o medicamento OMEPRAZOL e a Fazenda do Estado a lhe fornecer fraldas e os medicamentos IMOSEC e PLAMET. Necessidade comprovada por prescrições médicas da rede pública de saúde e não impugnada de forma fundada pelas rés. Condenação amparada no artigo 196 da Constituição Federal. Recursos oficial, que se considera interposto, e voluntário improvidos, com observação (TJ/SP – Apelação nº 990102692256 – Relator(a): Antonio Carlos Villen – Órgão julgador: 10ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 09/08/2010).

OBRIGAÇÃO DE FAZER – Prestação de serviço público – Fornecimento de fraldas geriátricas descartáveis e de dieta especial do tipo Nutren 1.0, para portadora de esclerose múltipla, síndrome parkinsoniana, atrofia e enrijecimento dos membros superiores e inferiores – Direito constitucional à saúde – Artigo 196 da Constituição da República. Sentença de procedência confirmada. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Fixação em R\$ 600,00 – Valor que se mostra razoável e nos limites do artigo 20, §§ 3º e 4º do CPC – Inexistência de impedimento de imposição de honorários de sucumbência ao advogado da parte vencedora, mesmo que integre o convênio OAB/Defensoria Pública, já que as verbas possuem natureza distinta, não se podendo falar em confusão. Recurso improvido (TJ/SP – Apelação nº 990.10.203618-9 – Relator(a): Carlos Eduardo Pachi – Órgão julgador: 6ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 14/06/2010).

MEDICAMENTO – OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA – Liminar concedida – Resistência da entidade pública em fornecer fraldas para IDOSA, portadora de diversos problemas de saúde – Presentes os requisitos para a concessão – Verossimilhança dos fatos articulados na exordial e prova documental inequívoca – Atribuição do Sistema Único de Saúde do Estado de assistência clínica integral, inclusive medicamentos e insumos – Inteligência do disposto nos artigos 196 da Constituição Federal e 219 da Estadual – Jurisprudência dominante que estabelece o dever inarredável do Poder Público – Sentença mantida – Recurso voluntário da ré improvido (TJ/SP – Apelação nº 990101184532 – Relator(a): Rebouças de Carvalho – Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 16/06/2010).

OBRIGAÇÃO DE FAZER – Prestação serviço público – Fornecimento de fraldas a portador de tetraparesia estática com retardo do desenvolvimento neuropsicomotor – Alegado direito à vida e à saúde, cabendo ao Estado

propiciar o atendimento médico da impetrante, fornecendo os insumos prescritos – É necessário que esse direito venha a ser respeitado e implementado pelo Estado, destinatário do comando Constitucional? Recursos não providos (TJ/SP – Apelação nº 994092480674 (9856915400) – Relator(a): Magalhães Coelho – Órgão julgador: 3ª Câmara de Direito Público – Data do julgamento: 13/04/2010).

Sendo a saúde um direito fundamental, compete ao Estado promover os meios adequados para a sua efetivação, principalmente quando se constata a necessidade de um determinado insumo, o qual, ano a ano, vem sendo judicializado pela população.

A reserva do possível não é fator integrante do direito fundamental à saúde, mas cláusula limitadora, daí porque a efetivação desse direito só será alcançada se houver priorização das ações nessa área.

Paralelamente à implantação da política pública ora proposta, imperativa se faz a informatização urgente de toda a administração municipal. Nos dias de hoje é inaceitável não sabermos, por exemplo, quanto se gasta anualmente com um determinado insumo de saúde, medicamento ou tratamento específico.

7 Conclusões

7 CONCLUSÕES

A judicialização da saúde não envolve apenas os profissionais de direito, mas também os gestores públicos, os profissionais da saúde e toda a sociedade civil. Se, por um lado, o Poder Judiciário deve atuar para a concretização dos direitos fundamentais do cidadão, expressão máxima da dignidade da pessoa humana, por outro lado, é bem verdade que as decisões judiciais impactam diretamente nas políticas públicas previamente fixadas pelos governos locais e nas possibilidades orçamentárias.

Na prática, o mínimo existencial deve se compatibilizar com a reserva do possível. O bom senso é a medida que se impõe, daí a necessidade de fixação de critérios objetivos, leis e regulamentos específicos para a judicialização ora debatida, além da ampliação das políticas públicas na área da saúde.

Dentro das limitações orçamentárias, o Estado deve priorizar a aplicação dos recursos públicos na concretização do direito fundamental à saúde, em respeito ao mínimo existencial e à dignidade da pessoa humana.

Não há qualquer afronta ao princípio da separação de poderes quando o Judiciário intervém nas decisões administrativas estatais, buscando a efetivação do direito à saúde. Tal atribuição emana da Constituição Federal e, portanto, é legítima e garante o ideário trazido pelo Estado Democrático de Direito, tendo em vista que o direito fundamental à saúde é verdadeira expressão da dignidade da pessoa humana.

Uma vez violado o mínimo existencial, através da omissão na efetividade do direito fundamental à saúde, surge o direito à judicialização.

No tocante aos tratamentos, medicamentos e insumos ainda sem comprovação efetiva, muitas vezes de altíssimo custo, logo, não registrados na ANVISA e ofertados pelo SUS, transfere-se à justiça o verdadeiro papel de protagonista, à qual muitas vezes incumbirá decidir quem vai morrer e quem vai viver, na medida em que tais condições de eficácia dificultarão a incorporação desses tratamentos em políticas públicas de acesso universal e igualitário.

A pesquisa confirmou uma realidade já conhecida dos que atuam na área jurídica. A judicialização trata-se de fenômeno crescente e com abrangência cada vez maior tendo em vista a diversidade dos objetos das ações judiciais.

Isso porque, “[...] quanto maior o número de leis e de direitos constitucionalizados, maior será a atuação do Poder Judiciário, surgindo a todo instante o que se chama de judicialização” (BARROSO, 2014).

No contexto da presente pesquisa, apresento as conclusões:

a) a judicialização da saúde atua como mecanismo de efetivação dos direitos fundamentais, na medida em que garante ao jurisdicionado o acesso universal e igualitário preconizado na Carta Constitucional e na legislação infraconstitucional;

b) muito embora exista na área da saúde uma repartição de competências entre os entes federados, há por outro lado uma solidariedade constitucional para implementação de políticas públicas, o que estende a efetivação direta do direito à saúde, igualmente de forma solidária, aos Estados, Municípios, União e Distrito Federal, com maior facilidade de acionamento do Poder Público Municipal, em razão da proximidade local;

c) as ações judiciais, na área da saúde, no período de 2014 a 2017 foram em sua grande maioria procedentes, com pedido liminar deferido;

d) na prática, pelo teor das decisões judiciais, verifica-se que a teoria do mínimo existencial deve coexistir com o princípio da reserva do possível, sendo rechaçado o argumento isolado de falta de recursos orçamentários;

e) em virtude da quantidade de ações judiciais pleiteando o fornecimento de fraldas no Município de Bauru, a política pública proposta é de que seja disponibilizado esse insumo nos postos de saúde e farmácias populares, mediante receituário médico;

f) os 712 processos judiciais pesquisados apresentaram um impacto orçamentário de R\$ 4.926.131,49, conforme informações obtidas junto à Secretaria Municipal de Economia e Finanças de Bauru.

Por derradeiro, se a judicialização da saúde vai retroceder ou aumentar, é um exercício de futurologia que não cabe adentrarmos neste momento, mas o fato é que a escassez de políticas públicas, as escolhas equivocadas do administrador para o emprego do dinheiro público, as dificuldades orçamentárias, vêm alimentando a judicialização, a qual se utiliza desse arranjo institucional entre os três poderes democráticos para avançar na história.

Referências

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, M. Políticas públicas e o seu controle judicial na área da saúde: uma crítica à reserva do possível no Brasil. *In: QUEIROZ, L. C. S. de; ABRAHAM, M.; CAMPOS, C. A. A. (orgs.). Estado fiscal e tributação*. 2ª ed. Rio de Janeiro: GZ, 2015.

ADAES, C. T. S. Leitura jurisprudencial do direito à saúde. *In: Revista do Tribunal Regional Federal 1ª Região*, vol. 28, nºs 03/04, p. 25-45. Brasília/DF, mar./abr. 2016.

ALBERGARIA NETO, J. S. de; GONTIJO, J. F. R. Análise econômica da judicialização da saúde: a necessária atenção aos custos dos direitos pelo Poder Judiciário. *In: Juris Plenum*, vol. 14, nº 80. Caxias do Sul, mar./abr. 2018.

ALCÂNTARA, G. C. S. Judicialização da saúde: uma reflexão à luz da teoria dos jogos. *In: Revista CEJ*, vol. 16, nº 57, p. 88-94. São Paulo, mai./ago. 2012. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/1592/1569>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

ALCARÁ, M.; AMARAL, S. T. (orgs.). **Direito à saúde**: a efetividade constitucional por meio de tutelas jurídicas. Olinda: Livro Rápido, 2016.

ALCARÁ, M.; GARABINI, V. M. B. (orgs.). **Direito processual à saúde**: a concretização de direitos e a efetivação de tutelas. Olinda: Livro Rápido, 2017.

ALEX, R. **Teoría de los derechos fundamentales**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2002.

ALVES, A. J. Z. V.; SANTOS, C. L. dos. Anamnese e o juiz: contribuições à efetividade sistêmica da tutela antecipada antecedente nas ações individuais de saúde. *In: Revista de Processo*, vol. 42, nº 266, p. 341-363. São Paulo, abr. 2017.

ALVES, C. F. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**: o enfoque da doutrina social da igreja. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ALVES, D. G.; CARDOSO, H. R. **Direito à saúde**: por uma prestação ética do estado. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

ALVES, L. de S.; RETES, T. A. L. **Judicialização da saúde**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018.

ALVES, R. de A. V. Legalidade financeira e ativismo judicial: judicialização das políticas públicas. *In: Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, nº 28, p. 141-166. Rio de Janeiro, ago. 2010.

_____. "Judicialização", ativismo judicial e direito constitucional financeiro: uma análise da atividade judicial em matéria de saúde e educação. *In: GOMES, M. L.; ALVES, R. de A. V.; ARABI, A. Y. M. (coords.). Direito financeiro e jurisdição constitucional*. Curitiba: Juruá, 2016.

AMARAL, G. **Direito, escassez e escolha**. Renovar: Rio de Janeiro, 2001.

ANTUNES, E. H.; GONÇALVES, J. B. Redução da judicialização e efetivação das políticas públicas sob o enfoque do planejamento e gestão sistêmicos. *In: Revista da Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul*, vol. 32, nº 67, p. 09-23. Porto Alegre, jan./jun. 2011.

ARAUJO JÚNIOR, E. J. R. de. A atuação do Poder Judiciário no acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS): o caso do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. *In: DUARTE, C. S. (org.) et al. Reflexões acadêmicas para superar a miséria e a fome*. Bauru: Canal 06, 2016.

ARAÚJO, C. P. de. A judicialização da saúde e a necessidade de assessoramento técnico do juiz para decidir. *In: RIBEIRO, R. A. (org.) et al. A seguridade social em questão: da normatividade à jurisprudência*. Belo Horizonte: D'Plácido, 2016.

ARAÚJO, C. P. de; LÓPEZ, É. M. P.; JUNQUEIRA, S. R. S. **Judicialização da saúde**: saúde pública e outras questões. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2016.

ARAÚJO, J. S. de. Os desafios da decisão judicial na concretização do direito à saúde. *In: Revista dos Tribunais*, vol. 105, nº 963, p. 111-127. São Paulo, jan. 2016.

ARCE Y FLOREZ, J. **El derecho civil constitucional**. 3ª ed. rev. atual. e ampl. Madrid: Civitas, 1991.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. Posfácio de Celso Lafer. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ASENSI, F. D. Judicialização da saúde e Conselho Nacional de Justiça: perspectivas e desafios. *In: Fórum Administrativo – Direito Público*, vol. 16, nº 186, p. 34-46. Belo Horizonte, ago. 2016.

ASENSI, F. D.; PINHEIRO, R. **Judicialização da saúde no Brasil: dados e experiência**. Brasília/DF: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

BAHIA, A. G. M. F.; CASTRO, J. A. O Estado Democrático de Direito e a efetivação dos direitos sociais: o fenômeno da judicialização da saúde. *In: Revista de Informação Legislativa* [eletrônica], vol. 51, nº 203, p. 127-141. Brasília/DF, jul./set. 2014.

BARBOSA, O. P. de A. *et al.* Os dilemas da bioética e da judicialização da saúde no Brasil. *In: Revista Bonijuris*, vol. 29, nº 649, p. 16-23. Curitiba, dez. 2017.

BARCELOS, A. P. de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais e o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

_____. O direito constitucional à saúde: o caminho percorrido e algumas reflexões para o futuro. *In: FERRARI, S.; MENDONÇA, J. V. (orgs.). Direito em público: homenagem ao professor Paulo Braga Galvão*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BARROS, L. D. **Fornecimento judicial de medicamentos sem registro na ANVISA & de uso off-label: judicialização do direito à saúde**. Curitiba: Juruá, 2016.

BARROSO, L. R. Da falta de efetividade a judicialização excessiva – direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para a atuação judicial. *In: Interesse Público – Revista Bimestral de Direito Público*, vol. 09, nº 46, p. 31-62. São Paulo, nov./dez. 2007.

_____. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação**. Versão provisória para debate público. Mimeografado. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **O novo direito constitucional brasileiro: contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

BERNARDES, F. C. P. **A família contemporânea à luz da dignidade da pessoa humana**. 205 f. Dissertação (Mestrado) – Instituição Toledo de Ensino. Centro de Pós-Graduação, Bauru, SP, 2007.

BERTOTTI, B. M. de M. A. Da inefetividade à judicialização do direito fundamental à saúde: em busca de parâmetros adequados para a concessão de medicamentos de alto custo. *In: Fórum Administrativo – Direito Público*, vol. 16, nº 187, p. 09-28. Belo Horizonte, set. 2016.

BÍBLIA SAGRADA. **O velho e o novo testamento**. Tradução de Euclides Martins Balancin, Ivo Storniolo e José Luiz Gonzaga do Prado. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1990.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BOLDRIN, P. H. M.; SEVERI, F. C. Desigualdades na judicialização de políticas públicas: um estudo de caso sobre demandas por direito à saúde ajuizadas pela Defensoria Pública do estado de São Paulo, regional de Ribeirão Preto. *In: MARRARA, T.; AGUDO GONZÁLEZ, J. (orgs.). Controles da administração e judicialização de políticas públicas*. São Paulo: Almedina, 2016.

BONAVIDES, P. **Curso de direito constitucional**. 25ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

BOY, R.; BRAZ, M.; KRUG, B.; MIRANDA, A. B. B. de. Judicialização da saúde e assistência farmacêutica a doenças raras: o exemplo da mucopolissacaridose tipo I no Brasil. *In: Revista da AJURIS*, vol. 40, nº 131, p. 271-283. São Paulo, set. 2013.

BRAGA, D. da C. Justiça é vida para Vanessa Valentina, frágil como uma borboleta, valente como uma guerreira. *In: OLIVEIRA, A. V. de; FREITAS, V. P. de (coords.). Justiça Federal 50 anos: seus casos e suas causas contados por seus juízes*. Curitiba: Prismas, 2017.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro (2002)**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Brasília/DF. Câmara dos Deputados – Centro de Documentação e Informação, 2015.

_____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/DF. Senado Federal; 2015.

BRAZ, K. V.; MONTENEGRO, S. L. A. Efetivação do direito à saúde e concessão de medicamentos via ação judicial. *In: Temas de direito e saúde*. Brasília/DF: Advocacia Geral da União, 2010. 4 vol.

CAMBI, E. **Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo**: direitos fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

CARLINI, A. A judicialização da saúde privada no Brasil: reflexões a partir da segurança jurídica e do protagonismo judicial. *In*: **Segurança jurídica e protagonismo judicial**: desafios em tempos de incertezas. Estudos jurídicos em homenagem ao Ministro Carlos Mário da Silva Velloso. Rio de Janeiro: GZ, 2017.

CARLOS NETO, D. **Judicialização da saúde pública**: uma análise contextualizada. 2ª ed. rev. e ampl. Porto Velho: Motres, 2018.

CARNEIRO, B. L. V. **A efetivação jurisdicional do direito à saúde**: para uma análise da temática sob uma ótica tópica e concretista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

CARVALHO, A. S. D. de. (Des)governança na atuação do executivo e do judiciário na promoção da saúde brasileira. *In*: NOVELINO, M.; FELLET, A. (coords.). **Separação de poderes**: aspectos contemporâneos da relação entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Salvador: JusPodivm, 2018.

CARVALHO, O. F. de; SOUZA, G. de A. O (des)equilíbrio da judicialização da saúde no Brasil: algumas perspectivas para o seu aperfeiçoamento. *In*: **Fórum Administrativo – Direito Público**, vol. 19, nº 218, p. 91-107. Belo Horizonte, abr. 2019.

CASTELO, F. A. Direito à saúde e decisões estruturais: por uma judicialização mais racional e eficiente. *In*: **Revista de Processo**, vol. 42, nº 274, p. 317-342. São Paulo, dez. 2017.

CASTRO, F. de A. V. de; VALLE, C.; ANSCHAU, L. C. D.; FERREIRA, M. B. Análise do impacto das decisões judiciais sobre o orçamento da União no caso da saúde pública: previsibilidade e contingenciamento dos riscos. *In*: **Revista Tributária e de Finanças Públicas**, vol. 20, nº 102, p. 15-40. São Paulo, jan./fev. 2012.

CAVALCANTI, A. B. V. R.; MACHADO, B. A. Democracia e os paradoxos da judicialização das políticas públicas de saúde no Brasil. *In*: **Novos Estudos Jurídicos** [eletrônica], vol. 22, nº 02, p. 624-652. Itajaí, mai./ago. 2017.

CHAVES, L. C. da S. Judicialização da política, direito à saúde e diálogos institucionais: a audiência pública nº 04/2009. *In*: COELHO, M. V. F. (coord.). **A**

Constituição entre o direito e a política: o futuro das instituições. Estudos em homenagem a José Afonso da Silva. Rio de Janeiro: GZ, 2018.

COMPARATO, F. K. Fundamento dos direitos humanos. *In*: DINIZ, J. J. (coord.). **Direito constitucional**. Brasília/DF: Consulex, 1998.

_____. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CORDEIRO, M. L. X. O direito à saúde e a atuação do Poder Judiciário: breves considerações. *In*: **Temas de direito e saúde**. Brasília/DF: Advocacia Geral da União, 2010. 4 vol.

CORVINO, J. D. F. **A crise do sistema único de saúde e o fenômeno da judicialização da saúde**. Rio de Janeiro: Gramma, 2017.

COSTA, F. V.; MOTTA, I. D. da; ARAÚJO, D. A. Judicialização da saúde: a dignidade da pessoa humana e a atuação do Supremo Tribunal Federal no caso dos medicamentos de alto custo. *In*: **Revista Brasileira de Políticas Públicas** [eletrônica], vol. 07, nº 03, p. 844-874. Brasília/DF, set./dez. 2017.

COSTA, I. A. P. G. da. Judicialização: das medidas estatais colaboradoras à redução dos impactos nas políticas públicas de saúde. *In*: **Revista Síntese – Direito Administrativo**, vol. 07, nº 82, p. 43-55. São Paulo, out. 2012.

CUEVA, R. V. B. Parâmetros para a judicialização do direito à saúde. *In*: LEMBO, C.; CAGGIANO, M. H. S.; ALMEIDA NETO, M. C. de (coords.). **Juiz constitucional: estado e poder no século XXI**. Homenagem ao Ministro Enrique Ricardo Lewandowski. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DAHINTEN, B. F.; DAHINTEN, A. F. Judicialização do sistema de saúde complementar – possíveis causas. *In*: **Interesse Público – Revista Bimestral de Direito Público**, vol. 15, nº 80, p. 155-185. São Paulo, jul./ago. 2013.

DALLARI, S. G. **Os estados brasileiros e o direito à saúde**. São Paulo: Hucitec Humanismo, Ciência e Tecnologia, 1995.

DANIELLI, R. **A judicialização da saúde no Brasil:** do viés individualista ao patamar de bem coletivo. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

DANTAS, B. Política judiciária para a saúde. *In: Revista do Tribunal de Contas da União*, vol. 47, nº 133, p. 06-09. Brasília/DF, maio/ago. 2015.

DANTAS, F. P. F. **Direitos fundamentais sociais no Brasil: desafios e mecanismos para sua concretização.** 151 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2015. Disponível em: <<https://www2.ufg.br/pergamumweb/vinculos/00000c/00000cc2.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

DESIMONI, L. M. ***El derecho a la dignidad humana: Orígenes y evolución. La problemática posmoderna. La contención de La violencia em el tercero milênio.*** Buenos Aires: Ediciones Delpalma, 1999.

DIAS, M. S. de A. *et al.* Judicialização da saúde pública brasileira. *In: Revista Brasileira de Políticas Públicas* [eletrônica], vol. 06, nº 02, p. 132-145. Brasília/DF, mai./ago. 2016.

DINIZ JÚNIOR, J. C. **A eficácia das decisões judiciais na área de saúde.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

FAGUNDES, M. C. D.; CATTANI, Y. N. Novos parâmetros para o ajuizamento das ações ligadas à assistência farmacêutica, universalidade do direito à saúde e representatividade democrática. *In: Interesse Público – Revista Bimestral de Direito Público*, vol. 20, nº 110, p. 69-90. São Paulo, jul./ago. 2018.

FAIM FILHO, E. G. A judicialização da saúde e seus reflexos orçamentários. *In: CONTI, J. M.; SCAFF, F. F. (orgs.). Orçamentos públicos e direito financeiro*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

FARIAS, R. N. **Direito à saúde e sua judicialização.** Curitiba: Juruá, 2018.

FAUNDES, A.; PINOTTI, J. A. **A mulher e seu direito à saúde: por uma política de saúde no Brasil.** São Paulo: Monole Ltda., 1988.

FELIPPE, M. S. **Razão jurídica e dignidade humana.** São Paulo: Max Limonad, 1996.

FERREIRA, S. L.; COSTA, A. M. da. Núcleos de assessoria técnica e judicialização da saúde: constitucionais ou inconstitucionais? *In: Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro*, vol. 20, nº 36, p. 219-240. Rio de Janeiro, abr. 2013.

FIGUEIREDO, H. C. **Saúde no Brasil: sistema constitucional assimétrico e as interfaces com as políticas públicas**. Curitiba: Juruá, 2015.

FRANCHI, C. C.; VEIGA JUNIOR, H. Políticas públicas de saúde: entre a ineficiência estatal e a judicialização de uma política pública. *In: VEIGA JUNIOR, H.; PEREIRA NETTO, J. P. (orgs.). Temas de seguridade social: reflexões contemporâneas sobre a efetividade das políticas públicas de inclusão*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

GANDINI, J. A. D.; BARIONE, S. F. A judicialização do direito à saúde: a obtenção de atendimento médico, medicamentos e insumos terapêuticos por via judicial – critérios e experiências. *In: Revista IOB de Direito Administrativo*, vol. 03, nº 28, p. 07-46. São Paulo, abr. 2008.

GASPARDO, M. Judicialização do fornecimento de medicamentos: entre a concretização e a violação do direito à saúde. *In: Boletim de Direito Administrativo* [acesso restrito], vol. 31, nº 04, p. 422-433. São Paulo, abr. 2015.

GORDILHO, H. J. de S.; SILVA, T. T. de A. Eficácia dos direitos fundamentais e justiça distributiva: o interesse público como problema jurídico nos tratamentos de saúde. *In: Juris Plenum*, vol. 03, nº 09, p. 95-120. Caxias do Sul, jan./mar. 2016.

GRINOVER, A. P. Judiciário pode intervir no controle do Executivo. *In: Revista Consultor Jurídico*, 08 mai. 2009.

HUTZLER, F. S. **O ativismo judicial e seus reflexos na seguridade social**. Brasília/DF: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2018.

JUCATELLI, J. P.; SILVA, J. B. Judicialização da saúde, ativismo judicial e o consequente desequilíbrio do orçamento público. *In: Revista Brasileira de Políticas Públicas* [eletrônica], vol. 07, nº 01, p. 98-115. Brasília/DF, jan./abr. 2017.

KANT, I. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela. Coimbra: Biblioteca Filosófica, 1960.

KOVACS, C. **Do excesso de judicialização na concessão de medicamentos aos cidadãos e a reserva do possível**. 69 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2012. Disponível em: <<https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/00001e/00001e2e.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

LIMA, F. R. de S. **Saúde e Supremo Tribunal Federal**. 2ª ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2018.

LIMA, M. R. de. A judicialização do direito fundamental à saúde e dos demais direitos fundamentais do artigo 6º e os princípios da prevenção e da precaução. *In: Diálogos constitucionais de direito público e privado*, nº 02, p. 163-177. Porto Alegre: Jurídica, 2013.

LIMA, N. T. **Saúde e democracia: história e perspectivas do SUS**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005.

LIMA, P. J. M. S. O princípio da proporcionalidade como instrumento jurídico para conformar a judicialização do direito à saúde e a função social do juiz no contexto do estado federal. Advocacia Geral da União. *In: Pós-Graduação em Direito Público*, vol. 34, tomo 04, p. 227-250. Brasília/DF: UnB, 2014.

LIMA, T. M. O direito à saúde revisitado: entre os ideais da Constituição de 1988 e o drama jurídico atual. *In: Revista de Informação Legislativa*, vol. 51, nº 202, p. 181-201. São Paulo, abr./jun. 2014.

LIMBERGER, T.; SALDANHA, J. M. L. O direito à saúde e sua efetividade: o debate democrático perante o Supremo Tribunal Federal. *In: Interesse Público – Revista Bimestral de Direito Público*, vol. 12, nº 64, p. 105-130. São Paulo, nov./dez. 2010.

LIXA, I. F. M.; WEEGE, S. A. Judicialização da saúde e política pública: reflexões a partir da experiência do município de Joinville. *In: Juris Plenum*, vol. 06, nº 21, p. 35-48. Caxias do Sul, jan./mar. 2019.

LOPO, P. **Garantia constitucional dos direitos sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

LUZ, R. G. A. de M. Judicialização do orçamento público: repercussões da ingerência do Judiciário nas contas públicas e no planejamento da gestão estatal em decisões referentes à saúde. Advocacia Geral da União. *In: Pós-Graduação em Direito Público*, vol. 30, tomo 02, p. 189-212. Brasília/DF: UnB, 2013.

MAAS, R. H.; LEAL, M. C. H. A decisão da saúde pelo Supremo Tribunal Federal: uma análise dos parâmetros para judicialização da saúde. *In: Direito Público*, vol. 14, nº 82, p. 50-70. Porto Alegre, jul./ago. 2018.

MAGALHÃES, M. A. **O sistema único de saúde e suas diretrizes constitucionais**. São Paulo: Verbatim, 2012.

MÂNICA, F. B. Saúde: um direito fundamental social individual. *In: Revista Brasileira de Direito da Saúde*, nº 12. São Paulo, out. 2011.

MAPELLI JÚNIOR, R. **Judicialização da saúde**: regime jurídico do SUS e intervenção na administração pública. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

MARANHÃO, C. **Tutela jurisdicional do direito à saúde**: arts. 83 e 84 – CDC. Temas atuais de direito processual civil. Coordenação de Luiz Guilherme Marinoni. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MARMELSTEIN, G. *You can't always get what you want*: repensando a judicialização da saúde com base no fornecimento de medicamentos. *In: Revista de Informação Legislativa*, vol. 54, nº 216, p. 105-130. Brasília/DF, out. 2017.

MARTÍNEZ, G. P. B. **La dignidad de la persona desde la filosofía del derecho**. Cuadernos Bartolomé de las Casas. Instituto de Derechos Humanos. Madrid: Universidad Carlos III, 2002.

MATTOS, K. D. G. de; SOUZA, G. A. de. Ativismo judicial e direito à saúde: uma análise da tutela jurisdicional nas ações de medicamentos. *In: Direito Público*, vol. 08, nº 37, p. 07-23. São Paulo, jan./fev. 2011.

MENDES, G. F.; BRANCO, P. G. G. **Curso de direito constitucional**. 1ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

MENDES, K. R. **Curso de direito da saúde**. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENEZES, V. H. M. de. **Direito à saúde e reserva do possível**. Curitiba: Juruá, 2015.

MIRANDA, J. **Manual de direito constitucional**. Coimbra: Coimbra Editora, 1998. tomo IV.

MONTEIRO, B. L.; ALLI, T. B. T. Desafios ao direito social à saúde: a criminalização da exigência de cheque-caução por planos de saúde. *In: ABREU, C. B.; PEIXINHO,*

M. M.; MADEIRA FILHO, W. (coords.). **Diálogos sobre direitos humanos fundamentais**. 3ª Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

MORAES, A. de. **Direito constitucional**. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORANDINI, J.; LAWALL, C. O mínimo existencial como critério para analisar a (in)viabilidade do fornecimento de tratamento de saúde no exterior pela administração pública. *In*: MARQUES, A. D.; SANTOS, D. T. G. dos; SILVA, R. H. da (orgs.). **A humanidade, o direito e seus (novos) caminhos**. Curitiba: CRV, 2015.

NUNES JUNIOR, V. S.; DALLARI, S. G. **Direito sanitário**. São Paulo: Verbatim, 2010.

OLIVEIRA, E. C. de A. A judicialização da saúde e suas repercussões no Sistema Único de Saúde (SUS) e na defesa dos entes públicos em juízo. *In*: Advocacia Geral da União. *In*: **Pós-Graduação em Direito Público**, vol. 34, tomo 01, p. 77-120. Brasília/DF: UnB, 2014.

OLIVEIRA, G. H. J. de. Judicialização das parcerias na área da saúde: entrevista. *In*: **Revista Jurídica Consulex**, vol. 16, nº 370, p. 06-08. São Paulo, jun. 2012.

OLIVEIRA, P. S. de; MARGRAF, A. F. Direito à saúde: um direito de todos? *In*: **Revista de Direito Privado**, vol. 17, nº 66, p. 17-34. São Paulo, abr./jun. 2016.

OLIVEIRA, W. L. de. Judicialização da saúde pública. *In*: OLIVEIRA, W. L. de (org.). **Advocacia pública em debate**. Florianópolis: Empório do Direito, 2018.

PEDRINI, T. F.; VANDRESEN, T. A reserva do possível: entre a suposta insuficiência de recursos disponíveis e a execução do direito à saúde. *In*: *Revista Bonijuris*, vol. 28, nº 633, p. 16-22. Curitiba, ago. 2016.

PEREIRA, W. M. **Judicialização das políticas públicas de saúde**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2015.

PEREIRA JUNIOR, J. T. O formato jurídico da gestão da saúde pública: a opção da MP nº 520/10 por modelo empresarial, sob a perspectiva jurisprudencial. *In*: **Boletim de Direito Administrativo**, vol. 27, nº 05, p. 529-550 e 570-577. São Paulo, mai. 2011.

PIERRO, B. Demandas crescentes. *In: Revista Pesquisa FAPESP*, ano 18, nº 252. São Paulo, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br>>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PINTO, É. G.; BAHIA, A. G. M. F.; SANTOS, L. O financiamento da saúde na Constituição de 1988: um estudo em busca da efetividade do direito fundamental por meio da equalização federativa do dever do seu custeio mínimo. *In: AeC Revista de Direito Administrativo e Constitucional*, vol. 16, nº 66, p. 209-237. Belo Horizonte, out./dez. 2016.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. 4ª ed. atual. e rev. São Paulo: Saraiva, 2010.

RAMOS, P. A crise na saúde, seus impactos e quais são as soluções. *In: Seminário Caminhos para a Saída da Crise*. Praia do Forte: Anais Centro de Memória Jurídica, 2016.

REALE, M. **Questões de direito público**. São Paulo: Saraiva, 1997.

_____. **Filosofia do direito**. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 1998.

REIS, W. J. dos. Terceirização: solução à judicialização da saúde pública? *In: Revista Jurídica Consulex*, vol. 16, nº 361, p. 48-50. São Paulo, fev. 2012.

ROCHA, A. S. A gestão do Poder Judiciário e a judicialização da saúde: órgãos técnicos de mediação como mecanismo de solução de controvérsias no acesso a medicamentos e tratamentos de saúde. *In: 2ª Jornada de Planejamento e Gestão*, p. 09-14. Brasília/DF, 2012.

RODRIGUES, R. M. *et al.* **A (i)legitimidade das políticas públicas**: a República entre a igualdade e a especificidade. São Paulo: Malheiros, 2015.

RONALD, D. **Uma questão de princípio**. São Paulo: Martins Fontes; 2001.

ROTHENBURG, W. C. **Princípios constitucionais**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1998.

SABINO, M. A. da C. **Saúde & Judiciário**: a atuação judicial, limites, excessos e remédios. Curitiba: Juruá, 2016.

SANTOS, F. F. dos. **Princípio constitucional da dignidade da pessoa humana**. São Paulo: Celso Bastos Editor: IBDC, 1999.

SANTOS, R. C. C. dos. **Financiamento da saúde pública no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11ª ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.

_____. Algumas considerações em torno do conteúdo, eficácia e efetividade do direito à saúde na constituição de 1988. *In: Revista Diálogo Jurídico*, vol. 10, nºs 02-03. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SCHWARTZ, G. A. D. **A tutela antecipada no direito à saúde**: a aplicabilidade da teoria sistêmica (de acordo com a Lei nº 10.444/02). Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2003.

SESSAREGO, C. F. *Apuntes sobre el daño a la persona*. *In: BORDA, G. A. (coord.). La persona humana*. Buenos Aires: La Ley, 2001.

SILVA, A. C. Q. da; SILVA, G. G. e. Aspectos polêmicos da concretização do direito à saúde em face das ações judiciais para fornecimento de medicamentos no Brasil. *In: Direitos Fundamentais e Justiça* [eletrônica], vol. 09, nº 32, p. 26-54. Porto Alegre, jul./set. 2015.

SILVA, J. A. **Curso de direito constitucional positivo**. 38ª ed. ver. e atual. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

SPAOLONZI, M. G. P. A constituição da norma de decisão na judicialização da saúde. *In: DE PRETTO, R. S.; KIM, R. P.; TERAOKA, T. M. C. (coords.). Interpretação Constitucional no Brasil*. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2017.

STRECK, L. L. **Jurisdição constitucional e hermenêutica**: uma nova crítica do direito. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

TEIXEIRA, I. C. D. **Direito social à saúde e ativismo judicial**: gerenciamento das políticas públicas. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 2015.

WEIS, C. **Direitos humanos contemporâneos**. 2ª ed. 2ª tirag. São Paulo: Malheiros Editores, 2011.

WOLKMER, A. C. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura no Direito. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

Apêndices

APÊNDICE A – Tabela com a Relação dos Processos Judiciais Pesquisados

ITEM	Nº PROCESSO	PROCESSO ADMINISTRATIVO	DATA DISTRIBUIÇÃO	TIPO AÇÃO	LIMINAR OU ANTECIPAÇÃO DE TUTELA	SITUAÇÃO (JULGADAS EM 1º OU 2º INSTÂNCIA)	OBJETO
1	0008162-77.2014.8.26. 0071	18719/2014	01/01/2014	Mandado de Segurança	25/03/2014	22/04/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade de endocrinologia para a impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
2	1012437-52.2014.8.26.0071	41022/2014 - Ap. 42028/2015	01/01/2014	Mandado de Segurança	22/07/2014	22/09/2014 - julgo procedente o pedido, mantendo a obrigação imposta ao requerido de fornecer a requerente o medicamento colágeno hidrolisado (30 saches por mês).	MEDICAMENTO
3	1022125-38.2014.8.26.0071	1953/2015	12/01/2014	Mandado de Segurança	08/01/2015	21/01/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho xg 180 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 30, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
4	0000342-07.2014.4.8.26.0071	2885/2014	15/01/2014	Mandado de Segurança	10/01/2014	27/01/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
5	000008-70.2014.8-26.0071	2891/2014	15/01/2014	Mandado de Segurança	03/04/2014	31/03/2014 - ratifico a liminar de fls. 32 e concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante do medicamento rivastigmina patch 10 (9,5 mg/24 horas - 01 adesivo por dia), conforme prescrição médica de fls. 24, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO

6	0000456-43.2014.8.26.0071	3290/2014	16/01/2014	Mandado de Segurança	03/02/2014	05/02/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
7	0000947-50.2014.8.26.0071	3671/2014	17/01/2014	Mandado de Segurança	15/01/2014	19/02/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	MEDICAMENTO
8	0000874.78.2014.8.26.0071	3872/2014	20/01/2014	Outros Procedimentos		26/05/2014 - rejeito a preliminar arguida, ratifico a decisão de fls. 29/29v. e julgo procedente o pedido formulado por contra prefeitura municipal de Bauru, determinando que a requerida forneça à requerente agendamento de cirurgia plástica, sem prejuízo da realização dos exames pré-cirúrgicos obrigatórios, nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I do código de processo civil. condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas, despesas processuais e, honorários advocatícios que fixo em R\$ 400,00 (quatrocentos reais).	CIRURGIA
9	0001084-32.2014.8.26.0071	4123/2014	21/01/2014	Mandado de Segurança	16/01/2014	28/05/2014 - foi noticiado o falecimento da impetrante. assim, evidente a carência superveniente da ação pela perda do objeto. ante o exposto, julgo extinto o processo.	FRALDA
10	0001586-68.2014.8.26.0071	5370/2014	27/01/2014	Mandado de Segurança	22/01/2014	25/02/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade de neurologia para a impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
11	0001594-45.2014.8.26.0071	5484/2014	28/01/2014	Mandado de Segurança	22/01/2014	12/02/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito	FRALDA

12	0002144-40.2014.8.26.0071	5545/2014	28/01/2014	Mandado de Segurança		30/01/0/2014 - município informa a entrega de 14 latas prescritas.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
13	0002152-17.2014.8.26.0071	5842/2014	29/01/2014	Mandado de Segurança	27/01/2014	07/03/2014 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade vascular para o impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
14	0002514-19.2014.8.26.0071	6191/2014	31/01/2014	Mandado de Segurança	29/01/2014	13/02/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 150 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 13, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas. para efeito de efetivo controle do tempo em que o impetrante necessita dos itens a serem fornecidos e para evitar compras desnecessárias pelo órgão público, deverá ser apresentada prescrição médica atualizada à secretaria municipal de saúde, a cada 03 (três) meses. nos termos do artigo 13, caput, da lei 12.016/09, por mandado, transmitir o inteiro teor da decisão ao impetrado e à procuradoria municipal. fixo os honorários advocatícios do dr. ..., nomeado nos termos do convênio entre a defensoria publica do estado regional de Bauru e ordem dos advogados do brasil, seção de são paulo (fls. 09), em 70% (setenta por cento) no valor constante da tabela de honorários. não cabe condenação em honorários (artigo 25 da lei 12.016/09). após o decurso do prazo para recurso voluntário, remetam-se os autos ao e. tribunal de justiça para reexame necessário.	FRALDA

15	1020982-14.2014.8.26.0071	70150/2014	03/02/2014	Mandado de Segurança	27/11/2014	16/12/2014 - concedo a segurança pleiteada por , representada por, contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante: dieta adulto hipercalórica (1,5 kcal/ml), hiperproteica (18% vct) isenta de lactose e glúten (08 latas de 400g por mês) e módulo de amido modificado, espessante alimentar instantâneo, isento de sabor (03 latas por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
16	1021345-98.2014.8.26.0071	71305/2014	03/02/2014	Outros Procedimentos	04/12/2014	25/02/2015 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça à requerente sulfato de glicosamina 1,5g. + sulfato de condroitina 1,2g.	MEDICAMENTO
17	0001599-67.2014.8.26.0071	7026/2014	05/02/2014	Mandado de Segurança	03/02/2014	13/03/2014 - concedo parcialmente a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante os suplementos alimentares hipercalóricos, hiperproteica 2 unidades por dia 250kcal em 200 ml 30% de proteína, 44% de carboidrato e 26% de lipídeo com arginina e w3 (60 unidades por mês) e a dieta padrão, polimérica, normocalórica, normoproteica, sem fibras, sem sacarose e lactose (38 litros por mês), conforme recomendações médicas de fls. 12 e 13, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	MEDICAMENTO
18	0002618-11.2014.8.26.0071	7057/2014	05/02/2014	Mandado de Segurança	31/01/2014	22/02/2014 - concedo a segurança pleiteada por..... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês).	FRALDA
19	0002134-93.2014.8.26.0071	8925/2014	13/02/2014	Outros Procedimentos	07/02/2014 CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	04/06/2014 - julgo procedente o pedido formulado por em face da prefeitura municipal de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

20	0003973-56.2014.8.26.0071	10362/2014	20/02/2014	Mandado de Segurança	17/02/2014	13/03/2014 - concedo a segurança pleiteada por , representado por, contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça ao impetrante: fraldas descartáveis, tamanho "p" (05 unidades por dia), nos termos da petição inicial e, extinto o processo.	FRALDA
21	0004357-19.2014.8.26.0071	10474/2014	21/02/2014	Mandado de Segurança	14/02/2014	21/05/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (03 unidades por dia), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
22	0004940-04.2014.8.26.0071	11141/2014	25/02/2014	Mandado de Segurança	21/02/2014	14/03/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante do medicamento cloridrato de cinacalcete 30 mg.	MEDICAMENTO
23	0004657-78.2014.8.26.0071	11425/2014	26/02/2014	Mandado de Segurança	INDEFIRO A LIMINAR	posto isso, denego a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CUIDADOR/HOM E CARE
24	0005060-47.2014.8.26.0071	11416/2014	26/02/2014	Mandado de Segurança	24/02/2014	17/03/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g - 180 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 24, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
25	0005108-06.2014.8.26.0071	11882/2014	28/02/2014	Mandado de Segurança	24/02/2014	20/03/2014 - oncedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça ao impetrante: fraldas descartáveis, tamanho "g" (90 unidades por mês), nos termos da petição inicial e, extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
26	0005333-26.2014.8.26.0071	12215/2014	05/03/2014	Mandado de Segurança	26/02/2014	19/03/2014 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
27	0005639-92.2014.8.26.0071	12992/2014	07/03/2014	Mandado de Segurança	28/02/2014	25/03/2014 - oncedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de cirurgia para tratamento de hérnia abdominal para o impetrante, sem prejuízo dos exames pré-cirúrgicos obrigatórios, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA

28	0004011-68.2014.8.26.0071	13498/2014	11/03/2014	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
29	0005995-87.2014.8.26.0071	13837/2014	12/03/2014	Outros Procedimentos		07/04/2014 - fundamento e decido. no caso dos autos, evidente a carência da ação por falta de interesse de agir, pois conforme noticiado a fls. 29/30, antes da propositura da ação, o paciente já estava sendo transportado em veículo disponibilizado pela secretaria municipal de saúde. ante o exposto, julgo extinta a presente ação.	TRANSPORTE
30	0006988-33.2014.8.26.0071	15190/2014	18/03/2014	Mandado de Segurança	14/03/2014	14/05/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
31	0007151-13.2014.8.26.0071	15770/2014	20/03/2014	Mandado de Segurança	14/03/2014	22/04/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de exame de ultrassonografia na região lombar para o impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	CONSULTA MÉDICA
32	0007625-81.2014.8.26.0071	16626/2014	25/03/2014	Mandado de Segurança	19/03/2014	concedo a segurança pleiteada por..... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (06 unidades por dia), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
33	0007811-07.2014.8.26.0071	17327/2014	27/03/2014	Mandado de Segurança	21/03/2014	29/05/2014 - concedo a segurança pleiteada por..... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA

34	0007745- 27.2014.8.26.0071	17371/2014	27/03/2014	Outros Procediment os	19/03/2014 CONCEDO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	17/07/2014 - julgo procedente o pedido formulado por em face da prefeitura municipal de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente: suplemento alimentar nutrison soya 1,2 ou tropic fiber 1,2 (47 litros por mês) ou nutrison soya mf (10 latas de 800g por mês), quetiapina 100mg (01 comprimido por dia), aristab 10mg (01 comprimido por dia) e fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "eg" (240 unidades por mês), conforme prescrições médicas de fls. 16 e 18/20, nos termos da petição inicial, e extinto o processo.	FRALDA
35	0007965- 25.2014.8.26.0071	17372/2014	27/03/2014	Outros Procediment os	22/03/2014 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	22/07/2014 - julgo procedente o pedido, formulado por contra prefeitura municipal de Bauru, determinando que a requerida forneça à requerente: agendamento de cirurgia plastica, nos termos da petição inicial e, extinto o processo, com resolução de mérito.	CIRURGIA
36	0007028- 15.2014.8.26.0071	17373/2014	27/03/2014	Mandado de Segurança	22/03/2014	14/04/2014 - concedo a segurança pleiteada porcontra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (05 unidades por dia), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
37	0008029- 35.2014.8.26.0071	17604/2014	28/03/2014	Outros Procediment os	25/03/2014	30/06/2014 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e extinto o processo.	FRALDA
38	0007862- 18.2014.8.26.0071	17739/2014	28/03/2014	Mandado de Segurança	25/03/2014	14/04/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (130 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
39	0004276- 70.2014.8.26.0071	17747/2014	28/03/2014	Outros Procediment os	23/04/2014	24/04/2014 - denego a segurança pleiteada por contra ato do SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BAURU, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil.	CUIDADOR/HOM E CARE

40	0008784-59.2014.8.26.0071	19500/2014	04/04/2014	Outros Procedimentos	02/04/2014 CONCEDO PARCIALMENTE E A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	16/07/2014 - julgo parcialmente procedente o pedido formulado por contra prefeitura municipal de Bauru, determinando que a requerida forneça ao requerente: agendamento de consulta na especialidade de ortopedia, nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
41	0004599-75.2014.8.26.0071	20386/2014	08/04/2014	Mandado de Segurança	04/04/2014	02/07/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante transporte de sua casa até o hospital estadual de Bauru nos dias de tratamento de hemodiálise (03 vezes por semana), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	TRANSPORTE
42	0008674-60.2014.8.26.0071	20687/2014	09/04/2014	Mandado de Segurança	07/04/2014	30/04/2014 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consultas nas especialidades de gastroenterologia e cirurgia geral, para avaliação da necessidade de intervenção cirúrgica quanto à impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	CONSULTA MÉDICA
43	0007854-41.2014.8.26.0071	21038/2014	10/04/2014	Mandado de Segurança	07/04/2014	24/04/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante dos medicamentos concor 5mg (02 comprimidos por dia) e xarelto 20mg (01 comprimido por dia), conforme prescrição médica de fls. 29, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
44	0009255-75.2014.8.26.0071	21451/2014	11/04/2014	Outros Procedimentos		12/02/16 - mantenho a sentença e determino a remessa dos autos à Superior Instância para reexame voluntário.	CONSULTA MÉDICA

45	0009691- 34.2014.8.26.0071	21963/2014	14/04/2014	Mandado de Segurança	08/04/2014	08/08/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante da dieta normocalórica, normoprotéica isenta de sacarose, lactose e glúten com fibras (14 latas de 800 gramas por mês), conforme recomendação nutricional de fls. 18, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
46	0000159- 36.2014.8.26.0071	21971/2014	14/04/2014	Mandado de Segurança	SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
47	0003611- 54.2014.8.26.0071	22702/2014	16/04/2014	Mandado de Segurança	08/04/2014	06/05/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
48	0009610- 85.2014.8.26.0071	22707/2014	16/04/2014	Mandado de Segurança	08/04/2014	29/05/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante de tratamento de oxigenoterapia em câmara hiperbárica (30 sessões), conforme prescrição médica de fls. 16, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
49	0002560- 08.2014.8.26.0071	23028/2014	17/04/2014	Mandado de Segurança	10/04/2014 DEFIRO PARCIALMENTE E A LIMINAR	03/07/2014 - concedo parcialmente a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos pantoprazol 40mg (30 comprimidos pro mês) e trimebutina 200mg (60 comprimidos por mês), conforme receituário de fls. 14; colágeno hidrolisado, em pó, tipo 2 (30 sachês por mês prescrição médica de fls. 13) e estradiol creme (1 frasco por mês receituário médico de fls. 45), sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	MEDICAMENTO

50	0007865-70.2014.8.26.0071	23033/2014	17/04/2014	Mandado de Segurança	11/04/2014 DEFIRO PARCIALMENTE E A LIMINAR	28/05/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade de ortopedia (coluna) e exame neurológico (eletroencefalograma) para a impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
51	0010875-25.2014.8.26.0071	24926/2014	28/04/2014	Mandado de Segurança	23/04/2014	22/05/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (60 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
52	0009162-15.2014.8.26.0071	25014/2014	29/04/2014	Mandado de Segurança	25/04/2014 DEFIRO PARCIALMENTE E A LIMINAR	16/06/2014 - concedo parcialmente a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 180 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 21, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
53	0010854-49.2014.8.26.0071	26413/2014	07/05/2014	Mandado de Segurança	05/05/2014	21/05/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 14, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
54	0011890-29.2014.8.26.0071	26565/2014	07/05/2014	Mandado de Segurança	05/05/2014	16/06/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho grande 120 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 11, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
55	0009637-68.2014.8.26.0071	26586/2014	07/05/2014	Mandado de Segurança	29/04/2014	26/05/2014 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça aa impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (06 unidades por dia), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

56	0012127-63.2014.8.26.0071	27238/2014	07/05/2014	Mandado de Segurança	06/05/2014	25/07/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade de cardiologia para a impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
57	1007616-05.2014.8.26.0071	27676/2014	13/05/2014	Mandado de Segurança	09/05/2014	02/06/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante de mobility (01 sachê por dia, por seis meses), conforme prescrição médica de fls. 24, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
58	1007781-52.2014.8.26.0071	28603/2014	16/05/2014	Mandado de Segurança	13/05/2014 DEFIRO PARCIALMENTE E A LIMINAR	02/06/2014 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante absorventes geriátricos descartáveis maxi absorvente (100 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
59	0010799-98.2014.8.26.0071	29410/2014	21/05/2014	Outros Procedimentos	15/05/2014 ANTECIPAÇÃO DA TUTELA	09/12/2014 - julgo parcialmente procedente o pedido, formulado por contra prefeitura municipal de Bauru, determinando que o requerido forneça à requerente: agendamento de consulta na especialidade de gastroenterologia, nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
60	0007930-65.2014.8.26.0071	30423/2014	26/05/2014	Mandado de Segurança	22/05/2014	18/03/2015 - concedo a segurança, para determinar que o impetrado forneça à impetrante a dieta normocalórica, hiperproteica, com fibras nutrison protein plus multi fiber 1,25kcal/ml (31 litros por mês, conforme receituário em fls. 18), sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL

61	0010839-80.2014.8.26.0071	30946/2014	28/05/2014	Mandado de Segurança	27/05/2014	02/07/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos e insumos insulina glargina (03 refis por mês fls. 24), insulina humalog u 100 (03 refis por mês fls. 24), tiras reagentes para glicemia capilar (150 unidades por mês fls. 24), glicosímetro (01 unidade) e agulhas descartáveis bd para canetas de insulina 5/025mm (120 unidades por mês) conforme recomendação de fls. 24, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	MEDICAMENTO
62	1008668-36.2014.8.26.0071	31355/2014	28/05/2014	Outros Procedimentos	27/05/2014 CONCEDO A LIMINAR	02/07/2014 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e extinto o processo.	FRALDA
63	0010445-73.2014.8.26.0071	31663/2014	02/06/2014	Mandado de Segurança	29/05/2014	21/07/2014 - noticiado o óbito da impetrante. assim, evidente a carência superveniente da ação por falta de interesse processual. ante o exposto, julgo extinto o processo.	FRALDA
64	1008816-47.2014.8.26.0071	31730/2014	02/06/2014	Mandado de Segurança	28/05/2014	12/06/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante de suplemento específico para pacientes com diabetes, com fibras, isento de sacarose e glúten (114 g de pó por dia - 3.420 kg por mês, ou líquido 02 unidades de 200 ml por dia - 60 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL

65	1008694- 34.2014.8.26.0071	31743/2014	02/06/2014	Mandado de Segurança	27/05/2014	25/06/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade de oftalmologia no ambulatório de estrabismo para o impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
66	1009035- 60.2014.8.26.0071	32299/2014	04/06/2014	Mandado de Segurança	29/05/2014	02/10/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "eg" (05 unidades por dia, pelo período de noventa dias), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
67	1008822- 54.2014.8.26.0071	33681/14	11/06/2014	Mandado de Segurança	06/06/2014	11/07/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 150 unidades por mês prescrição médica de fls. 17), colchão casca de ovo (01 unidade) e colchão impermeável (01 unidade), sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
68	1009535- 29.2014.8.26.0071	34143/2014	13/06/2014	Mandado de Segurança	09/06/2014	16/07/2014 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade de ortopedia para o impetrante.	CONSULTA MÉDICA
69	1009940- 65.2014.8.26.0071	34650/2014	18/06/2014	Mandado de Segurança	13/06/2014	16/07/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês prescrição médica de fls. 33), sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas	FRALDA
70	1009972- 70.2014.8.26.0071	35241/2014	24/06/2014	Mandado de Segurança	16/06/2014	16/07/2014 - CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada por contra ato do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BAURU, para que o impetrado forneça ao impetrante FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS - tamanho "G" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

71	1010179- 69.2014.8.26.0071	35243/2014	24/06/2014	Mandado de Segurança	16/06/2014	16/07/2014 - concedo a segurança pleiteada por..... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
72	1010289- 68.2014.8.26.0071	36125/2014	26/06/2014	Mandado de Segurança	24/06/2014	16/07/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (08 unidades por dia), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito	FRALDA
73	1010747- 85.2014.8.26.0071	36811/2014	01/07/2014	Mandado de Segurança	27/06/2014	23/07/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
74	0009161- 30.2014.8.26.0071	37586/2014	04/07/2014	Mandado de Segurança	Indefiro o pedido de liminar.	24/07/2014 - denego a segurança pleiteada.	CONSULTA MÉDICA
75	0018833- 62.2014.8.26.0071	38824/2014	14/07/2014	Mandado de Segurança	11/07/2014	03/12/14 - Julgo extinto com resolução do mérito.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
76	0013965- 41.2014.8.26.0071	39578/2014	16/07/2014	Mandado de Segurança	15/07/2014	08/08/2014 - Torna definitiva a liminar determina o SMS fornecer fórmula de partida 10 latas/mês.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL

77	1011514-26.2014.8.26.0071	39746/2014	17/07/2014	Mandado de Segurança	11/07/2014	31/07/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
78	1011430-25.2014.8.26.0071	40354/2014	21/07/2014	Mandado de Segurança	16/07/2014	31/07/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante os medicamentos acarbose 50 mg (90 comprimidos por mês), linagliptina 5 mg (30 comprimidos por mês), insulina asparte u 100 (01 refil por mês) e insulina glargina u 100 (02 refis por mês), bem como agulha bd ultrafine 4 mm (100 unidades por mês), conforme recomendação médica de fls. 21, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	MEDICAMENTO
79	1012437-52.2014.8.26.0071	41022/2014	24/07/2014	Outros Procedimentos	22/07/2014	22/09/2014 - ratifico a antecipação de tutela concedida a fls. 29/30, e julgo procedente o pedido, mantendo a obrigação imposta ao requerido de fornecer a requerente o medicamento colágeno hidrolisado (30 saches por mês).	MEDICAMENTO
80	1012436-67.2014.8.26.0071	41590/2014	28/07/2014	Outros Procedimentos	23/07/2014	25/08/2014 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça ao requerente o medicamento pradaxa (dabigatran) 110 mg (02 comprimidos por dia), nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
81	1013066-26.2014.8.26.0071	42959/2014	06/08/2014	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	MEDICAMENTO
82	1013329-58.2014.8.26.0071	43170/2014	07/08/2014	Mandado de Segurança	05/08/2014	03/11/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante do medicamento cinacalcete 30 mg (01 comprimido por dia), conforme prescrição médica de fls. 22, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO

83	1013409- 22.2014.8.26.0071	43947/2014	11/08/2014	Mandado de Segurança	05/08/2014	26/08/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante os medicamentos ezetimiba 10mg (30 comprimidos por mês) e saxagliptina 2,5mg (30 comprimidos por mês), além de agulhas para aplicação de insulina 0,25/8mm (30 unidade por mês), conforme recomendação médica de fls. 19, 21 e 22, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	MEDICAMENTO
84	1013683- 83.2014.8.26.0071	44837/2014	15/08/2014	Mandado de Segurança	11/08/2014	10/09/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (60 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
85	1013894- 22.2014.8.26.0071	45022/2014	15/08/2014	Mandado de Segurança	14/08/2014	02/10/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis, tamanho g (120 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 23, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
86	0018829- 25.2014.8.26.0071	45206/2014	18/08/2014	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
87	1013899- 44.2014.8.26.0071	45471/2014	19/08/2014	Mandado de Segurança	14/08/2014	27/08/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (90 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
88	1012454- 88.2014.8.26.0071	45862/2014	21/08/2014	Mandado de Segurança	15/08/2014	03/09/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "gg" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
89	1014441- 62.2014.8.26.0071	46869/2014	27/08/2014	Mandado de Segurança	27/08/2014	09/09/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "gg" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

90	0015161- 46.2014.8.26.0071	47047/2014	28/08/2014	Outros Procediment os		Considerando-se XXX, antes internado na Fundação Casa, está cumprindo medida socioeducativa de liberdade assistida e residindo com a avó, nesta cidade de Bauru (fls. 30/34), tenho que não subsiste mais interesse na presente ação de acolhimento institucional por isso julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do CPC combinado com o artigo 152 do ECA.	INTERNAÇÃO
91	1014525- 63.2014.8.26.0071	47051/2014	28/08/2014	Mandado de Segurança	25/08/2014	17/09/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento hialuronato de sódio 20mg/2ml (10 ampolas), conforme prescrição médica de fls. 23, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
92	1013790- 30.2014.8.26.0071	47213/2014	28/08/2014	Mandado de Segurança	25/08/2014	05/09/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "eg" (240 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
93	1014191- 29.2014.8.26.0071	47377/2014	29/08/2014	Mandado de Segurança	27/08/2014	05/11/2014 - foi comunicado o óbito do impetrante (fls. 84). é o relatório. fundamento e decidido. com a comprovação do óbito do impetrante, ocorreu a perda do objeto da ação.	FRALDA
94	1015391- 71.2014.8.26.0071	49654/2014	09/09/2014	Mandado de Segurança	04/09/2014	27/10/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos memantina 10 mg (01 comprimido e meio por dia - 45 comprimidos por mês) e venlafaxina 75 mg (01 comprimido por dia), conforme prescrição médica de fls. 11, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
95	1012962- 34.2014.8.26.0071	49659/2014	09/09/2014	Mandado de Segurança	04/09/2014	08/10/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

96	1014231- 11.2014.8.26.0071	50335/2014	11/09/2014	Outros Procediment os	08/09/2014	13/10/2014 - ratifico a antecipação de tutela concedida a fls. 43/44, e julgo procedente o pedido, mantendo a obrigação imposta ao requerido de fornecer a requerente as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 120 unidades por mês).	FRALDA
97	1012556- 13.2014.8.26.0071	51207/2014	15/09/2014	Mandado de Segurança	10/09/2014	10/10/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado forneça ao impetrante uma cama hospitalar, conforme a prescrição médica de fls. 41, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	INSUMOS/MATE RIAL HOSPITALAR
98	6325003950/2014	53264/2014	23/09/2014	Mandado de Segurança			FRALDA
99	1016485- 54.2014.8.26.0071	54030/2014	25/09/2014	Mandado de Segurança	18/09/2014	28Q10/2014 - CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada por..... contra ato do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DEBAURU,para que o impetrado forneça à impetrante FRALDAS GERIÁTRICASDESCARTÁVEIS - tamanho "G" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art.269, I, do CPC.	FRALDA
100	1016837- 12.2014.8.26.0071	55043/2014	30/09/2014	Mandado de Segurança	25/09/2014	07/11/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento hialuronato de sódio 20mg/2ml (10 ampolas), bem como o necessário para a aplicação, conforme recomendação médica de fls. 19, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	MEDICAMENTO
101	1016927- 20.2014.8.26.0071	55125/2014	30/09/2014	Mandado de Segurança	26/09/2014	20/10/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 120 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 15, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
102	1016922- 95.2014.8.26.0071	55937/2014	02/10/2014	Mandado de Segurança	30/09/2014	30/10/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "egg" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
103	0023795- 31.2014.8.26.0071	57073/2014	07/10/2014	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

104	1015078- 13.2014.8.26.0071	57854/2014	09/10/2014	Mandado de Segurança	07/10/2014	27/10/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos sertralina 50 mg (30 comprimidos por mês), fenitoina 100mg (60 comprimidos por mês), bem como fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês), conforme recomendação médica de fls. 16 e 49, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
105	0028467- 82.2014.8.26.0071	59373/2014	15/10/2014	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
106	1015029- 69.2014.8.26.0071	59421/2014	15/10/2014	Mandado de Segurança	14/10/2014	31/08/15 - Extinção do processo - agendamento exames.	EXAME
107	1017948- 31.2014.8.26.0071	59393/2014	15/10/2014	Outros Procediment os	10/10/2014	25/11/2014 - antecipação de tutela concedida a fls. 29/30, e julgo procedente o pedido, mantendo a obrigação imposta ao requerido de fornecer a requerente as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho gg 180 unidades por mês).	FRALDA
108	1016875- 24.2014.8.26.0071	59632/2014	16/10/2014	Outros Procediment os	10/10/2014	18/11/2014 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
109	1018063- 52.2014.8.26.0071	60072/2014	17/10/2014	Outros Procediment os	23/10/2014	25/11/2014 - julgo procedente o pedido, determinando que a requerida forneça ao requerente o tratamento de oxigenoterapia domiciliar, bem como o aparelho oxímetro de pulso digital, nos termos da petição inicial.	CONSULTA MÉDICA

110	1015694-85.2014.8.26.0071	60107/2014	17/10/2014	Mandado de Segurança	14/10/2014	10/11/2014 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos: foraseq 12/400 (formoterol 12mcg + budesonida 400mcg) (01 capsula de 12/12h), onbrize 150 (01 capsula por dia), fluimucil 600 (acetilcisteína) (1 envelope por dia), abrilar - (hedera hélix) (01 medida de 8/8horas) e alektos (bilastina) (01 comprimido 24/24h), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
111	0018093-87.2014.8.26.0071	60180/2014	17/10/2014	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
112	1017788-06.2014.8.26.0071	60597/2014	21/10/2014	Mandado de Segurança	20/10/2014	07/11/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 90 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 20, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
113	1017840-02.2014.8.26.0071-	61249/2014	23/10/2014	Outros Procedimentos	30/10/2014	14/04/2015 - ratifico a antecipação da tutela de fls. 42/44, julgando parcialmente procedente o pedido para condenar a ré a fornecer ao autor o transporte em veículo que o possibilite viajar em posição sentada e com acessibilidade adequada, considerando o quadro motor e respiratório e necessidade de reposicionamento e atendimento durante o percurso, dentre aqueles indicados pela própria administração a fls. 41 (renault sandero, nissan livina e fiat doblò).	TRANSPORTE
114	1018232-39.2014.8.26.0071	61388/2014	23/10/2014	Mandado de Segurança		16/12/2014 - fornecimento do cartão de passe saúde (fls. 29/30). à fls. 53 a impetrante requereu a prolação de sentença. considerando que o fornecimento dos passes foi deferido administrativamente, evidente a carência superveniente da ação por falta de interesse de agir. ante o exposto, julgo extinto o presente mandado de segurança impetrado por.... contra secretário municipal de saúde de Bauru.	TRANSPORTE

115	1018279- 13.2014.8.26.0071	62572/2014	29/10/2014	Mandado de Segurança	29/10/2014	13/11/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante dos medicamentos vildagliptina + metformina 50/1000 mg (60 comprimidos por mês - 01 comprimido duas vezes por dia) e insulina glargina (03 refis de 3 ml por mês), conforme prescrições médicas de fls. 21 e 22, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	MEDICAMENTO
116	1018482- 72.2014.8.26.0071	62952/2014	30/10/2014	Outros Procediment os	28/10/2014	09/04/2015 - ratifico a antecipação da tutela concedida a fls. 37/38 e julgo procedente o pedido condenando a ré a fornecer ao autor o suplemento alimentar reabilit immuno (15 latas por mês conforme receituário nutricional.	MEDICAMENTO
117	1019209- 312014.8.26.0071	64018/2014	05/11/2014	Mandado de Segurança	30/10/2014	19/11/2014 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante do medicamento rivastigmina patch 10 (18mg) (30 adesivos por mês), conforme recomendação médica de fls. 15, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	MEDICAMENTO
118	1019569- 63.2014.8.26.0071	64752/2014	07/11/2014	Mandado de Segurança	11/11/2014	22/01/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho xg 180 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 23, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
119	1019477- 85.2014.8.26.0071	64750/2014	07/11/2014	Mandado de Segurança	07/11/2014	28/11/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (180 unidades por mês) e cadeira de rodas (01 unidade, em comodato), nos termos da petição inicial, e julgo extinto .	FRALDA
120	1019770- 55.2014.8.26.0071	65494/2014	11/11/2014	Outros Procediment os	07/11/2014	09/01/2015 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
121	1019971- 47.2014.8.26.0071	66239/2014	13/11/2014	Mandado de Segurança	14/11/2014	16/12/2014 - concedo a segurança pleiteada por , representado por, contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça ao impetrante: fraldas descartáveis, tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial e, extinto o processo.	FRALDA

122	1019019-68.2014.8.26.0071	67094/2014	18/11/2014	Mandado de Segurança	11/11/2014	16/12/2014 - concedo a segurança pleiteada por representado por, contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "xg" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
123	1016392-91.2014.8.26.0071	67098/2014	18/11/2014	Outros Procedimentos	18/09/2014	09/01/2015 - julgo procedente o pedido formulado por, representado por Rita Tetti Covolan, em face da prefeitura municipal de Bauru, determinando que este forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e extinto o processo.	FRALDA
124	1020151-63.2014.8.26.0071	68332/2014	25/11/2014	Mandado de Segurança	21/11/2014	16/12/2014 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento linagliptina 5mg (01 comprimido por dia), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
125	1020247-78.2014.8.26.0071	68362/2014	25/11/2014	Outros Procedimentos	17/11/2014	15/01/2015 - ratifico a antecipação de tutela concedida a fls. 21/22, e julgo procedente o pedido, mantendo a obrigação imposta ao requerido de fornecer a requerente as fraldas geriátricas descartáveis.	FRALDA
126	1020194-97.2014.8.26.0071	68485/2014	25/11/2014	Outros Procedimentos	25/11/2014	13/02/2015 - ratifico a liminar concedida a fls. 38/39, e julgo procedente o pedido, mantendo a obrigação imposta ao requerido de fornecer à autora o medicamento hialuronato de sódio 20mg/2ml.	MEDICAMENTO
127	1021233-32.2014.8.26.0071	71306/2014	09/12/2014	Mandado de Segurança	03/12/2014	09/01/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
128	1021680-20.2014.8.26.0071	71913/2014	11/12/2014	Outros Procedimentos		21/01/2015 - autora informou que está recebendo o transporte para a realização de seu tratamento de saúde. assim, evidente a carência superveniente da ação por falta de interesse processual. ante o exposto, julgo extinto o processo nos termos do artigo 267, VI do CPC.	TRANSPORTE
129	1021171-89.2014.8.26.0071	72518/2014	15/12/2014	Mandado de Segurança	10/12/2014	20/04/2016 - abandono da causa, julgo extinto o processo nos termos do artigo 485, III do CPC. oficie-se o impetrado, com cópia desta decisão, para as providências cabíveis com o trânsito em julgado.	FRALDA

130	1020849-69.2014.8.26.0071	72541/2014	15/12/2014	Outros Procedimentos	10/12/2014	25/02/2015 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
131	10211995-48.2014.8.26.0071	73549/2014	19/12/2014	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	CONSULTA MÉDICA
132	1016633-65.2014.8.26.0071	1067/2015	08/01/2015	Mandado de Segurança	18/12/2014	22/01/2015 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento hialuronato de sódio 20 mg/2ml (05 ampolas), conforme prescrição médica de fls. 25, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	MEDICAMENTO
133	1022731-66.2014.8.26.0071	1083/2015	08/01/2015	Mandado de Segurança	19/12/2014	17/03/2015 - concedo a segurança, determinando que o secretário municipal de saúde forneça ao impetrante as fraldas geriátricas descartáveis, tamanho gg (180 unidades por mês - conforme receituário de fls. 35) e que o diretor do drs vi, forneça ao impetrante a dieta enteral polimérica hipercalórica e hiperprotéica (39 litros por mês conforme receituário de fls. 34), bem como os aparelhos bipap, aspirador de secreção traqueal .	FRALDA
134	1022685-77.2014.8.26.0071	2329/2015	14/01/2015	Mandado de Segurança	12/01/2015	25/02/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie a realização de procedimento de laqueadura para a impetrante, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CIRURGIA
135	1000284-50.2015.8.26.0071	3902/2015	22/01/2015	Outros Procedimentos		10/11/2015 - POSTO ISSO e considerando o mais que dos autos constam julgo EXTINTA a presente ação de indenização por danos morais movida por ... contra PREFEITURA MUNICIPAL DE BAURU, sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, VI do Código de Processo Civil.	MEDICAMENTO
136	0002344-13.2015.8.26.0071	8293/2015	06/02/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
137	1001372-26.2015.8.26.0071	8861/2015	09/02/2015	Outros Procedimentos	04/02/2015	08/04/2015 - julgo parcialmente procedente o pedido formulado por ... em face do município de Bauru, determinando que este forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas tamanho g (180 unidades por mês).	FRALDA

138	0009297- 22.2017.8.26.0071	9418/2015	10/02/2015	Mandado de Segurança	16/05/2016	05/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do diretor técnico do departamento regional de saúde drs-vi, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante a aplicação de injeção intravítrea com o medicamento antiangiogênico (ranibizumabe) (0,06 ml intravíreo no olho direito de forma continuada), conforme receituário médico de fls. 50, e julgo extinto o processo.	MEDICAMENTO
139	0000107- 86.2015.8.26.0594	10599/2015	18/02/2015	Outros Procediment os		27/07/2018 - afasto a preliminar de ilegitimidade ativa, na medida em que, não obstante eventual dano sofrido pela criança pela suposta falha na prestação do serviço pela, haveria o reflexo na esfera moral dos pais, o que adentra ao mérito da demanda. declaro saneado o feito. é questão de direito relevante para o julgamento: a) se existe sucedâneo legal para embasar o pedido dos autores. fixo como questão de fato relevante para o julgamento: a) a verificação de falha na prestação de serviço, assim como a ocorrência de eventual dano moral declaro, por se tratar de relação de consumo, ser da requerida o ônus da prova. as partes requerem a produção de prova pericial e tal direito lhes assiste. para realização.	TRANSPORTE
140	1002382- 08.2015.8.26.0071	10746/2015	19/02/2015	Mandado de Segurança	13/02/2015	27/02/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
141	1022436- 29.2014.8.26.0071	11589/2015	23/02/2015	Mandado de Segurança	18/02/2015	16/03/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 240 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 12, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas. para efeito de efetivo controle do tempo em que a impetrante necessita do item a ser fornecido e para evitar compras desnecessárias pelo órgão público, deverá ser apresentada prescrição médica atualizada à secretaria municipal de saúde.	FRALDA

142	1002589-07.2015.8.26.0071	12505/15	25/02/2015	Mandado de Segurança	24/02/2015	05/03/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 120 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 13, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas. para efeito de efetivo controle do tempo em que a impetrante necessita do item a ser fornecido e para evitar compras desnecessárias pelo órgão público, deverá ser apresentada prescrição médica atualizada à secretaria municipal de saúde.	FRALDA
143	1002471-31.2015.8.26.0071	13154/2015	27/02/2015	Mandado de Segurança	25/02/2015	17/03/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento linagliptina 2,5mg metformina 850mg (60 comprimidos - conforme receituário de fls. 31), sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas. para efeito de efetivo controle do tempo em que a impetrante necessita do item a ser fornecido e para evitar compras desnecessárias pelo órgão público, deverá ser apresentada prescrição médica atualizada à secretaria municipal de saúde.	MEDICAMENTO
144	1002991-88.2015.8.26.0071	13774/2015	03/03/2015	Mandado de Segurança	27/02/2015	01/04/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante do medicamento fingolimode 0,5 mg (01 comprimido por dia), conforme prescrição médica de fls. 13/14, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	MEDICAMENTO
145	1001478-85.2015.8.26.0071	13747/2015	03/03/2015	Mandado de Segurança	27/02/2015	11/03/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
146	1002915-64.2015.8.26.0071	13780/2015	03/03/2015	Outros Procedimentos	27/02/2015	28/05/2015 - julgo parcialmente procedente o pedido formulado por contra prefeitura municipal de Bauru, determinando que a ré forneça ao requerente: transporte por ambulância para a realização de tratamento junto ao hospital das clínicas de botucatu, nos termos da petição inicial e, extinto o processo, com resolução de mérito.	TRANSPORTE

147	1003427-47.2015.8.26.0071	16029/2015	12/03/2015	Mandado de Segurança	09/03/2015	30/03/2015 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
148	1003803-33.2015.8.26.0071	17045/2015	17/03/2015	Mandado de Segurança	09/03/2015	30/03/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "eg" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
149	1000273-21.2015.8.26.0071	18926/2015	25/03/2015	Mandado de Segurança	19/03/2015	09/04/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante dieta enteral líquida polimérica hipercalórica (densidade 1,2 kcal/ml), hiperproteica (2% de proteínas/l), com fibras, sem sacarose, sem lactose, específica para controle glicêmico (47 litros por mês) ou dieta enteral polimérica em pó, hipercalórica (densidade 1,2 kcal/ml), normoproteica (16% de proteína/l), com fibras, sem sacarose, sem lactose, específica para controle glicêmico (28 latas de 40g cada uma, por mês), e fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
150	1004950-94.2015.8.26.0071	20054/2015	31/03/2015	Outros Procedimentos	25/03/2015	19/06/2015 - julgo procedente o pedido, formulado por contra o município de Bauru, determinando que o requerido forneça à requerente o medicamento sulfato de glicosamina 1,5 g. + sulfato de condroitina 1,2 g. (01 sachê por dia), conforme prescrição médica de fls. 22, e extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
151	100562-70.2015.8.26.0071	20399/2015	01/04/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	MEDICAMENTO
152	1004538-66.2015.8.26.0071	22307/2015	10/04/2015	Mandado de Segurança	01/04/2015	27/04/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento do exame de endoscopia, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	EXAME

153	1005801-36.2015.8.26.0071	22540/2015	10/04/2015	Outros Procedimentos	06/04/2015	23/04/2015 - concedo a segurança pleiteada por , representada por, contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça ao impetrante: fraldas descartáveis, tamanho "eg" (05 unidades por dia), nos termos da petição inicial e, extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
154	1000714-02.2015.8.26.0071	23283/2015	14/04/2015	Mandado de Segurança	08/04/2015	29/04/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça à impetrante: fraldas descartáveis, tamanho "g" (06 unidades por dia), nos termos da petição inicial e, extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
155	1006397-20.2015.8.26.0071	24411/2015	17/04/2015	Outros Procedimentos	14/04/2015	07/05/2015 - concedo a segurança pleiteada porcontra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento de consulta na especialidade de nefrologia.	CONSULTA MÉDICA
156	1006639-76.2015.8.26.0071	24543/2015	17/04/2015	Outros Procedimentos	15/04/2015	17/06/2015 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
157	1005775-38.2015.8.26.0071	24899/2015	22/04/2015	Mandado de Segurança	14/04/2015	30/04/2015 - concedo a segurança pleiteada por, representado por, contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (90 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
158	1003367-74.2015.8.26.0071	25752/2015	24/04/2015	Mandado de Segurança	22/04/2015	07/05/2015 - oncedo a segurança pleiteada por representada por, contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie à impetrante: cama hospitalar com colchão casca de ovo, em comodato, nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
159	1007235-60.2015.8.26.0071	27398/2015	30/04/2015	Mandado de Segurança	27/04/2015	20/08/2015 - à fls. 189 foi informado o falecimento do impetrante. por tratar-se de direito personalíssimo, houve a perda do objeto da impetração. ante o exposto, revogo a liminar de fls. 24/25 e julgo extinta a presente ação.	MEDICAMENTO
160	1006852-82.2015.8.26.0071	27809/2015	04/05/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

161	1006613-78.2015.8.26.0071	28555/2015	07/05/2015	Outros Procedimentos		11/08/2016 - informado os óbitos das autora, com pedido de extinção do processo que contou com a anuência das requeridas.é o relatório. decido.considerando tratar-se de direito personalíssimo, houve a perda do objeto da presente ação. Ante o exposto, julgo extinta a presente ação.	MEDICAMENTO
162	1007085-79.2015.8.26.0071	29494/2015	12/05/2015	Outros Procedimentos	08/05/2015	30/07/2015 - julgo procedente o pedido, mantendo a obrigação imposta ao requerido de fornecer ao requerente as fraldas geriátricas descartáveis tamanho m (150 unidades por mês conforme receituário de fls. 23).	FRALDA
163	0034798-80.2014.8.26.0071	30558/2015	15/05/2015	Mandado de Segurança		Extinto nos termos do art. 267 VIII CPC - a PMB já fornece.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
164	1008334-65.2015.8.26.0071	30775/2015	18/05/2015	Mandado de Segurança	13/05/2015	03/08/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretario municipal de saúde de Bauru , para que providencie o agendamento da consulta na especialidade de ortopedia, nos termos da petição inicial e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
165	1007823-67.2015.8.26.0071	31299/2015	20/05/2015	Mandado de Segurança	19/05/2015	26/06/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento hialuronato de sódio 20mg/2ml (06 ampolas - conforme receituário de fls. 15), bem como o necessário para a aplicação.	MEDICAMENTO
166	1007909-38.2015.8.26.0071	31782/2015	21/05/2015	Mandado de Segurança		14/07/2016 - julgo procedentes os pedidos da presente ação de mandado de segurança para tornar definitiva a liminar deferida e determinar ao diretor do Departamento Regional de Saúde da Secretaria do Estado de Saúde em Bauru/SP e Secretário Municipal de Saúde de Bauru da Secretaria Municipal de Bauru.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
167	1007587-18.2015.8.26.0071	32265/2015	25/05/2015	Mandado de Segurança	21/05/2015	09/06/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento colágeno hidrolisado mobility sachê (30 sachês por mês conforme receituário e relatório médico.	MEDICAMENTO
168	1007725-82.2015.8.26.0071	34635/2015	08/06/2015	Mandado de Segurança	03/06/2015	14/07/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 200 unidades por mês), conforme a receituário médico.	FRALDA
169	1008742-56.2015.8.26.0071	35368/2015	11/06/2015	Mandado de Segurança	09/06/2015	24/06/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos sulfato de glicosamina 1.500mg e sulfato de condroitina 1.200mg (30 sachês por mês.	MEDICAMENTO

170	1005535-49.2015.8.26.0071	35390/2015	11/06/2015	Outros Procedimentos	24/04/2015	28/06/2017 - julgo procedente o pedido formulado por.... contra a fazenda pública do estado de são paulo, determinando que a requerida providencie o imediato agendamento da cirurgia vitrectomia via pars plana olho esquerdo e tratamento ocular quimioterápico - lucentis, conforme encaminhamento médico de fls. 51, e extinto o processo, com resolução de mérito.	CIRURGIA
171	1009988-87.2015.8.26.0071	37585/2015	24/06/2015	Mandado de Segurança	22/06/2015	13/07/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 180 unidades por mês), conforme a receituário médico.	FRALDA
172	1011474-10.2015.8.26.0071	37867/2015	25/06/2015	Mandado de Segurança	23/06/2015	13/07/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 180 unidades por mês), conforme a receituário médico.	FRALDA
173	1008306-97.2015.8.26.0071	38015/2015	25/06/2015	Mandado de Segurança	28/05/2015	13/07/2015 - concedo a segurança, determinando que os impetrados providenciem o fornecimento ao impetrante cateter uretral lubrificado nº 12 (150 unidades por mês), sob pena de responderem por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas. para efeito de efetivo controle do tempo em que a impetrante necessita do item a ser fornecido e para evitar compras desnecessárias pelo órgão público, deverá o impetrante apresentar prescrição médica atualizada ou à secretaria municipal de saúde ou departamento regional de saúde.	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
174	1011452-49.2015.8.26.0071	38374/2015	29/06/2015	Mandado de Segurança	23/06/2015	13/07/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 180 unidades por mês).	FRALDA
175	1011691-53.2015.8.26.0071	38886/2015	01/07/2015	Mandado de Segurança	26/06/2015	13/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça ao impetrante: fraldas descartáveis, tamanho "m" (120 unidades por mês).	FRALDA
176	1011875-09.2015.8.26.0071	39122/2015	02/07/2015	Mandado de Segurança	29/06/2015	20/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (130 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

177	1012013-73.2015.8.26.0071	39126/2015	02/07/2015	Mandado de Segurança	30/06/2015	13/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por , representado por, contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça ao impetrante: fraldas descartáveis, tamanho "m" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial e, extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
178	1011746-04.2015.8.26.0071	39326/2015	03/07/2015	Mandado de Segurança	26/06/2015	22/07/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos: sofosbuvir 400mg e daclatasvir 60mg, (168 cápsulas de cada, por período de 24 semanas conforme receituário médico.	MEDICAMENTO
179	1011477-62.2015.8.26.0071	39378/2015	03/07/2015	Mandado de Segurança	30/06/2015	23/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (120 unidades por mês).	FRALDA
180	1011554-71.2015.8.26.0071	39372/2015	03/07/2015	Mandado de Segurança	29/06/2015	24/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês).	FRALDA
181	1012308-13.2015.8.26.0071	40330/2015	08/07/2015	Mandado de Segurança	03/07/2015	21/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (240 unidades por mês).	FRALDA
182	1012497-88.2015.8.26.0071	40988/2015	14/07/2015	Mandado de Segurança	07/07/2015	24/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos do receituário médico (fls. 14), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
183	1012746-39.2015.8.26.0071	41178/2015	15/07/2015	Mandado de Segurança	13/07/2015	23/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (05 unidades por dia), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
184	1011695-90.2015.8.26.0071-	41242/2015	15/07/2015	Mandado de Segurança	07/07/2015	19/08/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês), conforme documento assinado por médico.	FRALDA

185	1012591-36.2015.8.26.0071	41277/2015	15/07/2015	Mandado de Segurança	08/07/2015	23/07/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho gg 180 unidades por mês).	FRALDA
186	1012669-30.2015.8.26.0071	41285/2015	15/07/2015	Mandado de Segurança	13/07/2015	28/07/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo.	FRALDA
187	1013168-14.2015.8.26.0071	41682/2015	17/07/2015	Mandado de Segurança	16/07/2015	17/08/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês).	FRALDA
188	1013254-82.2015.8.26.0071	42213/2015	21/07/2015	Mandado de Segurança	17/07/2015	31/07/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês).	FRALDA
189	1013360-44.2015.8.26.0071	42297/2015	21/07/2015	Mandado de Segurança	20/07/2015	04/08/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 120 unidades por mês).	FRALDA
190	1012155-77.2015.8.26.0071	42578/2015	22/07/2015	Outros Procedimentos	29/07/2015	02/09/2015 - julgo procedente o pedido, formulado por contra o município de Bauru, determinando que o requerido disponibilize à requerente transporte público para tratamento de saúde, e extinto o processo, com resolução de mérito.	TRANSPORTE
191	1013000-12.2015.8.26.0071	43252/2015	27/07/2015	Outros Procedimentos	22/07/2015	02/09/2015 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça à requerente insulina glargina (03 refis de 3 ml por mês), insulina glulisina (03 refis de 3 ml por mês), vildagliptina + metformina 50/850 mg (02 comprimidos por dia) e alisquirreno + hidroclorotiazida 300/12,5 g (01 comprimido por dia), nos termos da petição inicial, e extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
192	1009664-97.2015.8.26.0071	45546/2015	07/08/2015	Mandado de Segurança		03/12/2018 -Apelação - Negaram provimento ao apelo e ao reexame necessário.	MEDICAMENTO

193	1014543-50.2015.8.26.0071	45544/2015	07/08/2015	Mandado de Segurança	03/08/2015	21/08/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da prescrição médica de fls. 14, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
194	1014755-71.2015.8.26.0071	45897/2015	10/08/2015	Mandado de Segurança	06/08/2015	26/08/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades ao mês), nos termos da prescrição médica de fls. 17, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
195	1015013-81.2015.8.26.0071	46389/2015	12/08/2015	Mandado de Segurança	07/08/2015	21/08/2015 - concedo a segurança pleiteada por a contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (180 unidades por mês) e julgo extinto o processo.	FRALDA
196	1014976-54.2015.8.26.0071	46385/2015	12/08/2015	Mandado de Segurança	07/08/2015	21/08/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 04 unidades por dia).	FRALDA
197	1015092-60.2015.8.26.0071	46589/2015	13/08/2015	Mandado de Segurança	10/08/2015	27/08/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (110 unidades por mês), nos termos da prescrição médica de fls. 13, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
198	1012719-56.2015.8.26.0071	47359/2015	18/08/2015	Mandado de Segurança	13/07/2015	25/02/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do diretor técnico do departamento regional de saúde de Bauru - drs vi, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos: infliximabe (ramicade) (05 mg/kg - ev em 2h, a cada trinta dias) e modulen (10 latas por mês), conforme prescrições médicas de fls. 33 e 35, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
199	1015597-51.2015.8.26.0071	47677/2015	19/08/2015	Mandado de Segurança	14/08/2015	11/01/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "gg" (180 unidades por mês), conforme prescrição médica de fls. 21, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

200	1015554- 17.2015.8.26.0071	47682/2015	19/08/2015	Mandado de Segurança	14/08/2015	30/08/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "gg" (180 unidades por mês), conforme prescrição médica de fls. 21, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
201	1010397- 63.2015.8.26.0071	47990/2015	20/08/2015	Mandado de Segurança	17/08/2015	02/09/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante hialuronato de sódio 20 mg/ml (03 ampolas) e triancil (01 ampola), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
202	1015838- 25.2015.8.26.0071 —	48435/2015	24/08/2015	Mandado de Segurança	18/08/2015	31/08/2015 - à fls. 29 foi informado o falecimento do impetrante. por tratar-se de direito personalíssimo, houve a perda do objeto da impetração. ante o exposto, revogo a liminar de fls. 23/24 e julgo extinta a presente ação.	FRALDA
203	1015886- 81.2015.8.26.0071	48740/2015	25/08/2015	Outros Procediment os	19/08/2015	24/09/2015 - julgo procedente o pedido, mantendo a obrigação imposta ao réu de fornecer à requerente as fraldas geriátricas descartáveis, tamanho g.	FRALDA
204	1015855- 61.2015.8.26.0071	48749/2015	25/08/2015	Mandado de Segurança	18/08/2015	10/11/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis, tamanho m (150 unidades por mês).	FRALDA
205	1013511- 10.2015.8.26.0071	48738/2015	25/08/2015	Mandado de Segurança	21/08/2015	07/12/2015 - Julga procedente o pedido.	FRALDA
206	1004141- 07.2015.8.26.0071	49216/2015	27/08/2015	Outros Procediment os		17/08/2016 - Ante o exposto e pelo mais que dos autos consta, julgo procedentes os pedidos da presente ação de obrigação de fazer, com pedido de tutela antecipada.	EXAME
207	1016794- 41.2015.8.26.0071	49993/2015	01/09/2015	Mandado de Segurança	27/08/2015	23/09/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês).	FRALDA
208	1019398- 72.2015.8.26.0071	55309/2015	03/09/2015	Mandado de Segurança	28/09/2015	31/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - tamanho "m" (120 unidades/mês), - - 06/05/2017 - recebidos os autos do tribunal de justiça - arquivado definitivamente.	FRALDA

209	1013652- 29.2015.8.26.0071	50706/2015	04/09/2015	Mandado de Segurança	01/09/2015	15/10/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 200 unidades por mês).	FRALDA
210	1012134- 04.2015.8.26.0071-	50775/2015	04/09/2015	Mandado de Segurança	01/07/2015	04/11/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que: 1 - a impetrada diretora do drs vi forneça ao impetrante o medicamento ombitasvir 75mg + paritaprevir 12,5mg + ritonavir 50mg (60 comprimidos por mês conforme receituário de fls. 20); e 2 - o impetrado secretário municipal de saúde de Bauru forneça ao impetrante o medicamento dasabuvir 250mg (60 comprimidos por mês conforme receituário de fls. 20).	MEDICAMENTO
211	1017263- 87.2015.8.26.0071	51283/2015	09/09/2015	Mandado de Segurança	02/09/2015	15/09/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante: fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "eg" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
212	1017588- 62.2015.8.26.0071	51568/2015	10/09/2015	Mandado de Segurança	09/09/2015	30/09/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 180 unidades por mês).	FRALDA
213	1012738- 62.2015.8.26.0071	51566/2015	10/09/2015	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
214	1017576- 48.2015.8.26.0071	51885/2015	11/09/2015	Mandado de Segurança	09/09/2015	23/09/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês).	FRALDA
215	1017575- 63.2015.8.26.0071	51886/2015	11/09/2015	Mandado de Segurança	09/09/2015	21/09/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho gg 180 unidades por mês), conforme a prescrição médica de fls. 17, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
216	1017621- 52.2015.8.26.0071	52154/2015	14/09/2015	Mandado de Segurança	09/09/2015	28/09/2015 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "ex" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

217	1018021-66.2015.8.26.0071	52151/2015	14/09/2015	Mandado de Segurança	11/09/2015	29/03/2017 – denegada a segurança - fundamento e decido.verifica-se dos autos que a assistente social do município de Bauru, em visita ao endereço fornecido na inicial, constatou que a impetrante não reside mais nesta cidade e que não está retirando as fraldas que lhe foram fornecidas por força da liminar deferida nos presentes autos.salienta-se que a competência para fornecimento de medicamentos/insumos pela secretaria municipal de Bauru se restringe a esta comarca.ante o exposto, revogo a liminar deferida às fls. 34/35, reconheço a carência superveniente, e julgo extinto o processo sem resolução de mérito.	FRALDA
218	1017498-54.2015.8.26.0071	52149/2015	14/09/2015	Mandado de Segurança	11/09/2015	26/12/2015 - considerando a morte da impetrante, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito.	MEDICAMENTO
219	1017620-67.2015.8.26.0071	52234/2015	14/09/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
220	1014347-80.2015.8.26.0071	52377/2015	15/09/2015	Outros Procedimentos		17/08/16 - Com o advento da maioria, cessou a competência desta justiça especializada e o processo deve prosseguir perante uma das Varas de Fazenda Pública desta cidade e comarca. Por isso, reconheço a incompetência superveniente desta justiça especializada e determino a imediata distribuição dos autos a uma das Varas de Fazenda Pública desta cidade e comarca.	FRALDA
221	1017893-46.2015.8.26.0071	52374/2015	15/09/2015	Mandado de Segurança		17/07/17 - julgo procedente o pedido da presente ação de mandado de segurança.	MEDICAMENTO
222	1016443-68.2015.8.26.0071	52396/2015	15/09/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	MEDICAMENTO
223	1016078-14.2015.8.26.0071	52436/2015	15/09/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	MEDICAMENTO

224	1015003-37.2015.8.26.0071	52924/2015	17/09/2015	Mandado de Segurança	06/08/2015	29/09/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem de transferência/internação do impetrante para unidade hospitalar pública ou privada, bem como o tratamento adequado para o restabelecimento de sua saúde. nos termos do artigo 13, caput, da lei 12.016/09, por mandado, transmitir o inteiro teor da decisão ao impetrado e a fesp. não cabe condenação em honorários (artigo 25 da lei 12.016/09). comunique-se, com urgência, o julgamento da lide à desembargadora relatora do agravo de instrumento 2177708-81.2015.8.26.0000 (fls. 43/45). p. r. e i - - 05/08/2016 - recebidos os autos do tribunal de justiça - data do julgamento: 11/04/2016 trânsito em julgado: tipo de julgamento: acórdão decisão: negaram provimento aos recursos.	INTERNAÇÃO
225	1018630-49.2015.8.26.0071-	53446/2015	21/09/2015	Mandado de Segurança	17/09/2015	06/10/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho eg 120 unidades por mês), conforme a receituário médico de fls. 12, sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas.	FRALDA
226	1015732-63.2015.8.26.0071	53443/2015	21/09/2015	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
227	1018780-30.2015.8.26.0071	53934/2015	23/09/2015	Mandado de Segurança	18/09/2015	07/10/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 200 unidades por mês conforme documento de fls. 14) - - remetido ao dje - relação: 0413/2016 teor do ato: ciência às partes da certidão de trânsito em julgado/retorno dos autos da 2ª instância. aguarda-se manifestação do interessado em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 30 dias, pena de arquivamento eventual cumprimento de sentença.	FRALDA
228	1015220-80.2015.8.26.0071	53932/2015	23/09/2015	Mandado de Segurança	10/08/2015	02/10/2015 - foi informado o falecimento do impetrante. por tratar-se de direito personalíssimo, houve a perda do objeto da impetração.	INTERNAÇÃO
229	1016335-39.2015.8.26.0071	54169/2015	24/09/2015	Mandado de Segurança	21/09/2015	01/10/2015 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (30 unidades por mês) e fraldas infantis descartáveis.	FRALDA

230	1018848-77.2015.8.26.0071	54165/2015	24/09/2015	Mandado de Segurança	18/09/2015	06/10/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis.	FRALDA
231	1018850-47.2015.8.26.0071	54185/2015	24/09/2015	Outros Procedimentos	18/09/2015	20/10/2015 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "m" (120 unidades por mês).	MEDICAMENTO
232	1016233-17.2015.8.26.0071	54918/2015	29/09/2015	Mandado de Segurança	21/08/2015	14/10/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que os impetrados providenciem o fornecimento à impetrante do medicamento hialuronato de sódio 20mg/2ml (10 ampolas conforme receituário.	MEDICAMENTO
233	1019755-52.2015.8.26.0071	55525/2015	01/10/2015	Mandado de Segurança	29/09/2015	24/11/2015 - os impetrados informaram a transferência da impetrante (fls. 32/34). posteriormente a impetrante informou que foi internada pelo tempo necessário para garantir sua recuperação e já se encontra em casa, pedindo a extinção do feito.. nesse passo, como a requerente informou que foi internada pelo tempo necessário para garantir sua recuperação e já se encontra em casa, restou satisfeita sua pretensão, ocorrendo a perda do objeto da ação, vez que se tornou desnecessária a tutela jurisdicional. ante o exposto, reconheço a carência superveniente, e julgo extinto o processo sem resolução de mérito.	CONSULTA MÉDICA
234	1019668-96.2015.8.26.0071	55534/2015	01/10/2015	Mandado de Segurança	29/09/2015	#VALOR!	FRALDA
235	1020089-86.2015.8.26.0071-	56445/2015	07/10/2015	Mandado de Segurança	02/10/2015	26/10/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho p 120 unidades por mês) - - 08/05/2017 - remetido ao dje - arquivado definitivamente.	FRALDA
236	1019200-35.2015.8.26.0071	56443/2015	07/10/2015	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
237	1020290-78.2015.8.26.0071	56731/2015	08/10/2015	Mandado de Segurança	06/10/2015	23/10/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m 180 unidades por mês), - - 17/12/2016 - recebidos os autos do tribunal de justiça - data do julgamento: 20/04/2016 10:56:15 tipo de julgamento: decisão monocrática decisão: (...) ante o exposto, nego provimento ao reexame necessário. (...).	FRALDA

238	1019511- 26.2015.8.26.0071	56692/2015	08/10/2015	Mandado de Segurança	28/09/2015	26/10/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante: fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, - - 11/04/2016 - remetido ao dje - relação: 0150/2016 teor do ato: vistos.arquivem-se.int. advogados(s): ..., ..., ...	FRALDA
239	0000541- 75.2015.8.26.0594	56938/2015	09/10/2015	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	INTERNAÇÃO
240	1016398- 64.2015.8.26.0071	56939/2015	09/10/2015	Mandado de Segurança	06/10/2015	26/10/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante as fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 180 unidades por mês), - - 17/11/2015 - comprovado o óbito do impetrante, é evidente a perda do objeto do presente mandado de segurança. ante o exposto, torno sem efeito a decisão que determinou o fornecimento das fraldas geriátricas descartáveis. oficie-se ao impetrado, com urgência, comunicando o ocorrido. após, procedidas às necessárias anotações, arquivem-se os autos.	FRALDA
241	1016088- 58.2015.8.26.0071	58040/2015	16/10/2015	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
242	1019771- 06.2015.8.26.0071	58253/2015	19/10/2015	Mandado de Segurança	15/10/2015	01/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do diretor técnico do departamento regional de saúde de Bauru - drs vi e do secretário municipal de saúde de Bauru, para que os impetrados providenciem o fornecimento à impetrante do medicamento dabigatrana 150mg (60 comprimidos por mês). Ciência da baixa dos autos, bem como da certidão do trânsito em julgado. aguarda-se manifestação da autora acerca de fls. 159/162 e 164/167. nada requerido em 30 dias, os autos serão remetidos ao arquivo. advogados(s): ..., ..., ...	MEDICAMENTO
243	1021362- 03.2015.8.26.0071	58855/2015	21/10/2015	Mandado de Segurança	20/10/2015	04/11/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho m adulto 120 unidades por mês) - - 29/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0506/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos. nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.int. advogados(s): ..., ..., ...	FRALDA

244	1021571-69.2015.8.26.0071	60328/2015	28/10/2015	Mandado de Segurança	22/10/2015	05/11/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "eg" (240 unidades por mês) - - 03/03/2016 - remetido ao dje - relação: 0094/2016 teor do ato: vistos. considerando a certidão de fls. 75, oportunamente ao arquivo. int. advogados(s):..., ..., ...	FRALDA
245	1019756-37.2015.8.26.0071	60711/2015	29/10/2015	Outros Procedimentos		*desistência da ação e julgo extinto o processo sem resolução do mérito.	INTERNAÇÃO
246	1021919-87.2015.8.26.0071	61119/2015	03/11/2015	Mandado de Segurança	27/10/2015	13/11/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis - tamanho "xg" adulto (150 unidades por mês) - - 25/08/2016 - remetido ao dje - relação: 0362/2016 teor do ato: vistos.considerando a certidão de fls. 66, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.intime-se. advogados(s): ..., ...	FRALDA
247	1019728-69.2015.8.26.0071	61862/2015	05/11/2015	Mandado de Segurança	29/09/2015	29/06/2016 - julgo extinta a presente ação, em razão de carência superveniente, nos termos do artigo 485, inciso vi do código de processo civil.autor falecido.	INTERNAÇÃO
248	1022262-83.2015.8.26.0071	62198/2015	06/11/2015	Outros Procedimentos	04/11/2015	16/12/2015 - julgo procedente o pedido, formulado por contra o município de Bauru, determinando que o requerido forneça à requerente glargina (lantus) 50 refil 100 ui/ml continuado (50 cc diariamente sub cutâneo), linagliptina (trayenta) 5 mg/dia (um comprimido ao dia), fitas reagentes (para dosagens glicemicas) (três vezes por dia) e agulha para caneta 29 x1/2 (12-7mm) (01 unidade por dia) - - 07/07/2017 - remetido ao dje - relação: 0439/2017 teor do ato: vistos.determino o arquivamento dos presentes autos, com as cautelas de praxe, ressaltando que em caso de eventual descumprimento, a requerente deverá proceder a novo peticionamento eletrônico, de acordo com o comunicado cg nº 438/2016 (cumprimento de sentença).	MEDICAMENTO

249	1022552-98.2015.8.26.0071	62202/2015	06/11/2015	Mandado de Segurança	04/11/2015	17/11/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis - tamanho "m" adulto - - 25/08/2016 - remetido ao dje - relação: 0362/2016 teor do ato: vistos.considerando a certidão de fls. 61, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.intime-se. advogados(s): ..., ...	FRALDA
250	1022267-08.2015.8.26.0071	62287/2015	06/11/2015	Mandado de Segurança	29/10/2015	18/11/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês) - - 23/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0488/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.int. advogados(s): ..., ..., ...	FRALDA
251	1019213-34.2015.8.26.0071	62430/2015	06/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
252	1021169-85.2015.8.26.0071	62445/2015	06/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
253	1021175-92.2015.8.26.0071	63164/2015	10/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	CONSULTA MÉDICA
254	1021959-69.2015.8.26.0071	63171/2015	10/11/2015	Outros Procedimentos	04/11/2015	08/03/2016 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que o requerido forneça ao requerente o medicamento sporanox 200mg (180 comprimidos por mês por 3 meses e, posteriormente, 400mg ao dia por mais 18 meses), - - 17/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0403/2017 teor do ato: vistos.considerando a informação de fls. 182, digam as partes se tem algo mais a requerer nestes autos.no silêncio, conclusos. int. advogados(s): ..., ..., ..., ...	MEDICAMENTO

255	1021532-72.2015.8.26.0071	63198/2015	10/11/2015	Mandado de Segurança	04/11/2015	23/11/2015 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante: fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (180 unidades por mês), dieta polimérica líquida, hipercalórica (1.5 kcal/ml), hiperproteica, sem fibras e sacarose (38 litros por mês) e sonda nasogástrica (acompanha dieta) - - 19/08/2016 - remetido ao dje - relação: 0350/2016 teor do ato: ciência às partes da certidão de trânsito em julgado/retorno dos autos da 2ª instância. aguarda-se manifestação do interessado em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 30 dias, pena de arquivamentoeventual cumprimento de sentença deverá tramitar em formato digital, ainda que o processo principal seja físico, observadas as disposições dos arts. 1285 a 1289 das normas de serviço da corregedoria geral de justiça. advogados(s): ..., ...	FRALDA
256	1022825-77.2015.8.26.0071	64004/2015	12/11/2015	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
257	1022961-74.2015.8.26.0071	64334/2015	13/11/2015	Mandado de Segurança	11/11/2015	18/12/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "gg" (180 unidades por mês). Vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.intime-se.	FRALDA
258	1020458-80.2015.8.26.0071	64314/2015	13/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	CONSULTA MÉDICA
259	1022639-54.2015.8.26.0071	64327/2015	13/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
260	1020847-65.2015.8.26.0071	65146/2015	17/11/2015	Mandado de Segurança	13/11/2015	27/11/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante de fraldas descartáveis adulto - tamanho "g" (200 unidades por mês), sonda para gastronomia nível de pele mickeyzofe/2,3cm para alimentação enteral (01 por mês) e dieta normocalórica, normoproteica, normolipídica, sem sacarose com fibras (16 latas de 800g por mês), 11/07/2017 - remetido ao dje.	FRALDA

261	1013687- 86.2015.8.26.0071	65623/2015	18/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	FRALDA
262	1023453- 66.2015.8.26.0071	66854/2015	23/11/2015	Mandado de Segurança	18/11/2015	03/12/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (180 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 16/09/2016 - remetido ao dje - relação: 0398/2016 teor do ato: vistos.arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.int. advogados(s): ..., ..., ...	FRALDA
263	1023397- 33.2015.8.26.0071	66930/2015	23/11/2015	Mandado de Segurança	17/11/2015	11/12/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante a suplementação oral, hipercalórica e hiperprotéica, não contendo glúten (6,6 litros por mês conforme receituário médico de fls. 18), sob pena de responder por crime de desobediência, sem prejuízo das sanções administrativas. - - 15/07/2016 - remetido ao dje - relação: 0316/2016 teor do ato: ciência às partes da certidão de trânsito em julgado/retorno dos autos da 2ª instância. aguarda-se manifestação do interessado em termos de prosseguimento do feito, no prazo de 30 dias, pena de arquivamento eventual.	MEDICAMENTO
264	1023618- 16.2015.8.26.0071 —	67284/2015	24/11/2015	Mandado de Segurança	20/11/2015	02/12/2015 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês) - - 08/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0370/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA
265	1023664- 05.2015.8.26.0071	67341/2015	24/11/2015	Outros Procediment os	09/12/2015	28/03/2016 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este disponibilize ao autor o transporte por van para a realização de cirurgia, consultas e fisioterapias, enquanto perdurar sua necessidade, e extinto o processo, com resolução de mérito - - 15/07/2016 - remetido ao dje - relação: 0316/2016 teor do ato: ciência às partes da certidão de trânsito em julgado.aguarda-se, o requerimento do credor para o início do cumprimento definitivo da sentença no prazo de 30 dias, pena de arquivamento.	MEDICAMENTO

266	1023611- 24.2015.8.26.0071	67358/2015	24/11/2015	Mandado de Segurança	20/11/2015	03/12/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 90 unidades por mês) - - 23/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0488/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA
267	1022675- 96.2015.8.26.0071	67773/2015	25/11/2015	Mandado de Segurança	23/11/2015	31/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru e da diretora do departamento regional de saúde de Bauru drs vi, para que os impetrados forneçam à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "xg" (260 unidades por mês) e toalhas umedecidas (450 unidades por mês), conforme prescrição médica de fls. 41, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 29/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0503/2017 teor do ato: ciência as partes acerca do retorno dos autos do e. tribunal.em sendo o caso de cumprimento de sentença, o requerimento deverá se realizado por peticionamento eletrônico e instruído com as seguintes peças:i - sentença e acórdão, se existente;ii - certidão de trânsito em julgado; se o casoiii - demonstrativo do débito atualizado ou planilha do órgão pagador, quando se tratar de execução por quantia certa; iv - mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias.nada sendo requerido em 30 dias, os autos serão remetidos ao arquivo.	FRALDA
268	1023538- 52.2015.8.26.0071	67775/2015	25/11/2015	Mandado de Segurança	19/11/2015	03/12/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, - - 03/03/2016 - emitido ao dje - relação: 0094/2016 teor do ato: vistos. considerando a certidão de fls. 69, oportunamente ao arquivo.	FRALDA
269	1023615- 61.2015.8.26.0071	68046/2015	25/11/2015	Mandado de Segurança	20/11/2015	04/12/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 11/04/2016 - emitido ao dje - relação: 0150/2016 teor do ato: vistos.arquivem-se.	FRALDA

270	1023919-98.2015.8.26.0071	68193/2015	26/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	MEDICAMENTO
271	1023454-51.2015.8.26.0071	68242/2015	26/11/2015	Mandado de Segurança	18/11/2015	07/12/2015 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 150 unidades por mês) - - 08/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0370/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se - relação: 0370/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA
272	1022131-11.2015.8.26.0071	68372/2015	26/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	MEDICAMENTO
273	1023274-35.2015.8.26.0071	68385/2015	26/11/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
274	1023810-46.2015.8.26.0071	69336/2015	30/11/2015	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
275	1023669-27.2015.8.26.0071	70033/2015	02/12/2015	Outros Procedimentos	30/11/2015	04/04/16 - julga procedente e Condena Estado e o Município a fornecer acompanhamento fonoaudiólogo, psicóloga e terapia ocupacional.	CONSULTA MÉDICA
276	1020493-40.2015.8.26.0071	70156/2015	02/12/2015	Mandado de Segurança	27/11/2015	09/11/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "xg" adulta 180 (cento e oitenta) unidades por mês, bem como dieta líquida polimérica hipercalórica 1,5kcal/ml, hiperproteica (45 litros por mês conforme receituário médico de fls. 45), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 18/10/2017 - remetido ao dje - relação: 0701/2017 teor do ato: vistos.considerando que o impetrante veio a falecer após a prolação de sentença, conforme documento de fls. 379, fica prejudicada a apreciação do recurso interposto pelos impetrados.assim, certifique a serventia o trânsito em julgado, comunicando-se os impetrados para cancelamento do fornecimento das fraldas e da dieta.após, arquivem-se os autos.	MEDICAMENTO

277	1024243-50.2015.8.26.0071	70782/2015	03/12/2015	Mandado de Segurança	27/11/2015	11/01/2016 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 120 unidades por mês conforme documento de fls. 18), sob pena de responder por crime de desobediência - - 08/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0369/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA
278	1023067-36.2015.8.26.0071	71022/2015	04/12/2015	Mandado de Segurança	12/11/2015	18/12/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dos medicamentos capecitabina 500 mg (42 cápsulas) e 150 mg (14 cápsulas), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, - - 04/08/2016 - remetido ao dje - relação: 0323/2016 teor do ato: vistos.ciência às partes do v. acórdão de fls. 182/186.aguarde-se por trinta dias eventual manifestação.no silêncio, arquivem-se.	MEDICAMENTO
279	1012640-77.2015.8.26.0071	71299/2015	04/12/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
280	1024682-61.2015.8.26.0071	71620/2015	07/12/2015	Mandado de Segurança	03/12/2015	14/01/2016 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis - - 23/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0488/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos. nada sendo requerido em trinta dias, arquivem-se.	FRALDA
281	1012557-61.2015.8.26.0071	72101/2015	08/12/2015	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	CONSULTA MÉDICA
282	1024532-80.2015.8.26.0071	72108/2015	08/12/2015	Mandado de Segurança	02/12/2015	18/12/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 22/09/2016 - remetido ao dje - relação: 0408/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se os autos.	FRALDA

283	1024680-91.2015.8.26.0071	72116/2015	08/12/2015	Mandado de Segurança	03/12/2015	11/01/2016 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis - - 05/02/2016 - vistos. comprovado o óbito do impetrante, é evidente a perda do objeto do presente mandado de segurança. ante o exposto, torno sem efeito a decisão que determinou o fornecimento das fraldas geriátricas descartáveis de fls. 22/24. oficie-se ao impetrado, com urgência, para as providencias necessárias no sentido de cessar os fornecimentos. após, procedidas às necessárias anotações, arquivem-se.	FRALDA
284	1016986-71.2015.8.26.0071	72176/2015	08/12/2015	Outros Procedimentos	04/05/2015	Agendem consulta em 72 horas sob pena de bloqueio.	CONSULTA MÉDICA
285	1023426-83.2015.8.26.0071	72209/2015	08/12/2015	Outros Procedimentos	04/12/2015	25/02/2016 - julgo procedente o pedido formulado por em face da prefeitura municipal de Bauru, determinando que este forneça ao requerente quetiapina 25 mg (01 comprimido por dia 30 comprimidos por mês) e paroxetina 10 mg (01 comprimido por dia 30 comprimidos por mês) - - 26/07/2016 - ecebidos os autos do tribunal de justiça - data do julgamento: 24/05/2016 trânsito em julgado: tipo de julgamento: acórdão decisão: negaram provimento ao apelo e ao reexame necessário.	MEDICAMENTO
286	1023437-15.2015.8.26.0071	72203/2015	08/12/2015	Mandado de Segurança	30/11/2015	14/01/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis com gel superabsorvente, difusor de líquidos e barreiras antivazamento - tamanho "ex" (150 unidades por mês) - - 22/09/2016 - remetido ao dje - relação: 0408/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se os autos.	FRALDA
287	1024837-64.2015.8.26.0071	72992/2015	10/12/2015	Mandado de Segurança	04/12/2015	11/01/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis - tamanho "g" - - 03/02/2016 - remetido ao dje - relação: 0042/2016 teor do ato: vistos. considerando a informação de falecimento da impetrante, oficie-se ao impetrado para o cancelamento do fornecimento das fraldas. apos, certifique-se o trânsito em julgado e archive-se.	FRALDA

288	1019581-43.2015.8.26.0071	73129/2015	10/12/2015	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
289	1024824-65.2015.8.26.0071	73771/2015	11/12/2015	Outros Procedimentos	07/12/2015	12/02/2016 - decido. considerando que o requerido exibiu a documentação descrita na inicial, é de rigor a procedência do pedido. pelo exposto, ratifico a liminar de fls. 28/29 e julgo procedente a presente ação cautelar de exibição de documento proposta por ..., ... e ... qualificados nos autos, contra município de Bauru, determinando que o requerido apresente o prontuário médico de ... e, extinto o processo, com resolução de mérito - - 29/11/2016 - recebidos os autos do tribunal de justiça - data do julgamento: 01/08/2016 trânsito em julgado: tipo de julgamento: acórdão decisão: deram provimento ao recurso.	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
290	1024624-58.2015.8.26.0071	74753/2015	15/12/2015	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
291	1026075-21.2015.8.26.0071 -	75018/2015	15/12/2015	Mandado de Segurança	10/12/2015	14/01/2016 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis - - 18/05/2016 - remetido ao dje - relação: 0223/2016 teor do ato: vistos.uma vez comprovado o óbito do(a) impetrante, é evidente a perda do objeto do presente mandado de segurança. ante o exposto, torno sem efeito a decisão que determinou o fornecimento das fraldas geriátricas. oficie-se ao (à) impetrado (a). cumpridas as providências necessárias, arquivem-se os autos	FRALDA
292	1026962-05.2015.8.26.0071	76515/2015	18/12/2015	Mandado de Segurança	17/12/2015	03/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante alimento para situações metabólicas especiais, para pacientes com função renal comprometida, com restrições de eletrólitos e fluidos, baixo teor de sódio e potássio (02 saches ou 02 litros por dia) - - 28/04/2017 - remetido ao dje - relação: 0348/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL

293	1026565-43.2015.8.26.0071	76631/2015	18/12/2015	Mandado de Segurança	14/12/2015	14/01/2016 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g 180 unidades por mês - - 08/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0370/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA
294	1023369-65.2015.8.26.0071	77391/2015	21/12/2015	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	CONSULTA MÉDICA
295	1023897-02.2015.8.26.0071	2034/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	13/01/2016	09/06/16 - julgo procedente o pedido da presente ação de mandado de segurança que ajuizou contra ato do Diretor do Departamento Regional de Saúde VI e do Diretor da Secretaria de Saúde de Bauru.	MEDICAMENTO
296	1027166-49.2015.8.26.0071	2368/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	18/12/2015	21/01/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis - - 22/09/2016 - remetido ao dje - relação: 0408/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
297	1027389-02.2015.8.26.0071	2377/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	08/01/2016	05/02/2016 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis - - 29/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0506/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos. nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA
298	1027401-16.2015.8.26.0071	2373/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	08/01/2016	27/01/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 22/09/2016 - relação: 0408/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
299	1027170-86.2015.8.26.0071	2421/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	18/12/2015	22/01/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis - - 08/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0296/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA

300	1027473-03.2015.8.26.0071	2451/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	08/01/2016	27/01/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 22/09/2016 - remetido ao dje - relação: 0408/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
301	1020437-07.2015.8.26.0071	2591/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	08/01/2016	01/02/18 - Transitado em julgado e arquivado.	MEDICAMENTO
302	1027199-39.2015.8.26.0071	3020/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	11/01/2016	11/02/2016 - vistos..... , qualificada nos autos, impetrou mandado de segurança contra ato do secretário municipal de Bauru, objetivando fornecimento de fraldas descartáveis. a liminar foi deferida a fls. 24/25. à fls. 64/65 foi informado o falecimento da impetrante. por tratar-se de direito personalíssimo, houve a perda do objeto da impetração. ante o exposto, revogo a liminar de fls. 24/25 e julgo extinta.	FRALDA
303	1027412-45.2015.8.26.0071	3190/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	07/01/2016	21/01/2016 - concedo a segurança, determinando que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante das fraldas geriátricas descartáveis (tamanho g adulto 120 unidades por mês) - - 23/10/2017 - remetido ao dje - relação: 0711/2017 teor do ato: ciência às partes do retorno dos autos do e. tribunal.eventual cumprimento de sentença deverá tramitar em formato digital, cujo requerimento deverá ser realizado por peticionamento eletrônico e instruído com as seguintes peças:i- sentença e acórdão, se existente;ii- certidão de trânsito em julgado, se o caso;iii- demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;iv- mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias.nada sendo requerido em 30 (trinta) dias, os autos serão remetidos ao arquivo.	FRALDA
304	1000475-61.2016.8.26.0071	3918/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	15/01/2016	03/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - - 21/10/2016 - remetido ao dje - relação: 0504/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se os autos.	FRALDA

305	1024507-67.2015.8.26.0071	3921/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	12/01/2016	01/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" - - 25/10/2016 - remetido ao dje - relação: 0515/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
306	1000601-14.2016.8.26.0071	4481/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	18/01/2016	29/01/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 22/09/2016 - remetido ao dje - relação: 0408/2016 teor do ato: vistos.considerando a certidão de fls. 69, arquivem-se.	FRALDA
307	0000764-28.2015.8.26.0594	4529/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos		14/12/2016 - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. APELO DA PREFEITURA CONHECIDO E DESPROVIDO. REMESSA NECESSÁRIA CONHECIDA E PROVIDA EM PARTE. ART. 1007 CPC	CIRURGIA
308	1000679-08.2016.8.26.0071	5084/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	19/01/2016	29/01/2016 - concedo a segurança, mantendo a ordem para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante das fraldas geriátricas descartáveis - - 23/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0488/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA
309	1026970-79.2015.8.26.0071	5544/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	21/01/2016	04/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - - 21/10/2016 - remetido ao dje - relação: 0504/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
310	1000984-89.2016.8.26.0071	6080/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	25/01/2016	08/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" - - 21/10/2016 - remetido ao dje - relação: 0504/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
311	0000742-67.2015.8.26.0594	6078/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança		18/10/16 - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO - POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO SIMILAR, QUE CONTENHA OS MESMOS PRINCÍPIOS ATIVOS OU QUANTIDADES NUTRICIONAIS DOS MEDICAMENTOS REQUERIDOS, DESDE QUE EXPRESSAMENTE AUTORIZADO PELO MÉDICO SOLICITANTE - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA.	MEDICAMENTO

312	1000711- 13.2016.8.26.0071	6345/2016	01/01/2016	Outros Procediment os	26/01/2016	16/05/2016 - julgo procedente o pedido, formulado por contra o município de Bauru, determinando que o requerido forneça ao requerente o medicamento erbitux/cetuximabe 660 mg (de 15 em 15 dias) - - 05/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0364/2017 teor do ato: manifestar-se, em prosseguimento, ante o retorno dos autos do e. tribunal, no prazo de 30 dias. em caso de eventual cumprimento de sentença, deverá se realizado por peticionamento eletrônico e instruído com as seguintes peças:i - sentença e acórdão, se existente; ii - certidão de trânsito em julgado; se o caso iii - demonstrativo do débito atualizado ou planilha do órgão pagador, quando se tratar de execução por quantia certa; iv - mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias.nada sendo requerido, os autos serão arquivados	MEDICAMENTO
313	1010961- 42.2015.8.26.0071	6354/2016	01/01/2016	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
314	1001236- 92.2016.8.26.0071	6356/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	27/01/2016	25/02/2016 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que providencie o agendamento da consulta na especialidade de cardiologia à impetrante, conforme encaminhamento médico de fls. 12 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 07/10/2016 - remetido ao dje - relação: 0427/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	CONSULTA MÉDICA
315	1001458- 60.2016.8.26.0071	7418/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	02/02/2016	04/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - tamanho "g" - - 22/09/2016 - remetido ao dje - relação: 0455/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações arquivem-se.	FRALDA

316	1001867- 36.2016.8.26.0071	7426/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	03/02/2016	15/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do diretor técnico do departamento regional de saúde de Bauru - drs vi e do secretário municipal de saúde de Bauru, para que os impetrados providenciem o fornecimento à impetrante do medicamento imunoglobulina anti-rh (01 ampola de 5ml a cada 90 dias - conforme prescrição médica de fls. 13 e 16/18), bem como sua aplicação, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 08/05/2017 - emitido ao dje - relação: 0369/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	MEDICAMENTO
317	1001440- 39.2016.8.26.0071	7675/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	29/01/2016	25/02/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis para adulto - tamanho "xg" - - 07/10/2016 - remetido ao dje - relação: 0427/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se	FRALDA
318	1001020- 34.2016.8.26.0071	8371/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança		09/06/16 - julgo procedentes os pedidos da presente ação de mandado de segurança, para tornar definitiva a liminar deferida e determinar ao Secretário Municipal de Saúde do Município de Bauru o fornecimento do leite Enfamil AR 120 ml com o acréscimo de 3% de medida de espesante Thick EASY por tempo indeterminado.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
319	1002477- 04.2016.8.26.0071	8417/2016	01/01/2016	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
320	1001951- 37.2016.8.26.0071	8993/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	04/02/2016	09/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "exg" - - 08/06/2016 - remetido ao dje - relação: 0250/2016 teor do ato: vistos.considerando a certidão de fls. 101, digam as partes se tem algo mais a requerer.no silêncio, ao arquivo.	FRALDA

321	1002085-64.2016.8.26.0071	9060/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	05/02/2016	21/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (180 unidades por mês) - - 03/11/2016 - remetido ao dje - relação: 0475/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
322	1002087-34.2016.8.26.0071	9640/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	05/02/2016	21/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 01/11/2016 - remetido ao dje - relação: 0470/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se	FRALDA
323	1002624-30.2016.8.26.0071	10059/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	15/02/2016	09/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês),conforme prescrição médica de fls. 14, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 13/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0232/2017 teor do ato: vistos.fls. 100: nada mais sendo requerido, arquivem-se.	FRALDA
324	1002810-53.2016.8.26.0071	10120/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	17/02/2016	10/03/2016 - las e/ou portarias não estão contemplados e padronizados os remédios, como se estivesse a lidar com ciência exata e não com ciência médica." ante o exposto, rejeito as preliminares arguidas, ratifico a liminar de fls. 34/35 e concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "gg" - - 17/01/2017 - emitido ao dje - relação: 0033/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
325	1002811-38.2016.8.26.0071	10119/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	17/02/2016	14/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis - tamanho "m" - - 10/01/2017 - remetido ao dje - relação: 0005/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se	FRALDA
326	0000449-14.2016.4.03.6325	10156/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos	01/02/2016	02/09/2016 - SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - TERMO Nº 2016/6325013218	MEDICAMENTO

327	1001949- 67.2016.8.26.0071	10344/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	04/02/2016	02/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" - - 31/10/2016 - emitido ao dje - relação: 0466/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
328	1003368- 25.2016.8.26.0071	11995/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	25/02/2016	15/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 01/11/2016 - emitido ao dje - relação: 0470/2016 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se	FRALDA
329	1002639- 96.2016.8.26.0071	11994/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	25/02/2016	10/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante de 180 (cento e oitenta) catéteres urinários nº 12 actreen lite tiemann (bbbraun); 180 (cento e oitenta) luvas de procedimento; 50 (cinquenta) gazes estéreis; 02 (duas) unidades de povidine antisséptico tópico (1 l); cloridrato de tansulosina 0,4mg (omnic ocas) - 30 comprimidos/mês; succinato de solifenacina 10mg (vesicare) - 30 comprimidos/mês, conforme prescrições médicas de fls. 16, 24 e 26, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, - - 08/08/2017 - remetido ao dje - relação: 0557/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se.	MEDICAMENTO

330	1003432- 35.2016.8.26.0071	12107/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	26/02/2016	22/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por álvaro da silva contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante do item pilhas de zinco-ar, tamanhos 675 e 13 (03 unidades por mês de cada pílha), conforme prescrição médica de fls. 15/17, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 23/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0488/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	INSUMOS/MATE RIAL HOSPITALAR
331	1003674- 91.2016.8.26.0071	12319/2016	01/01/2016	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
332	1023710- 91.2015.8.26.0071	12481/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	25/02/2016	15/03/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" - - 17/01/2017 - remetido ao dje - relação: 0033/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações, arquivem-se.	FRALDA
333	1001277- 59.2016.8.26.0071	12482/2016	01/01/2016	Outros Procediment os	26/02/2016	18/04/2016 - julgo parcialmente procedente o pedido formulado por.... em face do município de Bauru, determinando que o requerido forneça à requerente fraldas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), - - 25/01/2017 - remetido ao dje - relação: 0087/2017 teor do ato: providenciar o requerido o protocolo da petição de fls. 70 nos autos do respectivo cumprimento de sentença em andamento.	FRALDA
334	1003917- 35.2016.8.26.0071	13142/2016	01/01/2016	Outros Procediment os	02/03/2016	21/10/2016 - julgo extinta a presente ação proposta por em face de doulas magalhães de almeida e município de Bauru, sem resolução do mérito - - *o réu recebeu alta da internação e esta em casa recebendo tratamento junto ao caps.	INTERNAÇÃO

335	1003784-90.2016.8.26.0071	13403/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos	04/03/2016	05/05/2016 - julgo procedente o pedido formulado por em face do município de Bauru, determinando que este forneça ao requerente sondas vesicais de espera foley nº 14 (25 unidades por mês), sondas vesicais lubrificadas (marca coloplast - speedy cath ou de marca similar) (60 unidades por mês), coletores externos de urina de silicone (não látex) com cola em formato de camisinha (preservativo - condom), tamanho 30mm (30 unidades por mês), bolsa de urina de perna, de capacidade para 750ml (01 unidade por mês), bolsa de urina de cama, capacidade para 2 (dois) litros ou 2.00 ml (04 unidades por mês), bisnaga de laxante minilax (21 unidades por mês), rolo de micropore 3m de 25mm por 10m (04 unidades por mês) e rolo de micropore 3m de 50mm por 10m (02 unidades por mês) - - 08/06/2017 - emetido ao dje - relação: 0376/2017 teor do ato: vistos.considerando que o presente feito encontra-se atualmente em grau de recurso no e. tribunal de justiça do estado de são paulo, bem como o v. despacho de fls. 219/220, o qual determina a suspensão do andamento do mesmo, eventual cumprimento de sentença deverá tramitar pela via adequada (cumprimento de sentença: - - 1003784-90.2016.8.26.0071 em grau de recurso.	MEDICAMENTO
336	1004176-30.2016.8.26.0071	13585/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos	04/03/2016	25/08/2016 - julgo procedente a presente ação cautelar de exibição de documento proposta por ... contra prefeitura municipal de Bauru determinando que a requerida apresente o prontuário médico de ... e, extinto o processo, com resolução de mérito - - 10/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0168/2017 teor do ato: vistos.considerando a certidão de fls. 55 e, ante a inexistência de cumprimento de sentença, procedidas as anotações de baixa, arquivem-se os autos	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
337	1004297-58.2016.8.26.0071	13682/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	04/03/2016	27/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" - - 20/01/2017 - remetido ao dje - relação: 0069/2017 teor do ato: vistos.arquive-se	FRALDA
338	1004899-49.2016.8.26.0071	14139/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos	20/03/2017	08/08/2017 - vistos.homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o pedido de desistência formulado pela parte autora às fls. 190, que conta com a anuência da parte contrária, e julgo extinto o processo	CIRURGIA

339	1001373-74.2016.8.26.0071	14142/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	10/03/2016	04/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento galvus met 50/500 mg e thioctacid hr 600 (30 cápsulas ao mês de cada medicamento) - - 10/03/2017 - vistos.ciência ao mp.após, arquivem-se.	MEDICAMENTO
340	1002097-78.2016.8.26.0071	14239/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	09/03/2016	10/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "xg" (06 unidades por dia), e julgo extinto o processo - - 23/10/2017 - remetido ao dje - relação: 0711/2017 teor do ato: ciência às partes do retorno dos autos do e. tribunal.eventual cumprimento de sentença deverá tramitar em formato digital, cujo requerimento deverá ser realizado por peticionamento eletrônico e instruído com as seguintes peças:i- sentença e acórdão, se existente;ii- certidão de trânsito em julgado, se o caso;iii- demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;iv- mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias.nada sendo requerido em 30 (trinta) dias, os autos serão remetidos ao arquivo.	FRALDA
341	0000682-11.2016.4.03.6325	14598/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos	11/02/2016	06/12/2016 - SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO IMPROCEDENTE A AÇÃO - TERMO Nº 2016/6325018013	MEDICAMENTO
342	1005359-36.2016.8.26.0071	15848/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	16/03/2016	29/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (180 unidades por mês) - - 23/01/2017 - remetido ao dje - relação: 0080/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
343	1005510-02.2016.8.26.0071	16135/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	17/03/2016	20/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 06/03/2017 - emitido ao dje - relação: 0158/2017 teor do ato: vistos.precedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA

344	1005530-90.2016.8.26.0071	16152/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	20/03/2016	27/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - - 23/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0265/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
345	1007032-98.2015.8.26.0071	16326/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos	24/06/2015	26/05/2016 - julgo procedentes os pedidos da presente ação de obrigação de fazer, com pedido de tutela antecipada que ajuizou em ao estado de são paulo e ao município de Bauru para o fim de condenar os requeridos na obrigação de fazer consistente no fornecimento de 300 tiras testes, marca confour ts (bayer) por mês, lancetas e 100 agulhas 0,25x5,0 mm - - 19/02/2018 - remetido ao dje .cumpra-se o v acórdão.ciência às partes da baixa dos auto. após aguarde-se por 30 dias, nada sendo requerido, arquivem-se	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
346	1005603-62.2016.8.26.0071	16339/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	20/03/2016	26/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 13/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0232/2017 teor do ato: vistos.fl.s. 79: nada mais sendo requerido, arquivem-se	FRALDA
347	1020561-87.2015.8.26.0071	16687/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
348	1006089-47.2016.8.26.0071	17549/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos	28/03/2016	20/06/2017 - julgo extinto o processo sem resolução do mérito nos termos do artigo 485, inciso i c/c artigo 321, do cpc combinado com o artigo 152 do eca.custas, despesas e honorários indevidos. p.i.c.com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.	MEDICAMENTO
349	1001376-29.2016.8.26.0071	18641/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
350	1027343-13.2015.8.26.0071	19049/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	01/04/2016	27/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis hipoalérgicas - tamanho "g" (160 unidades por mês) - - 14/02/2017 - remetido ao dje - relação: 0156/2017 teor do ato: vistos.considerando a certidão de fls. 80, digam as partes se tem algo mais a requer.no silêncio, ao arquivo	FRALDA

351	1005529-08.2016.8.26.0071	19075/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	05/04/2016	09/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho eg (180 unidades por mês) e colchão caixa de ovo (01 unidade a cada três meses), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 08/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0296/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se. -	FRALDA
352	1006440-20.2016.8.26.0071	19093/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos		25/05/2018 - julgo improcedente esta ação de indenizatória movida por contra prefeitura municipal de Bauru e ... dando por extinto este processo, com julgamento do mérito - - 11/07/2018 - vistos. certifique a serventia o trânsito em julgado. após, expeça-se certidão de honorários de acordo com o convênio defensoria/oab, -	DANO MATERIAL E MORAL
353	1006398-68.2016.8.26.0071	19416/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	01/04/2016	25/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 31/10/2016 - remetido ao dje - relação: 0466/2016 teor do ato: vistos.certifique a serventia o trânsito em julgado da sentença de fls. 49/54.apos, considerando a informação de fls. 93, procedidas as devidas anotações, arquivem-se	FRALDA
354	1006689-68.2016.8.26.0071	19762/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	07/04/2016	27/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - tamanho "g" (120 unidades por mês), conforme receituário de fls. 24, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 23/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0265/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
355	1006692-23.2016.8.26.0071	20040/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	07/04/2016	04/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - tamanho "m" - - 10/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0222/2017 teor do ato: vistos. arquivem-se	FRALDA

356	1006765- 92.2016.8.236.0071	20048/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	08/04/2016	29/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - tamanho "gg" (04 unidades por dia), conforme receituário de fls. 19, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 19/10/2016 - remetido ao dje - procedidas as devidas anotações, arquivem-se	FRALDA
357	1022718- 33.2015.8.26.0071	20481/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	17/03/2016	29/04/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante dos medicamentos insulina glargina 100 ui/ml (lantus) caneta descartável (solostar) contendo 3 ml de solução injetável (5 canetas por mês) e insulina glulisina 100 ui/ml (adipra) caneta descartável (solostar) contendo 3 ml de solução injetável (09 canetas por mês), - - 28/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0415/2017 teor do ato: ciência às partes do retorno dos autos do e. tribunal.eventual cumprimento de sentença deverá tramitar em formato digital, cujo requerimento deverá ser realizado por peticionamento eletrônico e instruído com as seguintes peças:i- sentença e acórdão, se existente;ii- certidão de trânsito em julgado, se o caso;iii- demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;iv- mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias.nada sendo requerido em 30 (trinta) dias, os autos serão remetidos ao arquivo.	MEDICAMENTO
358	1000981- 37.2016.8.26.0071	20528/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	08/04/2016	29/04/2016 - as e/ou portarias não estão contemplados e padronizados os remédios, como se estivesse a lidar com ciência exata e não com ciência médica."ante o exposto, rejeito as preliminares arguidas, ratifico a liminar de fls. 45/46 e concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "gg" - - 03/02/2017 - remetido ao dje - relação: 0080/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA

359	1006885-38.2016.8.26.0071	20751/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	08/04/2016	02/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas descartáveis - tamanho "m" adulta (180 unidades por mês), conforme prescrição médica de fls. 11, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 25/08/2016 - emitido ao dje - relação: 0362/2016 teor do ato: vistos.considerando a anuência do impetrado (fls. 72/75), defiro o pedido do impetrante (fls. 67/68), determinando o fornecimento de 180 fraldas geriátricas descartáveis - tamanho g.opportunamente, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se	FRALDA
360	1003377-84.2016.8.26.0071	21559/2016	01/01/2016	Outros Procedimentos	14/04/2016	11/04/2017 - remetido ao dje - relação: 0305/2017 teor do ato: vistos.fl. 145 e 146/166: considerando a informação do município de Bauru de que faz os agendamentos para internação por intermédio do drs vi, o que se comprova pelo documento de fls. 160, por ora determino a intimação do drs vi, por email, com urgência, para que disponibilize novamente a vaga em questão, a qual deverá permanecer à disposição da autora pelo prazo de cinco dias, - - 13/06/2017 - remetido ao dje	INTERNAÇÃO
361	1007329-71.2016.8.26.0071	22186/2016	01/01/2016	Mandado de Segurança	18/04/2016	03/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas descartáveis - tamanho "g" adulta - - 24/07/2017 - remetido ao dje - relação: 0466/2017 teor do ato: vistos.fl. 71: ciente. certificado o trânsito em julgado, arquivem-se	FRALDA
362	0027872-30.2007.8.26.0071	21802/2016	20/04/2016	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
363	1007525-41.2016.8.26.0071	23022/2016	27/04/2016	Mandado de Segurança	20/04/2016	10/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 07/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0374/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA

364	1007596-43.2016.8.26.0071	23274/2016	28/04/2016	Mandado de Segurança	20/04/2016	13/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante de dieta enteral polimérica hipercalórica, hiperproteica, com fibras, (1.20 ml por dia).	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
365	1006568-40.2016.8.26.0071	23276/2016	28/04/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
366	1008034-69.2016.8.26.0071	24698/2016	05/05/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
367	1007789-58.2016.8.26.0071	25545/2016	10/05/2016	Mandado de Segurança	05/05/2016	19/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "eg" - - 30/03/2017 - procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se -	FRALDA
368	1008575-05.2016.8.26.0071	25879/2016	11/05/2016	Mandado de Segurança	06/05/2016	23/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis, tamanho "m" 19/06/17 arquivo - int. defensoria.	FRALDA
369	1008584-64.2016.8.26.0071	26056/2016	12/05/2016	Mandado de Segurança	10/05/2016	09/10/2018 - fundamento e decido. a impetrante requereu a extinção do presente feito, tendo em vista que já realizou o exame e recebeu o laudo médica. dessa forma, ocorreu a perda do objeto da presente ação. ante o exposto, reconheço a carência superveniente, e julgo extinto o processo sem resolução de mérito.	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
370	1008558-66.2016.8.26.0071	26080/2016	12/05/2016	Mandado de Segurança	06/05/2016	31/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o agendamento da consulta na especialidade ortopedia à impetrante, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 23/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0488/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	CONSULTA MÉDICA
371	1007527-11.2016.8.26.0071	26089/2016	12/05/2016	Mandado de Segurança	09/05/2016	02/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - tamanho "gg" (180 unidades por mês) - - 23/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0265/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA

372	1008594- 11.2016.8.26.0071	26371/2016	13/05/2016	Mandado de Segurança	09/05/2016	03/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante de dieta enteral normocalórica, normoprotéica, sem fibras e sem sacarose, para uso via oral ou enteral (04 latas de 800g por mês).	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
373	1008391- 49.2016.8.26.0071	26897/2016	17/05/2016	Mandado de Segurança	05/05/2016	24/05/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 20/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0397/2017 teor do ato: arquivo	FRALDA
374	1009069- 64.2016.8.26.0071	27545/2016	19/05/2016	Mandado de Segurança	13/05/2016	21/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" - - 27/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0223/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
375	1009190- 92.2016.8.26.0071	27603/2016	19/05/2016	Mandado de Segurança	16/05/2016	17/06/2016 - denego a segurança pleiteada por ... e ..., representado por ..., , representado por ..., contra ato do secretario municipal de saúde de Bauru, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, - - 23/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0488/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	CUIDADOR/HOM E CARE
376	1009182- 18.2016.8.26.0071	27746/2016	20/05/2016	Mandado de Segurança	16/05/2016	03/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante de dieta polimérica hipercalórica, hiperproteica, com fibra - 25 cal/kg/dia e 1,1g proteína/kg/dia (1.050 ml/dia, 1.600 cal/dia, 63g proteína/dia e 16g fibras/dia), conforme prescrição médica de fls. 24, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 01/11/2017 - recebidos os autos do tribunal de justiça - data do julgamento: 22/08/2017 trânsito em julgado: tipo de julgamento: acórdão decisão: negaram provimento aos recursos.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL

377	1009336-36.2016.8.26.0071	28343/2016	24/05/2016	Mandado de Segurança	18/05/2016	06/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - tamanho "g" (120 unidades por mês) - - 16/02/2018 - remetido ao dje - relação: 0100/2018 teor do ato: vistos.procedidas as anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA
378	1008428-76.2016.8.26.0071	28374/2016	24/05/2016	Mandado de Segurança	18/05/2016	13/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas tamanho "g"- - 09/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0459/2017 teor do ato: arquivo.	FRALDA
379	1008693-78.2016.8.26.0071	28351/2016	24/05/2016	Outros Procedimentos	18/05/2016	17/05/2018 - o autor não cumpriu determinação que lhe foi imposta, deixando o processo paralisado por mais de 30 dias. - ante o exposto, julgo extinto o processo.	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
380	1009348-50.2016.8.26.0071	28899/2016	30/05/2016	Mandado de Segurança		15-05/17 - tornar definitiva a liminar deferida e determinar ao Secretário Municipal de Saúde o fornecimento de fraldas descartáveis geriátricas BIGFRAL PLUS, tamanho G noturno, 240 unidades, por mês, por tempo indeterminado.	FRALDA
381	1009727-88.2016.8.26.0071	28978/2016	30/05/2016	Mandado de Segurança		27/04/2017 - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS - CRIANÇA PORTADORA DE ALERGIA À PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, QUE NECESSITA DO FORNECIMENTO DO LEITE NEOCATE, NA QUANTIDADE DE 12 LATAS POR MÊS.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
382	1009352-87.2016.8.26.0071	29166/2016	31/05/2016	Outros Procedimentos		28/03/18 - Negaram provimento ao reexame necessário.	CONSULTA MÉDICA
383	1009643-87.2016.8.26.0071	29243/2016	31/05/2016	Mandado de Segurança	24/05/2016	14/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "xg" -- - remetido ao dje - relação: 0403/2017 teor do ato: vistos.procedias as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
384	1009703-60.2016.8.26.0071	29494/2016	01/06/2016	Mandado de Segurança	25/05/2016	27/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" - - 09/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0459/2017 teor do ato: arquivo.	FRALDA

385	1009697- 53.2016.8.26.0071	29751/2016	02/06/2016	Mandado de Segurança	25/05/2016	10/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas descartáveis tamanho "gg" - - 16/05/2017 - vistos.procedias as devidas anotações de baixa, arquivem-se os autos.	FRALDA
386	1009806- 67.2016.8.26.0071	29757/2016	02/06/2016	Mandado de Segurança	31/05/2016	22/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por.... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 20/06/2017 - relação: 0397/2017 teor do ato: vistos. procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA
387	1008276- 28.2016.8.26.0071	29778/2016	02/06/2016	Mandado de Segurança	31/05/2016	28/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (240 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 20/06/2017 - relação: 0397/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se -	FRALDA
388	1009803- 15.2016.8.26.0071	29828/2016	02/06/2016	Mandado de Segurança	31/05/2016	22/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 09/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0385/2017 teor do ato: arquivo	FRALDA
389	1009337- 21.2016.8.26.0071	30049/2016	03/06/2016	Mandado de Segurança	31/05/2016	24/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 08/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0296/2017 teor do ato: vistos.ciência às partes do retorno dos autos.nada sendo requerido em 30 dias, arquivem-se.	FRALDA
390	1009625- 66.2016.8.26.0071	30582/2016	07/06/2016	Mandado de Segurança	31/05/2016	30/06/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante de dieta polimérica normocalórica e normoproteica com fibras específica para paciente diabético - 28 kcal/kg/dia e 1.3 g proteína/gg/dia (42 litros por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 25/11/2016 - remetido ao dje - relação: 0578/2016 teor do ato: vistos.certifique a serventia o decurso do prazo para interposição de recurso.após, archive-se.	MEDICAMENTO

391	1011947- 93.2015.8.26.0071	30711/2016	07/06/2016	Mandado de Segurança		SEGredo DE JUSTIÇA	SEGredo DE JUSTIÇA
392	1007946- 31.2016.8.26.0071	31007/2016	08/06/2016	Mandado de Segurança	03/06/2016	06/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "m" - - 09/06/2017 - arquivo.	FRALDA
393	1010252- 70.2016.8.26.0071	31010/2016	08/06/2016	Mandado de Segurança	03/06/2016	06/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do diretor da secretaria municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" - - 21/02/2018 - remetido ao dje - relação: 0119/2018 teor do ato: vistos.procedidas as anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA
394	1025108- 73.2015.8.26.0071	32409/2016	15/06/2016	Outros Procediment os		04/11/16 - julgo procedentes os pedidos da presente ação de obrigação de fazer, com pedido de tutela antecipada.	CONSULTA MÉDICA
395	1010449- 25.2016.8.26.0071	32489/2016	16/06/2016	Mandado de Segurança	07/06/2016	06/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" 06 (seis) unidades por dia, conforme receituário de fls. 17, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
396	1010234- 49.2016.8.26.0071	32540/2016	16/06/2016	Mandado de Segurança	13/06/2016	21/09/2016 - Julga procedente pedido fornecimento de leite Neocate.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
397	1010773- 15.2016.8.26.0071	32787/2016	20/06/2016	Mandado de Segurança	13/06/2016	07/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 29/11/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
398	1007496- 88.2016.8.26.0071	33084/2016	20/06/2016	Mandado de Segurança	15/06/2016	14/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretaria municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" - - 17/05/2017 - remetido ao dje - relação: 0403/2017 teor do ato: vistos.procedias as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA

399	1010915-19.2016.8.26.0071	33495/2016	22/06/2016	Mandado de Segurança	15/06/2016	11/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" - - 23/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0205/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA
400	1000683-45.2016.8.26.0071	33519/2016	22/06/2016	Mandado de Segurança		05/06/19. - APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA ÀS QUAIS SE NEGA PROVIMENTO	MEDICAMENTO
401	1005903-24.2016.8.26.0071	33523/2016	22/06/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
402	1011247-83.2016.8.26.0071	33583/2016	22/06/2016	Mandado de Segurança	17/06/2016	07/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 05/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
403	1010679-67.2016.8.26.0071	33644/2016	22/06/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
404	1010480-45.2016.8.26.0071	33739/2016	23/06/2016	Mandado de Segurança	20/06/2016	12/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - - 24/04/2017 - considerando que a r. sentença transitou em julgado, precedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
405	1006730-35.2016.8.26.0071	33983/2016	24/06/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
406	1009680-17.2016.8.26.0071	34020/2016	24/06/2016	Mandado de Segurança	21/06/2016	03/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "xg" - - 09/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0459/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA

407	1011052-98.2016.8.26.0071	34722/2016	29/06/2016	Mandado de Segurança	17/06/2016	03/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - - 04/07/2017 - remetido ao dje - relação: 0518/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA
408	1011673-95.2016.8.26.0071	35069/2016	30/06/2016	Mandado de Segurança	27/06/2016	19/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" - - 28/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0282/2017 teor do ato: vistos. arquivem-se.	FRALDA
409	1010334-04.2016.8.26.0071	35066/2016	30/06/2016	Outros Procedimentos		05/06/18 - Negaram provimento aos recursos. V. U. - RECURSOS DE APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA.	CIRURGIA
410	1010733-33.2016.8.26.0071	35074/2016	30/06/2016	Outros Procedimentos	24/06/2016	13/07/2018 - determino que o requerido faculte o acesso dos autores aos documentos originais em questão, pelo prazo de 15 dias, contados da respectiva juntada aos autos de informação a ser prestada pela municipalidade quanto ao local em que estarão disponíveis.	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
411	1010333-19.2016.8.26.0071	35985/2016	05/07/2016	Mandado de Segurança		26/04/17 - Negaram provimento aos apelos voluntários do Município.	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
412	1011802-03.2016.8.26.0071	36126/2016	05/07/2016	Mandado de Segurança	28/06/2016	18/07/2016 - CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada por ... contra ato do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BAURU, para que o impetrado forneça ao impetrante FRALDAS DESCARTÁVEIS - tamanho "M" adulto (180 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil.	FRALDA
413	1011439-16.2016.8.26.0071	36771/2016	08/07/2016	Outros Procedimentos	05/07/2016	15/03/2017 - reconheço a carência superveniente, e julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com base nos artigos 485, vi, c.c. 493, ambos do cpc.após o trânsito em julgado, expeça-se a competente certidão de honorários e arquivem-se.	INTERNAÇÃO
414	1012185-78.2016.8.26.0071	36974/2016	11/07/2016	Mandado de Segurança	05/07/2016	26/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - - 19/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA

415	1012588- 47.2016.8.26.0071	37274/2016	12/07/2016	Mandado de Segurança	08/07/2016	27/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretaria municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "xg" - - 19/10/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
416	1010231- 94.2016.8.26.0071	37859/2016	14/07/2016	Mandado de Segurança		27/04/2017 - fornecimento do medicamento Canabidiol (Oil Hemp - 10g), por tempo indeterminado.	MEDICAMENTO
417	1010310- 73.2016.8.26.0071	38274/2016	18/07/2016	Mandado de Segurança	14/07/2016	15/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" - - 04/07/2017 - relação: 0518/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA
418	1011567- 36.2016.8.26.0071	38432/2016	19/07/2016	Outros Procediment os	11/07/2016	11/05/2017 - julgo procedente o pedido, formulado por ... contra o município de Bauru, determinando que o requerido forneça a requerente: fraldas descartáveis geriátricas - - 02/05/2018 - arquivado definitivamente.	FRALDA
419	1012695- 91.2016.8.26.0071	38443/2016	19/07/2016	Mandado de Segurança	11/07/2016	25/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 11/01/2018 - arquivado definitivamente.	FRALDA
420	0003042- 16.2016.4.03.6325	38509/2016	19/07/2016	Outros Procediment os	27/06/2016	02/03/2017 - SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO IMPROCEDENTE A AÇÃO - TERMO Nº 2017/6325002538.	MEDICAMENTO
421	0003600- 85.2016.4.03.6325	38511/2016	19/07/2016	Outros Procediment os	15/07/2016	- 11/04/2017 - JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, ante a perda superveniente do objeto da ação.	INSUMOS/MATE RIAL HOSPITALAR
422	0002372- 75.2016.4.03.6325	38517/2016	19/07/2016	Outros Procediment os	22/06/2016	- 19/01/2018 - SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO PROCEDENTE A AÇÃO - 20/09/2018 - JULGAMENTO MANTÉM A SENTENÇA/DECISÃO - TERMO Nº 2018/9301183143.	MEDICAMENTO

423	0002859-45.2016.4.03.6325	38519/2016	19/07/2016	Outros Procedimentos		05/07/17 - julgo PROCEDENTE o pedido, para condenação dos réus ao 2017/632500052099-53854-JEF Assinado digitalmente por: CLAUDIO ROBERTO CANATA:10167 Documento Nº: 2017/632500052099-53854 Consulte autenticidade em: http://web.trf3.jus.br/autenticacaojef fornecimento contínuo à autora dos medicamentos Daflon 500 (Daflon ou Perivasc - Diosmina + Hesperidina) e Venalot ou similares, com idêntico(s) princípio(s) ativo(s), bem como meias elásticas de compressão, uma (um "par") a cada quatro meses, conforme receituário médico que instrui a petição inicial, e extingo o processo	MEDICAMENTO
424	0003061-22.2016.4.03.6325	38522/2016	19/07/2016	Outros Procedimentos		11/04/2017 - JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, ante a perda superveniente do objeto da ação, nos termos do artigo 485 VI, segunda figura, CPC.	INTERNAÇÃO
425	0002199-51.2016.4.03.6325	38662/2016	20/07/2016	Outros Procedimentos	18/05/2017	18/05/2017 - julgo PROCEDENTE o pedido, para condenação os réus ao fornecimento contínuo ao autor de insulina, adequada ao diagnóstico de diabetes mellitus tipo 1, de que é portador, bem como de fitas ou tiras reagentes, utilizadas para o controle diário do diabetes, suficientes para o tratamento, na forma da prescrição médica, e extingo o processo, nos termos do artigo 485, I, do Código de Processo Civil	MEDICAMENTO
426	1013007-67.2016.8.26.0071	38722/2016	20/07/2016	Mandado de Segurança	15/07/2016	08/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante de suplemento líquido hiperproteico específico para cicatrização de feridas, sabor baunilha (02 unidades ao dia - 60 unidades/mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, - - 23/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0205/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
427	1013008-52.2016.8.26.0071	38759/2016	20/07/2016	Mandado de Segurança	14/07/2016	26/07/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - - 26/10/2017 - remetido ao dje - relação: 0738/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se -	FRALDA

428	1013293-45.2016.8.26.0071	39450/2016	25/07/2016	Mandado de Segurança	20/07/2016	12/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" - - 04/07/2017 - remetido ao dje - relação: 0518/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
429	1013300-37.2016.8.26.0071	39452/2016	25/07/2016	Mandado de Segurança	20/07/2016	17/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 20/06/2017 - remetido ao dje - relação: 0397/2017 teor do ato: vistos. procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
430	1013276-09.2016.8.26.0071	39603/2016	26/07/2016	Mandado de Segurança	19/07/2016	17/08/2016 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 29/11/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
431	1013449-33.2016.8.26.0071	39661/2016	26/07/2016	Mandado de Segurança	21/07/2016	09/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 23/06/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
432	1013534-19.2016.8.26.0071	39893/2016	27/07/2016	Mandado de Segurança	22/07/2016	08/08/2016 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 20/06/2017 - emitido ao dje - relação: 0397/2017 teor do ato: vistos. procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se.	FRALDA
433	1013589-67.2016.8.26.0071	39896/2016	27/07/2016	Mandado de Segurança	22/07/2016	17/08/2016 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 23/06/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
434	1010594-81.2016.8.26.0071	40408/2016	29/07/2016	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

435	1013931-78.2016.8.26.0071	40922/2016	03/08/2016	Mandado de Segurança	28/07/2016	17/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis hipoalergênicas - tamanho "m" (120 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 28/04/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
436	1013979-37.2016.8.26.0071	41390/2016	05/08/2016	Mandado de Segurança	29/07/2016	19/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "m" (180 unidades por mês), conforme receituário médico de fls. 14/16, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 07/06/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
437	1014264-30.2016.8.26.0071	41423/2016	05/08/2016	Mandado de Segurança	03/08/2016	17/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 23/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
438	1014382-06.2016.8.26.0071	41660/2016	08/08/2016	Mandado de Segurança	03/08/2016	05/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" 120 (cento e vinte) unidades por mês, conforme receituário de fls. 18, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 19/10/2017 - arquivado definitivamente - -	FRALDA
439	1014446-16.2016.8.26.0071	41799/2016	09/08/2016	Mandado de Segurança	04/08/2016	31/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - - 01/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA

440	1012747- 87.2016.8.26.0071	41809/2016	09/08/2016	Mandado de Segurança	20/07/2016	30/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento capecitabina 500mg (42 cápsulas) e 150mg (14 cápsulas) a cada 21 (vinte e um) dias, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 27/11/2017 - remetido ao dje - relação: 0874/2017 teor do ato: ciência às partes do retorno dos autos do e. tribunal.eventual cumprimento de sentença deverá tramitar em formato digital, cujo requerimento deverá ser realizado por peticionamento eletrônico e instruído com as seguintes peças:i- sentença e acórdão, se existente;ii- certidão de trânsito em julgado, se o caso;iii- demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;iv- mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias.nada sendo requerido em 30 (trinta) dias, os autos serão remetidos ao arquivo.	MEDICAMENTO
441	1014444- 46.2016.8.26.0071	41998/2016	09/08/2016	Mandado de Segurança	05/08/2016	05/08/2016 - oncedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - - 16/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
442	1007215- 35.2016.8.26.0071	41995/2016	09/08/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
443	1012696- 76.2016.8.26.0071	42369/2016	10/08/2016	Mandado de Segurança	11/07/2016	05/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - - 16/03/2018 - arquivado definitivamente.	FRALDA

444	1013801- 88.2016.8.26.0071	43643/2016	18/08/2016	Outros Procediment os	26/08/2016	25/01/2017 - julgo procedente o pedido para obrigar a requerida prefeitura municipal de Bauru a fornecer cópia integral do prontuário médico referente ao atendimento da paciente e genitora do autor ..., na upa do geisel em Bauru, no dia 11 de abril de 2016.sucumbente, condeno a requerida ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que fixo em r\$ 900,00 (novecentos) reais - - 12/12/2017 - ciência às partes do retorno dos autos do e. tribunal.eventual cumprimento de sentença deverá tramitar em formato digital, cujo requerimento deverá ser realizado por peticionamento eletrônico e instruído com demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa.nada sendo requerido em 30 (trinta) dias, os autos serão remetidos ao arquivo.	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
445	1015147- 74.2016.8.26.0071	43726/2016	18/08/2016	Mandado de Segurança	12/08/2016	05/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - - 13/03/2017 - remetido ao dje - relação: 0232/2017 teor do ato: vistos.procedidas as devidas anotações de baixa, arquivem-se	FRALDA
446	1015462- 39.2015.8.26.0071	47375/2015	18/08/2016	Mandado de Segurança	13/08/2015	03/09/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
447	1014735- 46.2016.8.26.0071	43850/2016	19/08/2016	Outros Procediment os		22/02/2017 - A persistir a omissão, o seu quadro poderá sofrer agravo. Por isso, intimem-se por mandado os requeridos para que agendem imediatamente a cirurgia sob pena de multa diária de R\$ 100.000,00. Apresente o requerente três orçamentos para a realização da cirurgia pela rede particular de saúde, nos termos do artigo 213 do ECA.	CIRURGIA
448	1011755- 29.2016.8.26.0071	43930/2016	19/08/2016	Mandado de Segurança	16/08/2016	06/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - - 28/03/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA

449	1015552-47.2015.8.26.0071	47670/2015	19/08/2016	Mandado de Segurança	14/08/2015	27/08/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (200 unidades por mês), conforme prescrição médica de fls. 13, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
450	1016252-86.2016.8.26.0071	44161/2016	22/08/2016	Mandado de Segurança	16/08/2016	26/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - - 10/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
451	1011208-86.2016.8.26.0071	44359/2016	23/08/2016	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
452	1016442-49.2016.8.26.0071	44630/2016	24/08/2016	Mandado de Segurança	19/08/2016	13/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 28/04/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
453	1013725-64.2016.8.26.0071	44949/2016	25/08/2016	Mandado de Segurança	23/08/2016	19/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas - - 21/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
454	1014563-07.2016.8.26.0071	45255/2016	26/08/2016	Mandado de Segurança	23/08/2016	22/09/2016 - concedo a segurança, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas tamanho "g" 180 (cento e oitenta) unidades por mês, bem como absorventes higiênicos - - 13/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
455	1016227-73.2016.8.26.0071	45435/2016	29/08/2016	Mandado de Segurança	24/08/2016	22/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante dieta enteral hipercalórica, hiperproteica, com fibras (1,5kcal/ml), na quantidade de 47 litros no mês - - 16/03/2018 - arquivado definitivamente -	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
456	1021328-28.2015.8.26.0071	45581/2016	29/08/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
457	1017057-39.2016.8.26.0071	45777/2016	30/08/2016	Mandado de Segurança	25/08/2016	20/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis - - 09/02/2018 - arquivado definitivamente.	FRALDA

458	1016937-93.2016.8.26.0071	45775/2016	30/08/2016	Outros Procedimentos	25/08/2016	11/10/2016 - julgo procedente o pedido, formulado por contra o município de Bauru, determinando que o requerido forneça ao requerente os medicamentos vidalgliptina 50 mg + metformina 1000 mg (60 cápsulas/mês - duas vezes ao dia), canaglifozina 300 mg (30 cápsulas/mês - uma vez ao dia), simvastatina 20 mg (30 cápsulas/mês - uma vez ao dia) e invokana 300 mg (30 cápsulas/mês de uso - uma vez ao dia), e extinto o processo, com resolução de mérito - - 30/08/2017 - arquivado definitivamente.	MEDICAMENTO
459	1017060-91.2016.8.26.0071	46368/2016	01/09/2016	Mandado de Segurança	26/08/2016	07/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 17/05/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
460	1017296-43.2016.8.26.0071	46443/2016	02/09/2016	Mandado de Segurança	30/08/2016	30/09/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas tamanho "gg" 120 (cento e vinte) unidades por mês, conforme receituário de fls. 15, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 09/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
461	1017487-88.2016.8.26.0071	47258/2016	08/09/2016	Mandado de Segurança	01/09/2016	07/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante do medicamento dabigatrana 150 mg (02 comprimidos por dia), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 26/03/2018 - arquivado definitivamente.	MEDICAMENTO
462	1017722-55.2016.8.26.0071	47489/2016	09/09/2016	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
463	1017939-98.2016.8.26.0071	48178/2016	13/09/2016	Mandado de Segurança	06/09/2016	13/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/06/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
464	1018583-41.2016.8.26.0071	48363/2016	14/09/2016	Outros Procedimentos	13/09/2016	22/08/2017 - a parte autora apresentou a certidão de óbito (fls. 58/59).dessa forma, com a informação do óbito da impetrante, ocorreu a perda do objeto da presente ação. ante o exposto, reconheço a carência superveniente, e julgo extinto o processo sem resolução de mérito.	INTERNAÇÃO

465	1018032- 61.2016.8.26.0071	48610/2016	15/09/2016	Mandado de Segurança	09/09/2016	07/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por priscilla del nero fragoso fernandes da costa contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante montelucaste 10 mg (01 caixa com 30 capsulas por mês), bambuterol 100 ml (03 caixas por mês) e budesunida 0,25 mg (60 frascos por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 18/10/2017 - remetido ao dje - relação: 0603/2017 teor do ato: ciência às partes do retorno dos autos do e. tribunal.eventual cumprimento de sentença deverá tramitar em formato digital, cujo requerimento deverá ser realizado por peticionamento eletrônico e instruído com as seguintes peças:i- sentença e acórdão, se existente;ii- certidão de trânsito em julgado, se o caso;iii- demonstrativo do débito atualizado, quando se tratar de execução por quantia certa;iv- mandado de citação cumprido e procurações outorgadas aos advogados das partes, além de outras peças processuais que o exequente considere necessárias.nada sendo requerido em 30 (trinta) dias, os autos serão remetidos ao arquivo.	MEDICAMENTO
466	1008676- 42.2016.8.26.0071	48612/2016	15/09/2016	Outros Procediment os		- *determino, com urgência, o agendamento de perícia médica, ficando desde já determinado que, em não sendo possível o comparecimento do requerido, deverá o perito realiza-la no local onde possa o periciando ser encontrado, ficando, ainda, se necessário, deferido reforço policial.o laudo deverá consubstanciar integral relatório médico.	INTERNAÇÃO
467	1018772- 19.2016.8.26.0071	49029/2016	19/09/2016	Mandado de Segurança	15/09/2016	18/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/11/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
468	1017637- 69.2016.8.26.0071	49294/2016	20/09/2016	Outros Procediment os		09/02/2017 - determino prova médica pericial na especialidade de ortopedia - - 23/07/2018 - julgo improcedente a presente ação e, extinto o processo, com resolução de mérito - - 28/11/2018 - remetido ao dje - relação: 0866/2018 teor do ato: ciência da baixa dos autos, bem como da certidão do trânsito em julgado. nada requerido em 30 dias, os autos serão remetidos ao arquivo.	DANO MATERIAL E MORAL

469	1017805-71.2016.8.26.0071	49301/2016	20/09/2016	Outros Procedimentos	19/10/2016	18/11/2016 - considerando a informação de que o requerido wilson renato vieira rodrigues não foi internado (fls. 85/86), determino a intimação do secretário municipal de saúde de Bauru, com urgência, para que disponibilize novamente a vaga em questão, a qual deverá permanecer à disposição pelo prazo de cinco dias - - 24/07/2017 - julgo procedente o pedido, formulado por em face de wilson renato vieira rodrigues e fazenda pública do município de Bauru , determinando que o segundo requerido providencie a imediata disponibilização de vaga para internação para tratamento psiquiátrico ao primeiro requerido.	INTERNAÇÃO
470	1018629-30.2016.8.26.0071	49300/2016	20/09/2016	Mandado de Segurança	14/09/2016	10/10/2016 - oncedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante de tiras reagentes accu-chek performa (06 caixas a cada 03 meses), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 21/11/2016 - remetidos os autos para o tribunal de justiça/colégio recursal - processo digital -	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
471	1017425-48.2016.8.26.0071	49809/2016	22/09/2016	Mandado de Segurança	19/09/2016	20/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
472	1018866-64.2016.8.26.0071	49812/2016	22/09/2016	Mandado de Segurança	19/09/2016	18/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 14/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
473	1019324-81.2016.8.26.0071	50218/2016	26/09/2016	Mandado de Segurança	21/09/2016	21/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 20/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
474	1019313-52.2016.8.26.0071	50700/2016	28/09/2016	Mandado de Segurança	22/09/2016	11/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 23/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
475	1019598-45.2016.8.26.0071	50830/2016	28/09/2016	Mandado de Segurança	23/09/2016	20/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA

476	1002124-61.2016.8.26.0071	51320/2016	30/09/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
477	1019791-60.2016.8.26.0071	51431/2016	03/10/2016	Mandado de Segurança	28/09/2016	09/11/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça a impetrante: fraldas geriátricas - - 25/07/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
478	1014446-16.2016.8.26.0071	51429/2016	03/10/2016	Mandado de Segurança	04/08/2016	31/08/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas - - 01/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
479	1019933-64.2016.8.26.0071	51719/2016	04/10/2016	Mandado de Segurança	29/09/2016	20/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
480	1020190-89.2016.8.26.0071	51722/2016	04/10/2016	Mandado de Segurança	30/09/2016	27/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
481	1019029-44.2016.8.26.0071	52870/2016	10/10/2016	Mandado de Segurança	19/09/2016	24/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas descartáveis hipoalérgicas - - 05/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
482	1020697-50.2016.8.26.0071	52923/2016	11/10/2016	Mandado de Segurança	07/10/2016	27/10/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
483	1017116-27.2016.8.26.0071	53663/2016	17/10/2016	Mandado de Segurança		julgo procedentes os pedidos da presente ação de mandado de segurança, para tornar definitiva a liminar deferida e determinar ao Secretário Municipal de Saúde o fornecimento de fraldas, 180 unidades, por mês, por tempo indeterminado	FRALDA
484	1020826-55.2016.8.26.0071	53802/2016	18/10/2016	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
485	1019707-59.2016.8.26.0071	53891/2016	18/10/2016	Mandado de Segurança		08/11/18 - nega-se provimento à apelação e ao reexame necessário.	MEDICAMENTO
486	1020028-94.2016.8.26.0071	53895/2016	18/10/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

487	1021481- 27.2016.8.26.0071	54056/2016	19/10/2016	Mandado de Segurança	14/10/2016	09/11/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 05/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
488	1020614- 34.2016.8.26.0071	54051/2016	19/10/2016	Mandado de Segurança	14/10/2016	07/11/2016 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis -- - 09/02/2018 - remetido ao dje - relação: 0075/2018 teor do ato: petição de fls. 128/129: proceder o peticionário o seu protocolo junto ao cumprimento de sentença em andamento, proc. n. 0025821- 94.2016.8.26.0071.	FRALDA
489	1017915- 70.2016.8.26.0071	54471/2016	20/10/2016	Outros Procediment os	17/10/2016	24/01/2017 - julgo procedente o pedido, formulado por contra município de Bauru, determinando que o requerido forneça ao requerente os medicamentos e insumos: ácido tiótico 600mg (30 cápsulas/mês), dapaglifozina 10 mg (30 cápsulas/mês), duloxetina 30 mg (30 cápsulas/mês), insulina glargina u 100, 20 unidades (30 unidades/mês), vildagliptina 50 mg (60 cápsulas/mês), ciprofibrato 100 mg (30 cápsulas/mês), rosuvastatina 10 mg (30 cápsulas/mês), losartana 50 mg (60 cápsulas/mês), gliclazida 60 mg (60 cápsulas/mês), metformina 850 mg (90 cápsulas/mês), tiras reagentes glicemia capilar (1 unidade/dia), seringas bd para insulina u 30 (30 unidades/mês), lancetas para glicemia capilar (3 unidades/dia) - - 09/10/2018 - recebidos os autos do tribunal de justiça.	MEDICAMENTO
490	1021480- 42.2016.8.26.0071	54572/2016	21/10/2016	Mandado de Segurança	14/10/2016	16/11/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: absorventes griátricos - - 19/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
491	1020935- 69.2016.8.26.0071	54781/2016	24/10/2016	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

492	1022058-05.2016.8.26.0071	55706/2016	27/10/2016	Mandado de Segurança	26/10/2016	14/12/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante de enoxaparina sódica 40 mg (15 injeções), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 23/11/2017 - ecebidos os autos do tribunal de justiça - data do julgamento: 22/08/2017 trânsito em julgado: tipo de julgamento: acórdão decisão: negaram provimento ao apelo e ao reexame necessário. - - 26/03/2018 - arquivado definitivamente	MEDICAMENTO
493	1018443-07.2016.8.26.0071	55722/2016	27/10/2016	Outros Procedimentos	24/10/2016	31/01/2017 - julgo procedente o pedido, formulado por contra o município de Bauru e a fazenda pública do estado de são paulo, determinando que os requeridos forneçam a autora: azitromicina 500 mg (um comprimido em dias alternados), seebri 50 mg (uma unidade ao dia), dexas 500 mg (um comprimido em dias alternados), relvar 200/25 mcg (duas unidades ao dia), anafranil sr 75 mg (dois comprimidos ao dia), champix 0,5 mg (um comprimido branco ao dia, do 1º ao 3º dia, e dois comprimidos brancos do 4º ao 7º dia) e champix (dois comprimidos azuis ao dia do 8º ao 14º dia, e dois comprimidos azuis ao dia a partir do 15º dia até o fim do tratamento) conforme prescrição médica de fls. 91/92, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 18/10/2018 - ecebidos os autos do tribunal de justiça - data do julgamento: 18/07/2018 trânsito em julgado: tipo de julgamento: acórdão decisão: negaram provimento aos apelos e deram parcial provimento ao reexame necessário v.u. situação do provimento: provimento em parte.	MEDICAMENTO
494	1019255-49.2016.8.26.0071	56188/2016	01/11/2016	Outros Procedimentos	24/10/2016	31/01/2017 - julgo procedente o pedido, formulado por ... contra a secretaria municipal de saúde, determinando que o requerido forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - - 08/03/2018 - arquivado provisoriamente -	FRALDA
495	1022009-61.2016.8.26.0071	56234/2016	01/11/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
496	1022702-45.2016.8.26.0071	56247/2016	01/11/2016	Mandado de Segurança	27/10/2016	13/12/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas hipoalergênicas - - 10/07/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA

497	1022587- 24.2016.8.26.0071	56841/2016	04/11/2016	Mandado de Segurança	26/10/2016	05/12/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 19/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
498	1022430- 51.2016.8.26.0071	56842/2016	04/11/2016	Mandado de Segurança	31/10/2016	25/11/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 09/06/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
499	1022376- 85.2016.8.26.0071	56862/2016	04/11/2016	Mandado de Segurança	31/10/2016	16/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - -	FRALDA
500	1022508- 45.2016.8.26.0071	56868/2016	04/11/2016	Mandado de Segurança	25/10/2016	11/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "m" 120 (cento e vinte) unidades por mês, conforme receituário de fls. 15, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 10/07/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
501	1022659- 11.2016.8.26.0071	56950/2016	04/11/2016	Mandado de Segurança	27/10/2016	29/11/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas -	FRALDA
502	1022684- 24.2016.8.26.0071	56953/2016	04/11/2016	Mandado de Segurança	27/10/2016	30/11/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 19/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
503	1022682- 54.2016.8.26.0071	57308/2016	07/11/2016	Mandado de Segurança	31/10/2016	19/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 29/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
504	1020312- 05.2016.8.26.0071	58136/2016	10/11/2016	Outros Procediment os	07/11/2016	- 24/02/2017 - Procedente terapia intensiva - pediasuit	INSUMOS/MATE RIAL HOSPITALAR
505	1023600- 58.2016.8.26.00714	58175/2016	10/11/2016	Mandado de Segurança	08/11/2016	12/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 28/04/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA

506	1020816-11.2016.8.26.0071	58628/2016	11/11/2016	Outros Procedimentos		21/06/2017 - falecimento da autora. por tratar-se de direito personalíssimo, houve a perda do objeto da ação. ante o exposto, julgo extinta a presente ação de obrigação de fazer.	TRANSPORTE
507	1023601-43.2016.8.26.0071	58591/2016	11/11/2016	Mandado de Segurança	08/11/2016	14/12/2016 - concedo parcialmente a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - - 09/03/2018 - arquivado definitivamente.	FRALDA
508	1023214-28.2016.8.26.0071	58581/2016	11/11/2016	Mandado de Segurança	07/11/2016	14/12/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - - 07/11/2017 - arquivado definitivamente.	FRALDA
509	1024693-56.2016.8.26.0071	59989/2016	21/11/2016	Mandado de Segurança	17/11/2016	11/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho - - - 25/07/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
510	1017125-86.2016.8.26.0071	60403/2016	22/11/2016	Mandado de Segurança	18/11/2016	11/01/2017 - ratifico a liminar de fls. 30/31 e CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada, para que o impetrado forneça ao impetrante: FRALDAS DESCARTÁVEIS TAMANHO "P" 180 (cento e oitenta) unidades por mês conforme receituário de fls. 24, e julgo extinto o processo.	FRALDA
511	1023414-35.2016.8.26.0071	60616/2016	22/11/2016	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
512	1024734-23.2016.8.26.0071	60817/2016	23/11/2016	Mandado de Segurança	18/11/2016	11/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - - 19/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
513	1024842-52.2016.8.26.0071	60811/2016	23/11/2016	Mandado de Segurança	18/11/2016	11/01/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - - 07/07/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
514	1024430-24.2016.8.26.0071	61184/2016	24/11/2016	Mandado de Segurança	21/11/2016	11/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas descartáveis - - - 02/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA

515	1024968-05.2016.8.26.0071	61181/2016	24/11/2016	Mandado de Segurança	22/11/2016	11/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 01/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
516	1024433-76.2016.8.26.0071	61187/2016	24/11/2016	Mandado de Segurança	18/11/2016	16/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 07/05/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
517	1024733-38.2016.8.26.0071	61578/2016	25/11/2016	Mandado de Segurança	21/11/2016	16/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 13/09/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
518	1023364-09.2016.8.26.0071	61927/2016	28/11/2016	Mandado de Segurança	23/11/2016	12/01/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 27/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
519	1025310-16.2016.8.26.0071	63413/2016	02/12/2016	Mandado de Segurança	29/11/2016	19/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (180 unidades por mês), e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 07/05/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
520	1016444-19.2016.8.26.0071	63858/2016	05/12/2016	Mandado de Segurança	30/11/2016	13/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas -	FRALDA
521	1026128-65.2016.8.26.0071	64223/2016	06/12/2016	Mandado de Segurança	30/11/2016	16/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 07/05/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA

522	1026154-63.2016.8.26.0071	64890/2016	07/12/2016	Mandado de Segurança	01/12/2016	16/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à parte impetrante dieta enteral líquida normocalórica, normoproteica, normolipídica, isenta de sacarose, lactose, glúten, acrescida de fibras (1500 ml por dia / 47 litros por mês), conforme prescrição médica de fls. 12, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 05/07/2017 - recebidos os autos do tribunal de justiça - data do julgamento: 24/04/2017 trânsito em julgado: tipo de julgamento: acórdão decisão: negaram provimento ao recurso - - 07/03/2018 - arquivado definitivamente	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
523	1022799-45.2016.8.26.0071	66651/2016	14/12/2016	Mandado de Segurança	02/12/2016	25/01/2017 - concedo a segurança pleiteada José Rosa Brito contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "exg" 150 (c - - 07/07/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
524	1027795-86.2016.8.26.0071	66805/2016	14/12/2016	Mandado de Segurança	12/12/2016	25/01/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas.	FRALDA
525	1027791-49.2016.8.26.0071	66810/2016	14/12/2016	Mandado de Segurança	12/12/2016	27/01/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 18/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
526	1027797-56.2016.8.26.0071	67266/2016	15/12/2016	Mandado de Segurança	12/12/2016	20/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 25/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
527	1027895-41.2016.8.26.0071	67412/2016	16/12/2016	Mandado de Segurança	13/12/2016	17/02/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 16/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
528	1028484-33.2016.8.26.0071	67796/2016	19/12/2016	Mandado de Segurança	15/12/2016	25/01/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 29/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
529	0000734-56.2016.8.26.0594	68871/2016	26/12/2016	Outros Procedimentos	16/01/2017	02/05/2017 - Extinto - Falecimento	INTERNAÇÃO

530	1026125-13.2016.8.26.0071	1732/2017	10/01/2017	Mandado de Segurança	30/11/2016	27/01/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 02/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
531	1028256-58.2016.8.26.0071	2022/2017	11/01/2017	Mandado de Segurança	19/12/2016	23/10/2018 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do diretor do departamento regional de saúde de Bauru (drs-vi), para que o impetrado providencie o fornecimento a impetrante do medicamento jakavi (ruxolitinibe) 5mg - 2 (duas) cápsulas ao dia -	MEDICAMENTO
532	1027322-03.2016.8.26.0071	2255/2017	12/01/2017	Mandado de Segurança	17/12/2016	03/03/2017 - julgo procedentes os pedidos da presente ação de mandado de segurança, para tornar definitiva a liminar deferida e determinar ao diretor do departamento regional de saúde da secretaria do estado de saúde em Bauru- drs vi e ao secretário municipal de saúde de Bauru, o fornecimento mensal de 240 fraldas bigfral, tamanho extra g, por tempo indeterminado, até a convalescença, efetivando o tratamento de saúde de que o autor necessita. - - 13/03/2018 - recebidos os autos do tribunal de justiça - - 13/07/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
533	1029214-44.2016.8.26.0071	2375/2017	12/01/2017	Mandado de Segurança	09/01/2017	31/01/2017 - concedo a segurança pleiteada margarida emilia dos santos lima contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 18/04/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
534	1000176-50.2017.8.26.0071	2576/2017	13/01/2017	Mandado de Segurança	11/01/2017	29/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 30/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
535	1000182-57.2017.8.26.0071	2588/2017	13/01/2017	Mandado de Segurança		20/06/17 - Apelação - Reexame Necessário - medicamento "Concerta Metilfenidato 54 Mg/cp"	MEDICAMENTO
536	1000059--59.2017.8.26.0071	3257/2017	17/01/2017	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
537	1022506-75.2016.8.26.0071	3954/2017	20/01/2017	Mandado de Segurança	25/10/2016	13/12/2016 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do diretor do departamento regional de saúde de Bauru (drs-vi), para que o impetrado providencie o agendamento do exame de ressonância magnética de crânio.	EXAME

538	1027813-10.2016.8.26.0071	3904/2017	20/01/2017	Mandado de Segurança		24/03/2017 - denego o mandado de segurança impetrado por em face de ato cometido pelo município de Bauru e departamento de água e esgoto de Bauru - dae -	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
539	1001044-28.2017.8.26.0071	4691/2017	25/01/2017	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
540	1001131-81.2017.8.26.0071	5069/2017	27/01/2017	Mandado de Segurança	23/01/2017	02/03/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
541	1001130-96.2017.8.26.0071	5071/2017	27/01/2017	Mandado de Segurança	23/01/2017	02/03/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 15/12/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
542	1029188-46.2016.8.26.0071	5397/2017	30/01/2017	Mandado de Segurança	21/06/2017	- FORNECIMENTO DE PROFISSIONAL CUIDADOR PARA AUXILIAR ANTE APÓS A INTERVENÇÃO CIRÚRGICA QUE EXIGE REPOUSO ABSOLUTO E IMOBILIZAÇÃO NO PÓS-FORNECIMENTO DE PROFISSIONAL CUIDADOR PARA AUXILIAR A IMPETRANTE APÓS A INTERVENÇÃO CIRÚRGICA QUE EXIGE REPOUSO ABSOLUTO E IMOBILIZAÇÃO NO PÓS-05/06/18 - Negaram provimento aos recursos. V. U. - APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO - OPERATÓRIO CRIANÇA PORTADORA DE PARALISA CEREBRAL DIPLÉGICA ESPÁSTICA ASSOCIADA À HIDROCEFALIA	CUIDADOR/HOME CARE
543	1001634-05.2017.8.26.0071	5385/2017	30/01/2017	Mandado de Segurança	26/01/2017	21/02/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 09/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
544	1000225-91.2017.8.26.0071	5384/2017	30/01/2017	Mandado de Segurança	12/01/2017	21/02/2017 - concedo a segurança pleiteada contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 31/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
545	1028482-63.2016.8.26.0071	5708/2017	31/01/2017	Mandado de Segurança	25/01/2017	15/03/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 25/09/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA

546	1027919- 69.2016.8.26.0071	5826/2017	01/02/2017	Mandado de Segurança	21/06/2017	13/03/19 - Apelação - RECURSO OFICIAL E APELO VOLUNTÁRIO. AMBOS DESPROVIDOS	MEDICAMENTO
547	1000064- 81.2017.8.26.0071	5983/2017	01/02/2017	Mandado de Segurança		01/08/18 - Apelação / Remessa Necessária - REALIZAÇÃO DE CONSULTA MÉDICA ESPECÍFICA. SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA. PROCEDIMENTO QUE FOI REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR À PROLAÇÃO DA SENTENÇA. HIPÓTESE DE EXTINÇÃO DO FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO	CONSULTA MÉDICA
548	1029426- 65.2016.8.26.0071	6666/2017	06/02/2017	Mandado de Segurança	27/01/2017	15/03/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "exg" 180 (cento e oitenta) unidades por mês, conforme receituário de fls. 17 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 09/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
549	1002273- 23.2017.8.26.0071	6793/2017	06/02/2017	Mandado de Segurança	01/02/2017	22/06/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do diretor do departamento regional de saúde de Bauru (drs-vi), para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante: suplemento alimentar com tgfb-2 (modulen/bd), 6 colheres medidas em 210 ml de água, 2x ao dia, 8 latas/mês, conforme prescrição médica de fls. 24, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 04/07/2017 - remetido ao dje - relação: 0518/2017 teor do ato: vistos.o município de Bauru opôs embargos de declaração apontando erro material com relação ao nome da autoridade impetrada que aparece no dispositivo da sentença, ... "ficam ratificados os demais termos da sentença.intimem-se. advogados(s): ... - - 24/08/2018 - arquivado definitivamente	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
550	1002472- 45.2017.8.26.0071	6953/2017	07/02/2017	Mandado de Segurança	02/02/2017	20/04/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 14/08/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
551	1002684- 66.2017.8.26.0071	7242/2017	08/02/2017	Mandado de Segurança	06/02/2017	27/04/2017 - concedo a segurança pleiteada francisco aparecido magalhaes contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 18/10/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA

552	1002630-03.2017.8.26.0071	7654/2017	09/02/2017	Outros Procedimentos	06/02/2017	07/04/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "g" 150 (cento e cinquenta) unidades por mês, conforme receituário de fls. 20 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 21/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
553	1001365-63.2017.8.26.0071	7662/2017	09/02/2017	Outros Procedimentos	03/02/2017	26/07/2017 - julgo procedente a presente ação proposta por contra prefeitura municipal de Bauru, determinando que a requerida apresente laudos, prontuários médicos e demais documentos constantes no atendimento de olímpio akio yagi, e julgo extinto o processo - - 25/05/2018 - arquivado definitivamente -	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
554	1002836-17.2017.8.26.0071	7640/2017	09/02/2017	Mandado de Segurança	06/02/2017	06/06/2017 - concedo a segurança pleiteada pro contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 19/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
555	1002633-55.2017.8.26.0071	7799/2017	10/02/2017	Mandado de Segurança	06/02/2017	11/04/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 14/04/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
556	1019626-13.2016.8.26.0071	8144/2017	13/02/2017	Outros Procedimentos	08/02/2017	04/09/2017 - ***considerando o ofício do colendo superior tribunal de justiça (n. 222/2017 - nugep, de 03 de maio de 2017), encaminhado pela egrégia presidência deste tribunal de justiça, no qual foi comunicada a afetação do recurso especial nº 1657156 para uniformização da matéria referente à "obrigatoriedade de fornecimento, pelo estado, de medicamentos não contemplados na portaria nº 2.982/2009 do ministério da saúde (programa de medicamentos excepcionais)", bem como a determinação de "suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre idêntica questão e que tramitem no território nacional (art. 1.037, ii do cpc)", providencie a serventia as anotações necessárias no saí para a respectiva suspensão do trâmite deste processo -	MEDICAMENTO

557	1002473-30.2017.8.26.0071	8174/2017	13/02/2017	Mandado de Segurança	03/02/2017	19/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do diretor do departamento regional de saúde de Bauru (drs-vi), para que o impetrado providencie o fornecimento à impetrante: dieta enteral em pó normocalórica e normoproteica, 1.0 kcal/ml, com fibras, sem sacarose, (17 postes de 800g ao mês), conforme prescrição nutricional de fls. 13, óxido de zinco + óleo de fígado de bacalhau + vitamina a e d3 (04 tubos ao mês) e clotrimazol 10 mg/g (01 bisnaga ao mês), conforme receituário de fls. 15 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	MEDICAMENTO
558	1028486-03.2016.8.26.0071	8978/2017	16/02/2017	Mandado de Segurança	14/02/2017	05/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 10/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
559	1003858-13.2017.8.26.0071	9238/2017	17/02/2017	Mandado de Segurança	15/02/2017	15/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 30/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
560	1003666-80.2017.8.26.0071	9240/2017	17/02/2017	Mandado de Segurança	31/03/2017	30/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 30/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
561	1003852-06.2017.8.26.0071	9600/2017	20/02/2017	Mandado de Segurança	15/02/2017	05/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 07/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
562	1003859-95.2017.8.26.0071	9760/2017	21/02/2017	Mandado de Segurança	16/02/2017	09/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 10/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
563	1004331-96.2017.8.26.0071	10279/2017	23/02/2017	Mandado de Segurança	21/02/2017	04/05/2017 - oncedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 21/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
564	1004810-89.2017.8.26.0071	10529/2017	24/02/2017	Mandado de Segurança	22/02/2017	09/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas t - - 02/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA

565	1004809-07.2017.8.26.0071	11014/2017	02/03/2017	Mandado de Segurança	22/02/2017	18/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 09/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
566	0025996-25.2016.8.26.0071	11047/2017	02/03/2017	Outros Procedimentos		26/11/16 - foram encontradas em situação precária de higiene e saúde, sendo que uma delas precisou ser internada devido a uma hérnia	INTERNAÇÃO
567	1018946-62.2015.8.26.0071	11145/2017	03/03/2017	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	CIRURGIA
568	1005273-31.2017.8.26.0071	11542/2017	06/03/2017	Mandado de Segurança	01/03/2017	09/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 22/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
569	1005278-53.2017.8.26.0071	12074/2017	07/03/2017	Mandado de Segurança	01/03/2017	17/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 10/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
570	1004928-65.2017.8.26.0071	12080/2017	07/03/2017	Outros Procedimentos	03/03/2017	04/07/2017 - julgo procedente o pedido, formulado por contra prefeitura municipal de Bauru, determinando que o requerido forneça ao requerente: dieta líquida polimérica hipercalórica 1,5 cal/ml, hiperproteica com fibras 1,5l/dia - 45l/mês, - - 16/04/2018 - arquivado definitivamente -	MEDICAMENTO
571	1005750-54.2017.8.26.0071	12502/2017	09/03/2017	Mandado de Segurança	07/03/2017	26/06/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 24/01/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
572	0000421-12.2017.4.03.6325	13322/2017	14/03/2017	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	FRALDA
573	1004391-69.2017.8.26.0071	13428/2017	14/03/2017	Outros Procedimentos	03/03/2017	24/04/2017 - julgo procedente o pedido formulado por ... em face do município de Bauru, determinando que este forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - - 18/08/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA

574	1028274- 79.2016.8.26.0071	13652/2017	15/03/2017	Outros Procediment os		06/09/2017 - trata-se de obrigação de fazer c/c indenização por danos materiais e morais em face da empresa de transporte coletivo grande Bauru Ltda e prefeitura municipal de Bauru.às fls. 183/184 a requerente e a requerida transporte coletivo grande Bauru Ltda firmaram termo de acordo para pagamento das verbas indenizatórias.intimada a ser manifestar, a requerida prefeitura municipal de Bauru nada opôs ao referido acordo (fl. 190).ante o exposto, homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 183/184 celebrado entre as partes, e julgo extinto o processo com resolução do mérito -	DANO MATERIAL E MORAL
575	1008428- 42.2017.8.26.0071	17573/2017	30/03/2017	Mandado de Segurança	28/03/2017	29/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 02/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
576	1008756- 69.2017.8.26.0071	18149/2017	03/04/2017	Mandado de Segurança	30/03/2017	17/04/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à parte impetrante das agulhas bd ultra fine curta 31g de 8mm (30 unidades por mês), conforme prescrição médica de fls. 13, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 08/11/2017 - arquivado definitivamente -	MEDICAMENTO
577	1008910- 87.2017.8.26.0071	18460/2017	04/04/2017	Mandado de Segurança	31/03/2017	15/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 21/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
578	1007348- 43.2017.8.26.0071	19253/2017	06/04/2017	Mandado de Segurança		17/04/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à impetrante transporte de sua casa até o hospital estadual de Bauru nos dias de tratamento de hemodiálise (03 vezes por semana), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo - - 21/02/2018 - arquivado definitivamente -	TRANSPORTE
579	1014266- 97.2016.8.26.0071	23570/2017	27/04/2017	Mandado de Segurança	03/08/2016	13/06/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 06/11/2018 - ciência da baixa dos autos, bem como da certidão do trânsito em julgado. nada requerido em 30 dias, os autos serão remetidos ao arquivo. -	FRALDA

580	1011303-82.2017.8.26.0071	23569/2017	27/04/2017	Mandado de Segurança	24/04/2017	19/05/2017 - precedentes do stf e do stj recurso improvido. (ac nº 0036412-28.2011.8.26.0071, tjesp, dês. rel. josé luiz gavião de almeida)."ante o exposto, rejeito a preliminar arguida, ratifico a liminar de fls. 26/27 e concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 09/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
581	1011418-06.2017.8.26.0071	23840/2017	28/04/2017	Mandado de Segurança	25/04/2017	13/06/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 08/06/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
582	1028861-04.2016.8.26.0071	23847/2017	28/04/2017	Mandado de Segurança	24/04/2017	22/06/2017 - concedo a segurança pleiteada por e contra ato do diretor técnico do departamento regional de saúde de Bauru - drs vi, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante de: fitas reagentes para glicosímetro (60 unidades por mês) - - 15/05/2018 - arquivado definitivamente -	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
583	1012067-68.2017.8.26.0071	25067/2017	04/05/2017	Mandado de Segurança	02/05/2017	24/05/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho - - 10/11/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA
584	0011201-77.2017.8.26.0071	26640/2017	11/05/2017	Outros Procedimentos	09/05/2017	05/06/2017 - julgo procedente o pedido formulado por contra prefeitura municipal de Bauru, para condenar a ré que providencie o fornecimento de 06 (seis) fraldas geriátricas - - 31/08/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
585	1013047-15.2017.8.26.0071	26927/2017	12/05/2017	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
586	1009105-72.2017.8.26.0071	27210/2017	15/05/2017	Mandado de Segurança	10/05/2017	- 05/06/217 - julgo procedente pedido	FRALDA
587	1013206-55.2017.8.26.0071	27272/2017	15/05/2017	Outros Procedimentos	15/05/2017	28/07/2017 - autor falecido - julgo extinto a presente ação movida por contra hospital estadual de Bauru e prefeitura municipal de Bauru, sem resolução de mérito - - 02/03/2018 - arquivado definitivamente -	INTERNAÇÃO
588	1012765-74.2017.8.26.0071	27284/2017	15/05/2017	Mandado de Segurança	09/05/2017	04/07/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 08/08/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA

589	1025667-93.2016.8.26.0071	27622/2017	16/05/2017	Outros Procedimentos		27/07/2017 - julgo procedente o pedido, determinando à requerida que entregue à autora as cópias dos prontuários de atendimento das upa's do mary dota e do geisel, - - 27/03/2018 - arquivado definitivamente -	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
590	1012484-21.2017.8.26.0071	27835/2017	17/05/2017	Mandado de Segurança	10/05/2017	19/06/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 21/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
591	1013215-17.2017.8.26.0071	27840/2017	17/05/2017	Mandado de Segurança	15/05/2017	27/11/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que a autoridade impetrada proceda à disponibilização da vaga para internação hospitalar de que a parte impetrante necessita, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 28/06/2018 - arquivado definitivamente -	INTERNAÇÃO
592	1011147-94.2017.8.26.0071	28122/2017	17/05/2017	Mandado de Segurança	08/05/2017	10/11/2017 - julgo procedentes os pedidos da presente ação de mandado de segurança, para tornar definitiva a liminar deferida e determinar ao Diretor do Departamento Regional de Saúde de Bauru-DRS VI e ao Secretário Municipal de Saúde de Bauru o fornecimento do guincho para realização de transferência, em Y, até a convalescença, efetivando o tratamento de saúde.	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
593	1012876-58.2017.8.26.0071	28123/2017	17/05/2017	Outros Procedimentos	16/05/2017	04/07/2017 - julgo procedente o pedido, formulado por contra o diretor do departamento regional de saúde de Bauru (drs vi), determinando que o requerido forneça ao autor o tratamento: oxigenoterapia hiperbárica (60 sessões), - - 10/08/2017 - erro material constante na sentença de fls. 123/124 cujo o dispositivo passa a ser assim lançado: "posto isso, ratifico a decisão de fls. 35/36 e julgo parcialmente procedente o pedido, formulado por contra o prefeitura municipal de Bauru, determinando que o requerido forneça ao autor o tratamento: oxigenoterapia hiperbárica (60 sessões) - - 06/02/2018 - e. tribunal.(trânsito em julgado com condenação) diante do trânsito em julgado, fica o credor intimado a iniciar o incidente de cumprimento de sentença - - 07/05/2018 - arquivado definitivamente -	MEDICAMENTO
594	1014030-14.2017.8.26.0071	29514/2017	25/05/2017	Outros Procedimentos	23/05/2017	17/08/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - - 06/10/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA

595	1013622- 23.2017.8.26.0071	29516/2017	25/05/2017	Outros Procediment os	22/05/2017	27/03/2018 - julgo parcialmente procedente o pedido formulado por contra a prefeitura municipal de Bauru, determinando que a requerida providencie o imediato agendamento da cirurgia de que o requerente necessita, bem como o respectivo tratamento necessário (inclusive cirúrgico), conforme encaminhamento médico de (fls. 17/18), e extinto o processo, com resolução de mérito - - 14/08/2018 - arquivado definitivamente -	CIRURGIA
596	1009196- 65.2017.8.26.0071	30113/2017	29/05/2017	Outros Procediment os	31/03/2017	21/02/2018 - julgo parcialmente procedente o pedido, formulado por contra a fazenda pública do estado de são paulo e outro, determinando que a parte requerida disponibilize a vaga para a internação do requerente, uma vez que o autor demonstrou a necessidade da internação solicitada - - 28/11/2018 - fica o apelado intimado a apresentar contrarrazões ao recurso de apelação, no prazo de 15 dias. após remetam-se os autos ao e. tribunal de justiça de são paulo -	INTERNAÇÃO
597	1000546- 29.2017.8.26.0071	30116/2017	29/05/2017	Outros Procediment os	07/04/2017	31/08/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da prefeitura municipal de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - - 19/06/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
598	0012719- 05.2017.8.26.0071	30114/2017	29/05/2017	Outros Procediment os	01/06/2017	22/09/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça à requerente 06 (seis) fraldas descartáveis geriátricas - - 06/11/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
599	0012767- 61.2017.8.26.0071	30512/2017	31/05/2017	Outros Procediment os	26/05/2017	05/09/2017 - julgo procedente o pedido pleiteado por contra ato da prefeitura municipal de Bauru, para que a requerida forneça à parte autora fraldas geriátricas descartáveis - - 28/09/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
600	0012766- 76.2017.8.26.0071	30566/2017	31/05/2017	Outros Procediment os	26/05/2017	09/08/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - - 17/10/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
601	1014641- 64.2017.8.26.0071	30570/2017	31/05/2017	Mandado de Segurança	29/05/2017	03/07/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 07/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA

602	1015002-81.2017.8.26.0071	31444/2017	05/06/2017	Mandado de Segurança	30/05/2017	03/07/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho - - 26/02/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
603	1015016-65.2017.8.26.0071	31962/2017	06/06/2017	Mandado de Segurança	30/05/2017	10/07/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 11/06/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
604	1014156-64.2017.8.26.0071	33156/2017	09/06/2017	Outros Procedimentos	25/05/2017	27/04/2018 - fulcra-se na efetiva e real necessidade da requerente submeter-se ao tratamento de terapia intensiva através do Protocolo PediSuit por 3 horas diárias, 5 dias na semana, durante o período de 1 mês, - devendo ser repetido a cada 4 meses, por tempo indeterminado. Sendo assim, defiro as provas úteis tempestivamente requeridas	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
605	1008365-17.2017.8.26.0071	33351/2017	09/06/2017	Mandado de Segurança		SEGredo DE JUSTIÇA	SEGredo DE JUSTIÇA
606	1009105-72.2017.8.26.0071	33664/2017	12/06/2017	Outros Procedimentos		29/08/17 - Apelação - Reexame Necessário - RECURSO OFICIAL DESPROVIDO	FRALDA
607	1015916-48.2017.8.26.0071	34004/2017	13/06/2017	Mandado de Segurança	07/06/2017	10/07/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 20/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
608	0014457-28.2017.8.26.0071	34974/2017	19/06/2017	Outros Procedimentos	13/06/2017	22/09/2017 - julgo procedente o pedido formulado por ... em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - - 31/10/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
609	1016762-65.2017.8.26.0071	36046/2017	22/06/2017	Mandado de Segurança	20/06/2017	14/07/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 15/12/2017 - arquivado definitivamente -	FRALDA

610	0014956-12.2017.8.26.0071	36139/2017	23/06/2017	Outros Procedimentos	20/06/2017	27/09/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - - 29/11/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
611	1015680-96.2017.8.26.0071	36242/2017	23/06/2017	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
612	1017274-48.2017.8.26.0071	36483/2017	26/06/2017	Mandado de Segurança	22/06/2017	23/02/2018 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 14/11/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
613	1017058-87.2017.8.26.0071	36780/2017	27/06/2017	Outros Procedimentos	22/06/2017	03/10/2017 - decido.considerando o ofício do colendo superior tribunal de justiça (n. 222/2017 nugep, de 03 de maio de 2017), encaminhado pela egrégia presidência deste tribunal de justiça, no qual foi comunicada a afetação do recurso especial nº 1657156 para uniformização da matéria referente à "obrigatoriedade de fornecimento, pelo estado, de medicamentos não contemplados na portaria nº 2.982/2009 do ministério da saúde (programa de medicamentos excepcionais)", bem como a determinação de "suspensão do processamento de todos os processos pendentes, individuais e coletivos, que versem sobre idêntica questão e que tramitem no território nacional (art. 1.037, ii do cpc)", providencie a serventia as anotações necessárias no saí para a respectiva suspensão do trâmite deste processo.	FRALDA
614	1016991-25.2017.8.26.0071	36782/2017	27/06/2017	Mandado de Segurança	20/06/2017	10/07/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 17/07/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
615	1017739-91.2016.8.26.0071	37393/2017	29/06/2017	Outros Procedimentos	27/06/2017	26/07/2018 - julgo extinta a presente ação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, vi, do código de processo civil. em razão da sucumbência dos requeridos, considerando o disposto no artigo 85, § 2º, i a iv, e § 10, do cpc, bem como o fato de não se tratar de causa de grande complexidade - - -	INTERNAÇÃO

616	1017883-31.2017.8.26.0071	37801/2017	30/06/2017	Outros Procedimentos	27/06/2017	05/12/2017 - julgo procedente o pedido formulado por contra a fazenda pública do estado de são paulo, determinando que a requerida providencie o imediato agendamento da cirurgia de que o requerente necessita, bem como o respectivo tratamento necessário (inclusive cirúrgico), conforme encaminhamento médico - - 05/06/2018 - arquivado definitivamente -	CONSULTA MÉDICA
617	0015369-25.2017.8.26.0071	37807/2017	30/06/2017	Outros Procedimentos	27/06/2017	16/10/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas -	FRALDA
618	1016503-70.2017.8.26.0071	38033/2017	03/07/2017	Mandado de Segurança		10/06/19 - APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA - APELOS VOLUNTÁRIOS NÃO PROVIDOS.	MEDICAMENTO
619	1018292-07.2017.8.26.0071	38152/2017	03/07/2017	Mandado de Segurança	30/06/2017	08/08/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretario municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento ao impetrante de: dieta enteral industrializada, líquida, pronto uso, hipercalórica (1,5kcal/ml), hiperproteica (0,075g/ml), na quantidade de 1,5 litro ao dia, -	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
620	0016018-87.2017.8.26.0071	38263/2017	04/07/2017	Outros Procedimentos	30/06/2017	07/02/2018 - julgo extinto o processo sem exame do mérito – falecimento do autor - -	FRALDA
621	1018694-88.2017.8.26.0071	39544/2017	10/07/2017	Mandado de Segurança	04/07/2017	27/07/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do diretor técnico do departamento regional de saúde de Bauru - drs vi, para que o impetrado providencie o fornecimento à parte impetrante do suplemento: dieta enteral líquida normocalórica, normoproteica, isenta de sacarose, lactose e glúten - - 04/10/2017 - remetidos os autos para o tribunal de justiça/colégio recursal.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
622	1018771-97.2017.8.26.0071	39874/2017	11/07/2017	Mandado de Segurança	05/07/2017	16/02/2018 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 14/11/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
623	1018563-16.2017.8.26.0071	40104/2017	12/07/2017	Outros Procedimentos	06/07/2017	21/03/2018 - julgo improcedente a presente demanda, e, extinto o processo - - 13/04/2018 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	CUIDADOR/HOM E CARE

624	0016789- 65.2017.8.26.0071	40788/2017	14/07/2017	Outros Procediment os	12/07/2017	29/09/2017 - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, determinando que esta forneça a(o) requerente FRALDAS DESCARTÁVEIS GERIÁTRICAS - tamanho "G" (120 unidades por mês).	FRALDA
625	0017139- 53.2017.8.26.0071	41812/2017	20/07/2017	Outros Procediment os	12/07/2017	28/09/2017 - JULGO PROCEDENTE O PEDIDO.	FRALDA
626	1019701- 18.2017.8.26.0071	42698/2017	25/07/2017	Mandado de Segurança	19/07/2017	11/08/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "eg" 180 (cento e oitenta).	FRALDA
627	1020571- 63.2017.8.26.0071	42774/2017	25/07/2017	Mandado de Segurança	19/07/2017	08/08/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (90 unidades por mês) -	FRALDA
628	1020866- 03.2017.8.26.0071	43398/2017	27/07/2017	Mandado de Segurança	21/07/2017	18/08/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 08/06/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
629	1021437- 71.2017.8.26.0071	44267/2017	02/08/2017	Mandado de Segurança	27/07/2017	25/08/2017 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 31/08/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
630	1021806- 65.2017.8.26.0071	45164/2017	07/08/2017	Mandado de Segurança	31/07/2017	22/08/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis - - 08/06/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
631	0019044- 93.2017.8.26.0071	45157/2017	07/08/2017	Outros Procediment os	02/08/2017	13/09/2017 - falecimento do autor - julgo extinto o processo sem exame do mérito com fundamento no artigo 485, inciso ix, do cpc.revogo a tutela provisória - - 28/09/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa.	FRALDA
632	1021821- 34.2017.8.26.0071	45151/2017	07/08/2017	Mandado de Segurança	31/07/2017	24/08/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis - - 17/10/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA

633	1022068- 15.2017.8.26.0071	45437/2017	08/08/2017	Mandado de Segurança	04/08/2017	30/08/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado providencie o fornecimento à parte impetrante do medicamento "dieta líquida polimérica normocalórica 1.0 cal/ml, hiperproteica suplementada com arginina - 06/04/2018 - recebidos os autos do tribunal de justiça - 18/04/2018 - remetido ao dje - relação: 0310/2018 teor do ato: ciência as partes acerca do retorno dos autos do e. tribunal.(gratuidade e/ou sem condenação) ante o trânsito em julgado, e não havendo dívida pendente, arquivem-se - 11/06/2018 - arquivado definitivamente.	ALIMENTAÇÃO ESPECIAL
634	1021649- 92.2017.8.26.0071	45618/2017	09/08/2017	Outros Procediment os	03/08/2017	25/07/2018 - não obstante a súmula 37 do tribunal de justiça estabelecer que "a ação para fornecimento de medicamento e afins pode ser proposta em face de qualquer pessoa jurídica de direito público interno", a fim de se evitar gastos desnecessários pela administração pública ou tumulto processual, compelindo órgãos distintos ao atendimento do mesmo pedido, providencie a parte autora a emenda à petição inicial, indicando apenas uma das autoridades requeridas para figurar no polo passivo da presente ação. - - 26/11/2018 - conclusos para decisão -	MEDICAMENTO
635	0019195- 59.2017.8.26.0071	46308/2017	11/08/2017	Outros Procediment os	08/08/2017	28/09/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - - 08/11/2017 - baixa definitiva -	FRALDA
636	1000059- 59.2017.8.26.0071	47227/2017	16/08/2017	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
637	1022922- 09.2017.8.26.0071	47503/2017	17/08/2017	Mandado de Segurança	11/08/2017	15/09/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas.	FRALDA
638	1023550- 95.2017.8.26.0071	47867/2017	21/08/2017	Mandado de Segurança	17/08/2017	19/09/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - - 16/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
639	1023451- 28.2017.8.26.0071	48485/2017	23/08/2017	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

640	0021320-97.2017.8.26.0071	48582/2017	24/08/2017	Outros Procedimentos	22/08/2017	29/01/2018 - falecimento do autor - julgo extinto o processo sem exame do mérito com fundamento no artigo 485, inciso ix, do código de processo civil.revogo a tutela provisória concedida.	FRALDA
641	1016399-49.2015.8.26.0071	49429/2015	28/08/2017	Mandado de Segurança	25/08/2015	15/09/2015 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito	FRALDA
642	1005138-19.2017.8.26.0071	49350/2017	29/08/2017	Mandado de Segurança		SEGredo DE JUSTIÇA	SEGredo DE JUSTIÇA
643	1023377-71.2017.8.26.0071	49642/2017	30/08/2017	Outros Procedimentos	18/08/2017	19/03/2018 - ulgo procedente medida cautelar antecedente de exibição de documentos ajuizada por contra prefeitura municipal de Bauru, famesp fundação para o desenvolvimento médio e hospitalar famesp e fazenda pública do estado - - 28/11/2018 - trânsito em julgado, proceda-se às devidas anotações de baixa e arquivem-se -	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
644	0018642-12.2017.8.26.0071	49713/2017	30/08/2017	Outros Procedimentos	25/08/2017	27/09/17 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 07/11/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
645	1023476-41.2017.8.26.0071	50761/2017	05/09/2017	Mandado de Segurança		SEGredo DE JUSTIÇA	SEGredo DE JUSTIÇA
646	1023474-71.2017.8.26.0071	50770/2017	05/09/2017	Outros Procedimentos		14/06/19 - Apelação reexame - tratamento médico, psicológico/psiquiátrico, regime hospitalar ou ambulatorial.	CONSULTA MÉDICA
647	1024901-06.2017.8.26.0071	50809/2017	05/09/2017	Mandado de Segurança	30/08/2017	04/10/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "g" 05 (cinco) unidades por dia, totalizando 150 unidades por mês, julgo extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA

648	0022855- 61.2017.8.26.0071	50995/2017	06/09/2017	Outros Procediment os	04/09/2017	16/10/2017 - julgo procedente o pedido formulado por , devidamente representada por sua filha marlene agostinho budoya em face da prefeitura municipal de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "m" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
649	0023338- 91.2017.8.26.0071	51411/2017	11/09/2017	Outros Procediment os	05/09/2017	28/09/2017 - julgo procedente o pedido formulado por maria das dores marculino batista em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "xg" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 08/11/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
650	1023723- 22.2017.8.26.0071	51483/2017	11/09/2017	Outros Procediment os	04/09/2017	03/12/2018 - julgo procedente o pedido proposto por em face do município de Bauru, confirmando a tutela concedida em fls. 24/25, para condenar o réu a providenciar e fornecer à parte autora o medicamento prescrito no receituário -	MEDICAMENTO
651	1024788- 52.2017.8.26.0071	53046/2017	19/09/2017	Mandado de Segurança		08/05/18 - Reexame Necessário	INSUMOS/MATE RIAL HOSPITALAR
652	0024157- 28.2017.8.26.0071	53053/2017	19/09/2017	Outros Procediment os	15/09/2017	27/09/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 07/11/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
653	0024097- 55.2017.8.26.0071	53059/2017	19/09/2017	Outros Procediment os	14/09/2017	27/09/17 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 07/11/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA

654	0024282-93.2017.8.26.0071	53604/2017	21/09/2017	Outros Procedimentos	26/09/2017	05/10/17 - julgo procedente o pedido formulado por ... em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 13/11/2017 - baixa definitiva -	FRALDA
655	1020625-63.2016.8.26.0071	53605/2017	21/09/2017	Mandado de Segurança	23/11/2016	22/08/17 - denegada a segurança - vistos..... julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com base no artigo 485, vi, do código de processo civil.intime-se, servindo cópia da presente sentença como mandado.custas pela gratuidade judiciária.não há condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do artigo 25 da lei 12.016/2009. p. r. i. -	CIRURGIA
656	0024652-72.2017.8.26.0071	54145/2017	25/09/2017	Outros Procedimentos	21/09/2017	05/10/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 14/11/2017 - baixa definitiva -	FRALDA
657	1023606-31.2017.8.26.0071	54178/2017	25/09/2017	Outros Procedimentos	19/09/2017	13/11/2017 - julgo procedente o pedido formulado por contra a fazenda pública do estado de são paulo e prefeitura municipal de Bauru determinando que a requerida providencie a requerente o imediato tratamento de hemodiálise (três sessões por semana), - - 03/04/2018 - remetidos os autos para o tribunal de justiça/colégio recursal - processo digital -	CONSULTA MÉDICA
658	1026950-20.2017.8.26.0071	55625/2017	03/10/2017	Outros Procedimentos	27/09/2017	20/10/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça à requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 16/11/2017 - baixa definitiva -	FRALDA
659	1022220-63.2017.8.26.0071	55672/2017	03/10/2017	Outros Procedimentos		14/11/2018 - solicitação de perícia médica - medicina legal -	DANO MATERIAL E MORAL

660	1027767-84.2017.8.26.0071	56204/2017	05/10/2017	Mandado de Segurança	02/10/2017	19/10/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "extra-g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 22/03/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
661	0002942-27.2017.4.03.6325	56206/2017	05/10/2017	Outros Procedimentos		12/07/18 - Julgado improcedente	INSUMOS/MATERIAL HOSPITALAR
662	1027769-54.2017.8.26.0071	56353/2017	05/10/2017	Mandado de Segurança	02/10/2017	16/11/2017 - oncedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "g" 120 (cento e vinte) unidades por mês, conforme receituário de fls. 19 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 05/09/2018 - recebidos os autos do tribunal de justiça - - 07/11/2018 - rquivado definitivamente -	FRALDA
663	1027936-71.2017.8.26.0071	57023/2017	09/10/2017	Mandado de Segurança	03/10/2017	26/10/17 - CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada por ÂNGELO CARDOSO contra ato do SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BAURU, para que o impetrado forneça à parte impetrante FRALDAS GERIÁTRICAS DESCARTÁVEIS - tamanho "M" (180 unidades por mês)	FRALDA
664	1028215-57.2017.8.26.0071	57466/2017	11/10/2017	Mandado de Segurança	06/10/2017	26/10/18 - concedo a segurança pleiteada por ... contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 22/06/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
665	1028212-05.2017.8.26.0071	57481/2017	11/10/2017	Mandado de Segurança	05/10/2017	01/11/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), conforme receituário de fls. 12 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 08/08/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA

666	1028621- 78.2017.8.26.0071	57824/2017	16/10/2017	Mandado de Segurança	10/10/2017	08/11/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 05/07/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
667	0027050- 89.2017.8.26.0071	58776/2017	20/10/2017	Outros Procediment os	17/10/2017	01/11/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "m" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, - - 21/11/2017 - baixa definitiva -	FRALDA
668	1013185- 79.2017.8.26.0071	59070/2017	23/10/2017	Outros Procediment os	26/06/2017	13/08/18 - denegada a segurança - julgo extinto o processo, proposto por em face de ato do secretário municipal de saúde de Bauru, sem resolução do mérito - - 26/11/2018 - teor do ato: vistos. considerando a certidão de fls. 112, arquivem-se os autos -	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
669	1028701- 42.2017.8.26.0071	59332/2017	24/10/2017	Outros Procediment os		24/01/18 - Defiro as provas úteis e tempestivamente requeridas. Oficie-se ao IMESC solicitando a indicação de médico fisiatra para a realização da perícia que terá como objeto a necessidade e adequação do método objeto do pedido (pediasuit) e a sua eficácia em relação aos tratamentos disponibilizados pelo Poder Público. Com a indicação, aos quesitos e à perícia que deverá ser concluída em trinta dias	CONSULTA MÉDICA
670	1029228- 91.2017.8.26.0071	59355/2017	24/10/2017	Outros Procediment os	19/10/2017	27/11/18 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 27/02/2018 - baixa definitiva -	FRALDA
671	0026763- 29.2017.8.26.0071	59401/2017	24/10/2017	Outros Procediment os		22/11/17 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 13/12/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA

672	1024788-52.2017.8.26.0071	59399/2017	24/10/2017	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
673	1029228-91.2017.8.26.0071	59355/2017	24/10/2017	Outros Procedimentos	19/10/2017	27/11/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 27/02/2018 - baixa definitiva -	FRALDA
674	0027758-42.2017.8.26.0071	59727/2017	25/10/2017	Outros Procedimentos	23/10/2017	09/11/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 05/12/2017 - baixa definitiva -	FRALDA
675	0005758-05.2004.8.26.0071	60168/2017	27/10/2017	Outros Procedimentos		03/12/2012 - fornecer medicamentos, tratamentos e transportes necessários a sua reabilitação (males relacionados à paraplegia). - - diversos pedidos	MEDICAMENTO
676	1029940-81.2017.8.26.0071	60197/2017	27/10/2017	Mandado de Segurança	25/10/2017	04/12/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "m" 120 (cento e vinte) unidades por mês, conforme receituário de fls. 14 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 15/08/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
677	1025145-32.2017.8.26.0071	60199/2017	27/10/2017	Outros Procedimentos	25/10/2017	SEGREDO DE JUSTIÇA	MEDICAMENTO
678	1029348-37.2017.8.26.0071	60970/2017	31/10/2017	Mandado de Segurança	25/10/2017	- tornar definitiva a liminar deferida e determinar ao Diretor do Departamento Regional de Saúde da Secretaria do Estado de Saúde em Bauru - DRS VI e do Secretário Municipal de Saúde de Bauru o fornecimento de curativos Mepilex de 20x50cm, de uso diário, sendo 60 unidades mensais, ASKINA de 17x17 cm, de uso diário, sendo 55 unidades mensais e do hidratante CETAPHIL ADVANCED, por tempo indeterminado.	MEDICAMENTO

679	1023288-48.2017.8.26.0071	61756/2017	07/11/2017	Outros Procedimentos		28/09/2018 - ausência das condições da ação - vistos. ante o exposto, revogo a liminar de fls. 20/21 e julgo extinta a presente ação proposta por em face de ..., fazenda pública do estado de São Paulo e prefeitura municipal de Bauru, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, vi, do código de processo civil. em razão da sucumbência dos requeridos, considerando o disposto no artigo 85, § 2º, i a iv, e § 10, do cpc, bem como o fato de não se tratar de causa de grande complexidade, fixo os honorários advocatícios por equidade, em r\$ 1000,00 (mil reais), observado o disposto no artigo 98, § 3º do cpc quanto ao requerido.	INTERNAÇÃO
680	1026750-13.2017.8.26.0071	61761/2017	07/11/2017	Mandado de Segurança	31/10/2017	21/02/2018 - vistos..... reconheço a carência superveniente, e julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com base nos artigos 485, vi, c.c. 493, ambos do cpc.nos termos do artigo 13, caput, da lei 12.016/09, por mandado, transmitir o inteiro teor da decisão ao impetrado e a pmb.não cabe condenação em honorários (artigo 25 da lei 12.016/09).p. r. i. - - 22/10/2018 - arquivado definitivamente -	APRESENTAÇÃO DE PRONTUÁRIO
681	1030049-95.2017.8.26.0071	62193/2017	09/11/2017	Outros Procedimentos		- 06/12/2017 - julgo procedente o pedido formulado por contra a fazenda pública municipal de Bauru, determinando que a requerida providencie o fornecimento do medicamento de que necessita o autor (clindamicina 300mg - 2 cápsulas 6/6 horas - fls. 14/15), e extinto o processo,com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, i do novo código de processo civil.para efeito de efetivo controle do tempo em que o autor necessita do item a ser fornecido e para evitar compras desnecessárias pelo órgão público, deverá ser apresentada prescrição médica atualizada perante a secretaria municipal de saúde de Bauru, a cada 03 meses.indevido o pagamento de custas e despesas nesta fase processual - - 06/11/2018 - arquivado definitivamente -	MEDICAMENTO
682	1030442-20.2017.8.26.0071	62542/2017	10/11/2017	Mandado de Segurança	07/11/2017	concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis – tamanho xg - "tipo calcinha" (120 unidades por mês), conforme receituário de fls. 28 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 28/06/18 - arquivado definitivamente -	FRALDA

683	1030760-03.2017.8.26.0071	62547/2017	10/11/2017	Mandado de Segurança	01/11/2017	20/11/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 25/06/18 - arquivado definitivamente -	FRALDA
684	1030871-84.2017.8.26.0071	62951/2017	13/11/2017	Mandado de Segurança	07/11/2017	30/11/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 24/05/18 - arquivado definitivamente -	FRALDA
685	1030780-91.2017.8.26.0071	62954/2017	13/11/2017	Outros Procedimentos		27/11/2017 - julgo procedente o pedido formulado por ... e ... em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça aos requerentes fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "g" (180 unidades por mês - para ele) e tamanho "m" (180 unidades por mês - para ela), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 15/12/2017 - trânsito em julgado às partes - com baixa -	FRALDA
686	1031124-72.2017.8.26.0071	62973/2017	13/11/2017	Mandado de Segurança	07/11/2017	05/12/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas tamanho "m" 120 (cento e vinte) unidades por mês, conforme receituário de fls. 15 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - - 08/08/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
687	1031063-17.2017.8.26.0071	63083/2017	14/11/2017	Mandado de Segurança	08/11/2017	27/11/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (120 unidades por mês) e julgo extinto o processo, com resolução de mérito - 04/06/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
688	0030035-31.2017.8.26.0071	63136/2017	14/11/2017	Outros Procedimentos	10/11/2017	07/12/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "p" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA

689	1027995-59.2017.8.26.0071	63507/2017	16/11/2017	Outros Procedimentos	10/11/2017	12/12/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "gg" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
690	1024210-89.2017.8.26.0071	49549/2017	17/11/2017	Mandado de Segurança	23/08/2017	04/10/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas - - 28/05/2018 - arquivado definitivamente -	FRALDA
691	0029262-83.2017.8.26.0071	63800/2017	17/11/2017	Outros Procedimentos	13/11/2017	19/12/2017 - julgo procedente o pedido formulado por ... em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "gg" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
692	0030373-05.2017.8.26.0071	64265/2017	21/11/2017	Outros Procedimentos		29/08/2018 - julgo extinta a presente ação nos termos do art. 485, iii do código de processo civil. após o trânsito em julgado, arquivem-se. - - 20/11/2018 - arquivado definitivamente -	CONSULTA MÉDICA
693	1032659-36.2017.8.26.0071	65509/2017	28/11/2017	Mandado de Segurança	24/11/2017	11/01/2018 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "gg" (120 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
694	0031380-32.2017.8.26.0071	65510/2017	28/11/2017	Outros Procedimentos	24/11/2017	26/01/18 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas - tamanho "m - infantil" (180 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
695	1032665-43.2017.8.26.0071	65734/2017	29/11/2017	Mandado de Segurança	24/11/2017	12/12/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça à parte impetrante fraldas geriátricas descartáveis - tamanho "g" (150 unidades por mês), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA

696	1010640-36.2017.8.26.0071	65736/2017	29/11/2017	Outros Procedimentos	13/08/2018	13/08/18 - julgo procedente o pedido, formulado por ... já como em face da prefeitura municipal de Bauru e ..., determinando que a secretaria municipal de saúde de Bauru providencie a imediata disponibilização de vaga para internação para tratamento psiquiátrico ao requerido ..., nos termos da petição inicial e, extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I do código de processo civil. condeno, ainda, o primeiro requerido ao pagamento de despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R\$ 900,00 (novecentos reais) -	INTERNAÇÃO
697	1032738-15.2017.8.26.0071	65738/2017	29/11/2017	Mandado de Segurança	27/11/2017	18/12/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis tamanho "g" (150 unidades por mês), conforme receituário de fls. 16, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
698	1032662-88.2017.8.26.0071	65945/2017	30/11/2017	Mandado de Segurança	28/11/2017	09/01/2018 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis tamanho "g" (150 unidades por mês), conforme receituário de fls. 17, n e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
699	1032200-34.2017.8.26.0071	66139/2017	01/12/2017	Outros Procedimentos	27/11/2017	14/12/2017 - julgo procedente o pedido formulado por em face da fazenda pública do município de Bauru, determinando que esta forneça ao requerente absorventes masculinos descartáveis (1 pacote por dia - fls. 28), nos termos da petição inicial, e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
700	1027937-56.2017.8.26.0071	66355/2017	04/12/2017	Mandado de Segurança	30/11/2017	11/01/2018 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis tamanho "eg" (120 unidades por mês), conforme receituário médico de fls. 29 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
701	1030763-55.2017.8.26.0071	66364/2017	04/12/2017	Outros Procedimentos		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

702	0031928-57.2017.8.26.0071	66383/2017	04/12/2017	Outros Procedimentos	29/11/2017	14/02/18 - julgo procedente o pedido, formulado por contra o prefeitura municipal de Bauru, determinando que o requerido forneça a requerente: fraldas descartáveis geriátricas tamanho "g" 150 (cento e cinquenta) unidades por mês, conforme prescrição médica fls. 10 e extinto o processo, com resolução de mérito.	FRALDA
703	1016956-02.2016.8.26.0071	66721/2017	05/12/2017	Outros Procedimentos	16/07/2018	20/07/2018 - internação compulsória em clínica psiquiátrica especializada. a fls. 273/274, veio aos autos laudo pericial concluindo pela necessidade da medida pleiteada. é o relatório. decido. estão presentes a probabilidade do direito do autor, bem como urgência no pedido e perigo de dano, pois no laudo pericial de fls. 273/274 foi concluído que a primeira requerida "apresenta graves alterações comportamentais decorrentes de retardo mental, necessita em caráter de urgência, de internação em clínica psiquiátrica especializada por um período mínimo de três meses e após seguimento psiquiátrico ambulatorial". ante o exposto, defiro a tutela provisória, determinando a internação compulsória do requerido aparecida dos santos, devendo a requerida fesp providenciar a imediata disponibilização da vaga necessária para seu tratamento (período mínimo de três meses) -	INTERNAÇÃO
704	1032844-74.2017.8.26.0071	66860/2017	06/12/2017	Outros Procedimentos	01/12/2017	14/02/2018 - julgo parcialmente procedente o pedido, formulado por contra a prefeitura municipal de Bauru, determinando que o requerido forneça ao requerente fraldas descartáveis geriátricas tamanho "extra g" - 180 (cento e oitenta) unidades por mês, e extinto o processo, com resolução de mérito -	FRALDA
705	1033433-66.2017.8.26.0071	67125/2017	07/12/2017	Mandado de Segurança	30/11/2017	12/01/2017 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis tamanho "m" (120 unidades por mês), conforme receituário de fls. 11, e julgo extinto o processo -	FRALDA
706	1033169-49.2017.8.26.0071	67687/2017	11/12/2017	Outros Procedimentos	06/12/2017	30/04/18 - Procedente pedido, disponibilizar fisioterapia respiratória diária.	MEDICAMENTO

707	1032047- 98.2017.8.26.0071	68053/2017	12/12/2017	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
708	1034267- 69.2017.8.26.0071	68315/2017	13/12/2017	Mandado de Segurança	11/12/2017	15/01/2018 - concedo a segurança pleiteada por contra ato do secretário municipal de saúde de Bauru, para que o impetrado forneça ao impetrante: fraldas geriátricas descartáveis tamanho "gg" (120 unidades por mês), conforme receituário de fls. 10 e julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do código de processo civil. -	FRALDA
709	1032986- 78.2017.8.26.0071	69041/2017	15/12/2017	Mandado de Segurança		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
710	1034431- 34.2017.8.26.0071	69267/2017	18/12/2017	Mandado de Segurança	13/12/2017	15/01/2018 - autor falecido e sem habilitação de sucessores - - 16/01/2018 - foi informado o falecimento do impetrante. por tratar-se de direito personalíssimo, houve a perda do objeto da impetração. ante o exposto, revogo a liminar de fls. 21/22 e julgo extinta a presente ação, - -	MEDICAMENTO
711	1032042- 76.2017.8.26.0071	69564/2017	19/12/2017	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA
712	1032041- 91.2017.8.26.0071	69800/2017	20/12/2017	Outros Procediment os		SEGREDO DE JUSTIÇA	SEGREDO DE JUSTIÇA

Anexos

ANEXO A – Aprovação Comitê de Ética e Pesquisa

USP - FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DE BAURU DA
USP

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A Judicialização da Saúde e a Efetivação de Direitos Fundamentais.

Pesquisador: FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 29183020.5.0000.5417

Instituição Proponente: Universidade de São Paulo - Faculdade de Odontologia de Bauru

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.912.849

Apresentação do Projeto:

O direito à saúde, a partir da Constituição Federal de 1988, ganhou status de direito fundamental, elencado expressamente no rol dos direitos sociais. O aumento da demanda na área da saúde, o surgimento de novas especialidades e técnicas, aliados à insuficiência de profissionais e estabelecimentos de saúde, levam à busca do cidadão pelo Poder Judiciário, dando origem a um fenômeno crescente, denominado judicialização da saúde.

Neste trabalho, abordaremos o assunto no âmbito do Município de Bauru, no período de 2014 a 2017. O objetivo geral é verificar se a judicialização da saúde é um mecanismo para efetivação dos direitos fundamentais.

Para tanto, realizaremos uma análise descritiva das ações judiciais propostas, verificando o impacto orçamentário anual e administrativo, bem como os reflexos na efetivação dos direitos fundamentais.

Assim, imperativa se faz a abordagem da judicialização da saúde e suas consequências práticas e sociais. É necessário repensar os mecanismos de controle e de garantia ao acesso universal, igualitário e de qualidade do direito à saúde, à luz dos princípios constitucionais, da reserva do possível e do mínimo existencial.

Endereço: DOUTOR OCTAVIO PINHEIRO BRISOLLA 75 QUADRA 9
Bairro: VILA NOVA CIDADE UNIVERSITARIA **CEP:** 17.012-901
UF: SP **Município:** BAURU
Telefone: (14)3235-8356 **Fax:** (14)3235-8356 **E-mail:** cep@fob.usp.br

USP - FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DE BAURU DA
USP

Continuação do Parecer: 3.912.849

A judicialização da saúde pode ser considerada um mecanismo de efetivação de direitos fundamentais?

A judicialização contribui para a democratização da saúde ou fortalece grupos específicos com condições de acesso ao Judiciário?

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar o fenômeno da judicialização da saúde como mecanismo para efetivação dos direitos fundamentais.

Objetivo Secundário:

- Analisar a repartição de competências, no âmbito da saúde, entre os entes federados: União, Estados e Municípios, à luz da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional disciplinadora do assunto;

- Analisar os dados oriundos das ações judiciais, na área da saúde, em relação ao Município de Bauru, no período de 2014 a 2017;

- Analisar a reserva do possível e o mínimo existencial na efetivação do direito fundamental à saúde;

- Analisar a importância da judicialização para o implemento de políticas públicas locais na área da saúde pública;

- Identificar as ações judiciais na área da saúde, com e sem procedência ao pedido, no âmbito do Município de Bauru/SP;

- Verificar o impacto orçamentário ocasionado pela judicialização da saúde, no âmbito do Município de Bauru, referente ao período de 2014 a 2017.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Não envolve riscos. Só serão coletados dados que não correm em segredo de justiça e estão

Endereço: DOUTOR OCTAVIO PINHEIRO BRISOLLA 75 QUADRA 9
Bairro: VILA NOVA CIDADE UNIVERSITARIA CEP: 17.012-901
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3235-8356 Fax: (14)3235-8356 E-mail: cep@fob.usp.br

USP - FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DE BAURU DA
USP

Continuação do Parecer: 3.912.849

disponíveis no site do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Quanto aos dados coletados na Procuradoria do Município e na Secretaria de Saúde, cumpre informar que qualquer cidadão pode ter acesso a eles, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011).

Benefícios:

Verificar o impacto da judicialização da saúde no âmbito do Município de Bauru, inclusive sob o aspecto orçamentário.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa não apresenta riscos éticos uma vez que destina-se a análise de banco de dados públicos.

Metodologia Proposta:

Os métodos utilizados na elaboração do estudo serão:

a) Bibliográfico: utilizado durante todo o estudo com base em obras, revistas científicas e jurisprudência dos Tribunais, que tratem de forma genérica e específica sobre o tema objeto do presente estudo. Referente às bases de dados utilizadas, parte do material de apoio foi extraída de sites como: Pubmed, Scielo, Lilacs, Google Acadêmico e Dedalus. Valeu-se, também, de sites de nossos Tribunais de Justiça, inclusive dos Superiores Tribunais – Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal – para a extração de julgados pertinentes à pesquisa. Os descritores utilizados na pesquisa foram: judicialização, judicialização da saúde, saúde pública, saúde coletiva, direitos fundamentais e direito à saúde.

b) Banco de Dados: será efetuado levantamento dos processos usando para tanto o banco de dados da Procuradoria do Município de Bauru e da Secretaria Municipal de Saúde, no que se refere às ações judiciais, bem como utilizaremos o sistema e-SAJ, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ/SP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Documentação obrigatória corretamente apresentada.

Recomendações:

Alterar o tópico "dos riscos" na Plataforma Brasil, salientando que os dados e documentos pessoais

Endereço: DOUTOR OCTAVIO PINHEIRO BRISOLLA 75 QUADRA 9
Bairro: VILA NOVA CIDADE UNIVERSITARIA CEP: 17.012-901
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3235-8356 Fax: (14)3235-8356 E-mail: cep@fob.usp.br

**USP - FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DE BAURU DA
USP**

Continuação do Parecer: 3.912.849

das partes envolvidas nos processos/decisões serão preservados, mantendo essas informações em sigilo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto não apresenta pendências éticas, portanto, foi aprovado, porém com emenda para corrigir o item dos riscos na Plataforma Brasil conforme recomendações acima. Deverá corrigir o tópico dos riscos para expor que há risco de exposição de eventuais informações ou documentos privados das partes envolvidas nos processos.

Considerações Finais a critério do CEP:

Esse projeto foi considerado APROVADO na reunião ordinária do CEP de 04/03/2020, com base nas normas éticas da Resolução CNS 466/12, no entanto solicita envio de emenda conforme descrito no item Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações. Ao término da pesquisa o CEP-FOB/USP exige a apresentação de relatório final. Os relatórios parciais deverão estar de acordo com o cronograma e/ou parecer emitido pelo CEP. Alterações na metodologia, título, inclusão ou exclusão de autores, cronograma e quaisquer outras mudanças que sejam significativas deverão ser previamente comunicadas a este CEP sob risco de não aprovação do relatório final. Quando da apresentação deste, deverão ser incluídos todos os TCLEs e/ou termos de doação assinados e rubricados, se pertinentes.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1510068.pdf	12/02/2020 18:22:41		Aceito
Outros	Declaracao_Secretario_Negocios_Juridicos.pdf	12/02/2020 18:22:22	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	12/02/2020 18:12:36	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito
Outros	Declaracao_Secretario_Saude.pdf	12/02/2020 18:09:51	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito
Outros	Check_list.pdf	12/02/2020 18:09:19	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito
Outros	Carta_encaminhamento.pdf	12/02/2020 18:08:39	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	Requerimento_dispenza_TCLE.pdf	12/02/2020 18:07:38	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito

Endereço: DOUTOR OCTAVIO PINHEIRO BRISOLLA 75 QUADRA 9
 Bairro: VILA NOVA CIDADE UNIVERSITARIA CEP: 17.012-901
 UF: SP Município: BAURU
 Telefone: (14)3235-8356 Fax: (14)3235-8356 E-mail: cep@fob.usp.br

USP - FACULDADE DE
ODONTOLOGIA DE BAURU DA
USP

Continuação do Parecer: 3.912.849

Ausência	Requerimento_dispenza_TCLE.pdf	12/02/2020 18:07:38	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracao_pesquisador.pdf	12/02/2020 18:07:23	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	12/02/2020 18:06:44	FATIMA CAROLINA PINTO BERNARDES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BAURU, 12 de Março de 2020

Assinado por:

CASSIA MARIA FISCHER RUBIRA
(Coordenador(a))

Endereço: DOUTOR OCTAVIO PINHEIRO BRISOLLA 75 QUADRA 9
Bairro: VILA NOVA CIDADE UNIVERSITARIA CEP: 17.012-901
UF: SP Município: BAURU
Telefone: (14)3235-8356 Fax: (14)3235-8356 E-mail: cep@fob.usp.br

ANEXO B – Provimento nº 84/2019**PROVIMENTO Nº 84, DE 14 DE AGOSTO DE 2019.**

Dispõe sobre o uso e o funcionamento do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (*e-NatJus*).

O CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a competência da Corregedoria Nacional de Justiça de expedir provimentos e outros atos normativos destinados ao aperfeiçoamento das atividades dos órgãos do Poder Judiciário (art. 8º, X, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça);

CONSIDERANDO que a Judicialização da Saúde envolve questões complexas que exigem a adoção de medidas para proporcionar a especialização dos Magistrados, de Primeiro e Segundo Graus, para proferirem decisões técnicas e precisas;

CONSIDERANDO que o Fórum Nacional do Judiciário para Monitoramento e Resolução das Demandas de Assistência à Saúde, criado pelo CNJ, tem adotado medidas concretas e normativas voltadas à prevenção de conflitos judiciais e à qualificação das decisões tomadas pelos Magistrados, em sede de cognição sumária, além da definição de estratégias nas questões de direito sanitário, mediante estudos e formulação de proposições pertinentes;

CONSIDERANDO as diretrizes formuladas pela Resolução CNJ 107, de 6 de abril de 2010, que estabeleceu a necessidade de instituição de Comitês da Saúde Estaduais como instância adequada para encaminhar soluções para a melhor forma de prestação jurisdicional em área tão sensível quanto à da saúde;

CONSIDERANDO as diretrizes formuladas pela Resolução CNJ 238, de 6 de setembro de 2016, que estabeleceu a criação i) dos Comitês Estaduais/Distrital de Saúde; ii) de Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS); iii) do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (*e-NatJus*); iv) da especialização de Varas;

CONSIDERANDO que o Sistema *e-NatJus* foi lançado, em novembro de 2017, e implementado em dezembro de 2018, com o objetivo de dar ao Magistrado

fundamentos para decidir com segurança, lastreado em evidência científica, sobre a concessão ou não, em sede de liminar, de fármaco, órtese, prótese ou qualquer outra tecnologia em saúde,

RESOLVE:

Art. 1º Os Magistrados Estaduais e os Magistrados Federais com competência para processar e julgar ações que tenham por objeto o direito à saúde, ainda que durante o plantão judicial, quando levados a decidir sobre a concessão de determinado medicamento, procedimento ou produto, poderão solicitar apoio técnico ao Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS) do seu Estado ou ao NAT-JUS NACIONAL.

§ 1º O apoio técnico previsto no caput, quando solicitado, deverá ser materializado por meio do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus), hospedado no sítio do Conselho Nacional de Justiça, podendo ser acessado através do link: www.cnj.jus.br/e-natjus.

§ 2º Nas hipóteses em que o Tribunal local já dispuser de um sistema próprio de apoio técnico, o Magistrado poderá solicitar por meio do sistema do seu Tribunal, sendo que emitido o parecer no caso concreto, o Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário (NAT-JUS) deverá alimentar a base de dados do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus), com suas respectivas notas técnicas.

§ 3º O Tribunal que já dispõe de sistema próprio de solicitação de apoio técnico, por intermédio do seu Núcleo de Apoio Técnico ao Judiciário (NAT-JUS), quando tiver a necessidade de tutoria para elaboração de suas notas técnicas, junto aos NATS selecionados, conforme previsto no Termo de Cooperação nº 021/2016, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Saúde, deverá solicitar através do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus).

§ 4º Nas demandas com pedido de tutela antecipada sob a alegação de urgência, conforme previsto no Termo de Cooperação Técnica nº 051/2018, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Ministério da Saúde, o Magistrado, quando tiver a necessidade de apoio técnico do NAT-JUS NACIONAL, ainda que o Tribunal disponha de sistema próprio, determinará por decisão, a solicitação de nota técnica diretamente por meio do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus).

Art. 2º Os Tribunais que já dispõem de sistema próprio, além de poder utilizar o sistema e-NatJus, nas formas anteriormente previstas, poderão utilizá-lo através dos mecanismos de integração de sistemas de processo eletrônico.

Art. 3º O acesso ao sistema e-NatJus será concedido aos servidores indicados pelos:

I – Magistrados com competência para processar e julgar ações que tenham por objeto o direito à saúde, cuja finalidade é dar início ao pedido de apoio técnico ao NAT-JUS do Estado ou NAT-JUS NACIONAL;

II – Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário (NAT-JUS), cuja finalidade é atender à solicitação de apoio técnico requerida pelo Magistrados.

Parágrafo único. Compete às Corregedorias dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais, quando solicitadas, conceder o acesso ao sistema e-NatJus aos servidores mencionados no *caput*, por meio do Sistema de Controle de Acesso corporativo do CNJ.

Art. 4º O Conselho Nacional de Justiça disponibilizará manual de utilização do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus), com o objetivo de orientar a sua utilização e sanar eventuais dúvidas dos usuários.

Art. 5º Este Provimento entrará em vigor na data de sua publicação.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Corregedor Nacional de Justiça

S22

Brasília, 2019-09-13.

ANEXO C – Resolução CNJ nº 238/2016

Poder Judiciário

*Conselho Nacional de Justiça***RESOLUÇÃO 238 DE 6 DE SETEMBRO DE 2016**

Dispõe sobre a criação e manutenção, pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde, bem como a especialização de vara em comarcas com mais de uma vara de fazenda Pública.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ), no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO que a judicialização da saúde envolve questões complexas que exigem a adoção de medidas para proporcionar a especialização dos magistrados para proferirem decisões mais técnicas e precisas;

CONSIDERANDO as diretrizes formuladas pela Resolução CNJ 107, de 6 de abril de 2010, que estabeleceu a necessidade de instituição de Comitês da Saúde Estaduais como instância adequada para encaminhar soluções para a melhor forma de prestação jurisdicional em área tão sensível quanto à da saúde;

CONSIDERANDO que a Recomendação CNJ 43, de 20 de agosto de 2013, orienta os Tribunais indicados nos incisos III e VII do art. 92 da Constituição Federal a promoverem a especialização de varas para processar e julgar ações que tenham por objeto o direito à saúde pública e orientem as varas competentes a priorizar o julgamento dos processos relativos à saúde suplementar;

Assinatura manuscrita em tinta preta, com uma letra inicial grande e estilizada.

CONSIDERANDO que a referida especialização pode ser realizada por meio da concentração da distribuição de novas ações que envolvam direito à saúde pública e à saúde suplementar em uma das varas cíveis ou de Fazenda Pública de cada Comarca, com a devida compensação na distribuição de outros feitos;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do CNJ no Ato Normativo 0003751-63.2016.2.00.0000 na 18ª Sessão Virtual, realizada em 30 de agosto de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais criarão no âmbito de sua jurisdição Comitê Estadual de Saúde, com representação mínima de Magistrados de Primeiro ou Segundo Grau, Estadual e Federal, gestores da área da saúde (federal, estadual e municipal), e demais participantes do Sistema de Saúde (ANVISA, ANS, CONITEC, quando possível) e de Justiça (Ministério Público Federal e Estadual, Defensoria Pública, Advogados Públicos e um Advogado representante da Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do respectivo Estado), bem como integrante do conselho estadual de saúde que represente os usuários do sistema público de saúde, e um representante dos usuário do sistema suplementar de saúde que deverá ser indicado pela Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor por intermédio dos Procons de cada estado.

§ 1º O Comitê Estadual da Saúde terá entre as suas atribuições auxiliar os tribunais na criação de Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS), constituído de profissionais da Saúde, para elaborar pareceres acerca da medicina baseada em evidências, observando-se na sua criação o disposto no parágrafo segundo do art. 156 do Código de Processo Civil Brasileiro.

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

§ 2º Aplicam-se aos Comitês Estaduais de Saúde, naquilo que lhe compete, as mesmas atribuições previstas ao Comitê Executivo Nacional pela Resolução CNJ 107/2010, destacando-se aquela estabelecida no seu inciso IV do artigo 2º, que dispõe sobre a proposição de medidas concretas e normativas voltadas à prevenção de conflitos judiciais e à definição de estratégias nas questões de direito sanitário.

§ 3º As indicações dos magistrados integrantes dos Comitês Estaduais de Saúde serão realizadas pela presidência dos tribunais respectivos ou de acordo com norma prevista em regimento interno dos órgãos, de preferência dentre os magistrados que exerçam jurisdição em matéria de saúde pública ou suplementar, ou que tenham destacado saber jurídico na área da saúde.

§ 4º A presidência do Comitê Estadual será definida em comum acordo entre os magistrados participantes, sendo que, no caso de divergência, presidirá o magistrado mais antigo, independente da justiça originária.

§ 5º Os Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NAT-JUS) terão função exclusivamente de apoio técnico não se aplicando às suas atribuições aquelas previstas na Resolução CNJ 125/2010.

Art. 2º Os tribunais criarão sítio eletrônico que permita o acesso ao banco de dados com pareceres, notas técnicas e julgados na área da saúde, para consulta pelos Magistrados e demais operadores do Direito, que será criado e mantido por este Conselho Nacional de Justiça.

Parágrafo Único. Sem prejuízo do contido no *caput* deste artigo, cada tribunal poderá manter banco de dados próprio, nos moldes aqui estabelecidos.

Art. 3º Os Tribunais Estaduais e Federais, nas Comarcas ou Seções Judiciárias onde houver mais de uma vara de Fazenda Pública, promoverão a especialização de uma das varas em matéria de saúde pública, compensando-se a distribuição.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a flourish.

Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Parágrafo único. Nos tribunais onde houver mais de uma Câmara de Direito Público, recomenda-se que seja aplicado o mesmo critério do *caput*.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

A stylized, handwritten signature in black ink, consisting of a large, sweeping 'L' shape followed by a horizontal line that curves upwards at the end.

Ministro RICARDO LEWANDOWSKI